

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 53 - Série VII - N.º 644
30 de Abril de 1986
Preço: 40\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

CP

Trinta e oito dias de greves sectoriais rotativas impuseram a vontade dos ferroviários! Foi derrotada a recusa ao diálogo e à negociação do Governo Cavaco Silva que viu desmascarada a sua política perante os trabalhadores, os sindicatos e a população utente da CP

Pág. 6/Semana

AR

Vai ser finalmente votada a lei dos salários em atraso

Pág. 10/Semana

EUA

Na América Latina e especialmente contra a Nicarágua, no Médio Oriente, em todo o mundo, o imperialismo americano agrava a política de terrorismo de Estado desencadeada pela administração Reagan. Mas também em todo o mundo se intensifica a recusa dos povos e se desenvolve o apoio às propostas de paz da União Soviética

Págs. 14, 15 e 16/Semana



Portugal em Abril de 1986



TODOS AO 1.º DE MAIO!



Editorial

Avante!

Ano 53 — Série VII
N.º 644

30 de Abril de 1986

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Para continuar Abril todos ao 1.º de Maio

Quase tudo se poderia reduzir apenas a uma frase: por todo o País, o povo português comemorou o 12.º aniversário do 25 de Abril.

Na secura dos substantivos despidos de adjectivações conter-se-iam já muitas realidades de sólidas inferências políticas.

O 25 de Abril não é em Portugal uma pura data do calendário que a vida das sociedades pontilha de memórias festivas: o 25 de Abril segue sendo para o povo português um acto cívico de intervenção, o subscrever efectivo não apenas de uma memória, mas de uma vontade de acção quotidianamente concretizada, uma real intervenção para a construção de uma sociedade em que o simples enunciado dia do levantamento dos capitães adquiriu colectiva dimensão programática.

Ao sabermos das manifestações, das festas, dos desfiles, das reuniões, das sessões mobilizando centenas e centenas de milhar de pessoas de Norte a Sul chamamos-lhe as comemorações populares do 25 de Abril. Há outras?, perguntar-se-á...

Para além da sessão realizada na Assembleia da República, quase seria possível dizer que estas comemorações populares foram tão-só as comemorações do 25 de Abril. Mas a verdade é que esta indesmentível constatação implica importantes conclusões.

Se o carácter popular e unitário das realizações que preencheram o passado fim-de-semana marcaram integralmente tudo quanto se passou, urge não esquecer que, também aqui, houve que lutar para o conservar e defender.

O indesmentível apelo da esmagadora maioria do povo português aos ideais libertadores da Revolução dos Cravos, às profundas transformações por ela introduzidas na realidade do nosso país, não foram naturalmente factores pacíficos para forças e sectores políticos que jamais os aceitaram. Se durante vários anos o cunho popular da evocação da jornada aberta ao som de «Grândola» constituiu um facto natural, em seu torno se travou uma batalha política de que este ano assinala importante etapa.

Em 1984, ao completarem-se dez anos sobre a Revolução dos Cravos, há que não esquecer-lo, da escalada da política de direita conduzida pelo governo PS/PSD fez parte uma tentativa de desvirtuar inteiramente as comemora-

ções. No quadro de uma actuação governamental que frontalmente contrariava os anseios e esperanças abertos e criados por Abril, o governo do «bloco central» tudo tentou para impedir a afirmação popular de massas que à recuperação capitalista, latifundista e imperialista em curso contrapusesse a maioritária vontade de defender tudo quanto então se pretendia destruir.

Inventaram-se então umas comemorações oficiais que assumiram contornos de provocação. Criaram-se comissões organizadoras integradas por homens como Spínola; forjou-se um programa pautado pela preocupação essencial de fazer do povo espectador e jamais protagonista; chegou-se ao insulto de celebrar uma data acarinhada com exaltante orgulho pátrio, uma data que assinala o reencontro do povo com as suas Forças Armadas e um passo para a definição dos destinos nacionais sem tutela nem ingerências, com desfiles de bandas militares de marines e outras tropas estrangeiras pela nossa Avenida da Liberdade.

Foi em resposta a esta ofensiva que os democratas ergueram as comemorações populares do 25 de Abril e fizeram submergir num pântano de ridículo os esforços de tirar ao povo a sua própria afirmação. Enquanto as charangas dos special friends marchavam em frente de bisonhas tribunas oficiais, o povo ausentava-se para construir outros factos, outros actos, outro — o verdadeiro — Abril.

A esmagadora maioria das forças partidárias existentes à data comprometeram-se de uma ou outra forma neste episódio da ofensiva da direita: apenas o PCP, os seus aliados na APU e democratas independentes fizeram, lado a lado com os militares de Abril, corpo comum com as organizações populares, as autarquias democráticas e todo o tecido social que dá expressão orgânica ao povo do Portugal democrático para erguerem a poderosa resposta de, também nessas circunstâncias, concretizarem a vontade popular.

Uma vez mais a História demonstrou que vale a pena lutar. Não se tivesse então travado a batalha pela unidade e pela presença popular e não teria sido possível vermos este ano a renovada pujança da intervenção do povo e o alargamento do leque político e partidário que a acompanhou.

Há, naturalmente, os sobreviventes da ofensiva contra Abril. Na Assembleia da República, o Governo Cavaco Silva, a periclitante equipa que assegura à direita um minoritário reduto para continuação da sua política, parecia, como alguém disse, autenticamente um peixe fora de água...

Num parlamento de composição inteiramente alterada pelos resultados das eleições de Outubro, num parlamento que, de uma forma ou doutra, reflectia na sessão solene de quinta-feira as batalhas políticas do final de 85 e princípios de 86, o Governo era ainda mais minoria e os militares de Abril, presentes, eram ovacionados. Dois anos atrás, a direita e os seus partidos tinham aliados importantes para pretenderem, também nas comemorações, ditar os seus objectivos de destruição: mas, então, não foram as comemorações oficiais que relegaram para o esquecimento a presença popular, foram as comemorações populares que, como Abril quer, se espralharam pelo País, deram aos actos do Estado democrático o cunho democrático que o povo deseja. Este ano as comemorações populares novamente afirmaram a invencível força de Abril.

Entre as armas de que a direita continua a dispor e a despudoradamente usar conta-se a comunicação social do Estado e, muito especialmente, a TV. Como sempre, face a uma realidade que lhe é adversa, a reacção usa a informação para tentar criar outra realidade, ocultar a que a condena e combate.

A cobertura televisiva das comemorações do 12.º aniversário de Abril entrará na sombria história da manipulação como mais um episódio de vergonha e desespero.

As câmaras da Televisão tudo fizeram para ocultar uma realidade indesmentível: nas comemorações populares estiveram os que, com o povo, sempre as construíram, os militares de Abril, os democratas, os trabalhadores, os comunistas. Para as câmaras da Televisão interessou fundamentalmente criar a ideia de que as massas na rua se reduziam a dirigentes políticos que de há muito à rua não desciam, que — e ainda bem — com a sua presença indicavam talvez a revisão de alianças e posições também contra as quais as comemorações populares do 25 de Abril foram erguidas.

Às câmaras da Televisão e às fotos de muitos jornais não interessou revelar a gigantesca dimensão da palavra de ordem «fascismo nunca mais» que o povo bem clara-

Resumo

23

Quarta-feira

A Comissão Parlamentar do Equipamento Social e Ambiente convoca o secretário de Estado dos Transportes para prestar esclarecimentos sobre a greve na CP ■ Por iniciativa da APU, a Câmara Municipal de Lisboa vai propor ao Instituto Português do Património Cultural a classi-



Conjunto histórico-tradicional

ficação de Alfama e da Costa do Castelo como conjunto histórico-tradicional ■ Realiza-se no Hospital de Santa Cruz a segunda transplantação cardíaca feita no nosso país ■ O comandante-chefe das forças da NATO participa na preparação e direcção do ataque norte-americano contra a Líbia, segundo o jornal «Frankfurter Rundschau» ■ O ministro angolano dos Negócios Estrangeiros acusa a África do Sul de estar a concentrar tropas na fronteira sul de Angola e de preparar a invasão do território deste país soberano.

24

Quinta-feira

O Grupo Parlamentar do PCP apresenta, em conferência de imprensa, um projecto para a criação de uma lei-quadro das regiões administrativas ■ O Supremo Tribunal de Justiça ordena a reintegração nos quadros da RTP dos 22 trabalhadores despedidos daquela empresa pública depois do 25 de Novembro de 1975 ■ Em mensagem ao Conselho Mundial da Paz, reunido em Sofia, Mikhail Gorbachov afirma que «já não é suficiente desejar a



É preciso agir

Paz nem condenar o aumento dos potenciais militares, nem mesmo ver somente de onde vem a ameaça à Humanidade. Hoje é urgente que ajam todos, tanto os governos como as forças sociais» ■ Em declarações a jornalistas, Reagan ameaça a Síria e o Irão com agressões militares semelhantes à perpetrada contra a Líbia.

25

Sexta-feira



Abril vencerá

O 12.º aniversário do 25 de Abril é comemorado em todo o País. O povo, nas ruas, mostra que Abril vive e vencerá ■ Os ferroviários levantam, gradualmente, a greve que mantinham há 38 dias por terem chegado a um acordo de princípios com o Conselho de Gerência ■ É convocada uma cimeira árabe para debater a situação criada pelo ataque norte-americano à Líbia ■ O ex-ministro brasileiro da Planificação é acusado pelo «Jornal do Brasil» de ter «roubado entre 10 a 15 por cento da dívida externa brasileira» ■ Fascistas libaneses atacam um hospital palestino em Beirute, tendo assassinado três doentes e um médico.

26

Sábado

Em entrevista à Antena Um, o Provedor de Justiça defende a existência de um Sindicato da Polícia que «terá a ética su-



«Não dar cobertura»

ficiente para não dar cobertura a torcionários ou espancadores» ■ No final do primeiro Congresso Nacional das Casas do Povo, que se realizou em Coimbra, é proposta a criação de uma Confederação Nacional de Casas do Povo ■ Os jovens que desde quinta-feira ocupavam pacificamente a embaixada portuguesa no México abandonam as instalações da missão portuguesa e dirigem-se para a Cidade Universitária da capital mexicana. Os jovens pretendiam chamar a atenção para o despedimento de enfermeiros ■ Segundo fontes do PCE, quatro partidos da esquerda espanhola chegam a acordo quanto à formação de uma coligação para concorrer às próximas eleições gerais antecipadas.

27

Domingo

«o diário» acusa dois secretários de Estado do actual Governo de estarem envolvidos «num nebuloso negócio imobiliário que movimenta largos milhões» de escudos ■ As posições de Vítor Constâncio saem favorecidas dos nove Congressos das Federações distritais do PS que se realizaram durante o fim-de-semana ■ As Ligas de Agricultores de Chaves e Vila Real e a União dos Agricultores de Vila Pouca de Aguiar protestam, em comunicado, contra o escândalo da importação de batata ■ O Benfica vence, por duas bolas a zero, a final da Taça de Portugal de



Benfica vence a Taça

futebol. O outro finalista foi o Belenenses ■ A França realiza novo ensaio nuclear no atol de Mururoa, no Pacífico ■ George Shultz, secretário de Estado norte-americano, admite, em entrevista ao «Los Angeles Times», o recurso dos Estados Unidos a «acções clandestinas» contra a Líbia ■ A oposição do Haiti lança um apelo à greve geral no país, pela demissão do governo e pelo fim da repressão.

28

Segunda-feira

Dos 19 congressos federativos do PS já realizados, 12 manifestaram o seu apoio expresso à candidatura de Vítor Constâncio para secretário-geral do PS, um pronunciou-se a favor de Jaime Gama e os restantes não tomaram posição. ■ O general Ramalho Eanes reúne com membros da Comissão Consultiva e do Conselho Directivo do Partido Renovador Democrático, para uma discussão conjunta sobre a forma como irá processar-se a adesão do ex-Presidente da República àquele partido. ■ A agência soviética Tass confirma a ocorrência de uma avaria na central atómica de Tchernobil, que danificou um reactor, indicando ter havido feridos e que foram tomadas medidas para eliminar as consequências da avaria e prestar assistência aos sinistrados. ■ Está a provocar forte polémica na RFA a descoberta de que um atentado, até agora atribuído oficialmente ao grupo alemão federal «Fracção do Exército Vermelho» foi realizado pela unidade antiterrorista «GS-9». ■ Associações de camponeses, sindicatos e partidos políticos da oposição protestam contra a realização de manobras militares conjuntas do exército boliviano com tropas norte-americanas na região de Cochabamba.

mente sentiu necessária e combativa após as ameaças da escalada das últimas presidenciais. Não lhes interessou reflectir a poderosa presença da juventude, silêncio indispensável para quem pretende fazer crer que os jovens portugueses se alhearam da democracia e do futuro de Abril.

Sucede porém que a Televisão não faz a realidade: reflecte-a ou falseia-a, mas não chega para alterar o curso da vida.

Na sua dimensão, no seu significado, no seu alargamento unitário, na sua determinação e inequívoca força, as jornadas do passado fim-de-semana reafirmaram que o 25 de Abril não é uma pura data do calendário, é uma realidade política amplamente apolada pelas massas e pelos democratas.

Amanhã, de novo desceremos à rua. Comemora-se este ano o 100.º aniversário do 1.º de Maio e também em Portugal o movimento sindical unitário celebra um século de lutas da classe operária e de todos os trabalhadores.

Na história da Revolução dos Cravos, são indissociáveis estas duas datas: 25 de Abril e 1.º de Maio. A gigantesca confirmação da intervenção popular, seguindo-se uma semana passada ao levantamento dos capitães de Abril, e ao derrubamento do fascismo, traduziu a dinâmica das duas componentes do processo revolucionário que transformaram profunda e duradouramente a realidade portuguesa.

Pode dizer-se que o 1.º de Maio abraça o 25 de Abril. Dias depois da vitória do MFA, ele reletterava a identificação do povo com a liberdade conquistada; ao longo de muitos e muitos anos antes, ele fora a jornada de luta, parte integrante da persistente e combativa resistência antifascista, o papel determinante da luta da classe operária que abria o caminho ao fim da ditadura.

O 1.º de Maio é o Dia do Trabalhador. O Portugal de Abril tornou uma evidência que a democracia, a liberdade e o futuro são indissociáveis da activa participação dos trabalhadores na definição e na construção do País. Para tanto, o mundo do trabalho português forjou indestrutíveis bastiões que ao combate na defesa e consolidação do Portugal de Abril dão contributos decisivos: as comissões de trabalhadores, os sindicatos e a grande e poderosa central sindical unitária, a gloriosa CGTP/IN.

Amanhã, com eles, vamos continuar Abril. Amanhã, todos ao 1.º de Maio!

Avante!
Proletários de todos os países - UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL. Serviços Centrais: Av. Santos
Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcárcova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B
- 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heka
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/86

Tiragem média do mês de Fevereiro: 34 100

Semana

25
ABRIL

sempre!

Ano 53 - Série VII
N.º 644

30 de Abril de 1986

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



1974 - 1986
25 de Abril
sempre!



Novidade

Virgílio
Moreira

A Criança

dos Dois aos Seis Anos

É o prosseguimento do livro *A Criança no Primeiro Ano de Vida*. O livro trata sistematicamente das doenças características das crianças nesta idade, dos cuidados a ter na sua prevenção e tratamento, nos vários perigos que ameaçam a criança durante o seu crescimento e formação. O autor dedica um largo espaço à criança saudável e ao tipo de cuidados a ter pelos pais no seu acompanhamento. Trata-se de um guia muito completo e actualizado sobre a educação e tratamento das crianças.

BIBLIOTECA
DA SAÚDE
Preço 700\$00



Nacional

Determinação

Usamos a palavra **determinação**. Sem lhe puxarmos, das muitas vezes que a costumamos escrever, as orelhas extremistas — teimosia, por exemplo, ou desespero. Que as palavras com que descrevemos a realidade, mesmo para transformá-la, devem ter o seu peso bem medido, exprimirem certeira e verdadeiramente aquilo que nos move ao dizê-las. Determinação é palavra certa. E, na véspera de comemorarmos cem anos sobre o 1.º de Maio de 1886, é termo que vem a talhe de foice.

Cem anos depois, olhando o caminho feito pelos trabalhadores em todo o mundo, temos razões para nos congratularmos pela determinação de gerações de operários. Arrostando perigos e miséria, enfrentando a prisão e a morte, quantos passos foram dados, quanta luz se fez, quanta liberdade se conquistou, quantas comemorações do 1.º de Maio se transformaram de luta em festa, quanto poder seguraram hoje os trabalhadores em grande parte do mundo, quantas vitórias foram alcançadas do lado de cá, ainda ensombrecido, mas onde os direitos, mercê da luta determinada, vingam e são defendidos?

Cem anos depois, olhando o caminho desbravado na terra portuguesa, cabe reflectir se tal estrada seria percorrida sem determinação, se não se embruilharam os passos dos caminheiros de Maio se ao desespero da miséria, à revolta da injustiça, à teimosia de andar em frente sem olhar pra onde, não houvesse sido preferida a prudência no avaliar do tempo e do caminho, a coragem no enfrentar da hora amarga, a audácia no momento decisivo, nos momentos decisivos.

Determinação, pois.

Não a teimosia dos que, ao invés da História, pretendem amarrar a vida e forçá-la a parar nos privilégios. Não o desespero dos que vêm fugir-lhes o mundo e se agarram com as unhas ao tempo antigo ou desesperados fogem em frente a enfiar-se na goela do lobo. Mas determinação. Que tem razões para ser e afirmar-se, razões para confiar, razões como raízes criadas em lutas que vêm de muito mais longe que os cem anos agora a comemorar-se.

Um exemplo — a quente — do poder da determinação, neste momento em que nos preparamos a comemorar cem anos de 1.º de Maio (e poderíamos ir buscar outros ao aceso da luta, como a greve vitoriosa dos ferroviários que quebraram a teimosia cavaquista) é, sem dúvida, o facto relevante de se anunciar para hoje a votação de um projecto de lei sobre os salários em atraso.

Consequência escandalosa de uma política de teimosa destruição das conquistas de Abril no campo económico, os salários em atraso, que levaram a fome e a miséria a tantos lares, demoraram anos a conseguir uma resposta institucional. Isolados primeiro — no que respeita às principais forças políticas — os comunistas não desistiram. Apresentaram por sete vezes iniciativas parlamentares no sentido de enfrentar a situação. Com determinação, acompanhados na luta pela classe operária e pelos trabalhadores em geral, os comunistas conseguiram primeiro que o drama fosse reconhecido por outros — até, finalmente, por adversários e inimigos. E com determinação alcançam que uma maioria política se forme em torno de uma questão central: vai hoje ser votado um texto global em que intervieram vários partidos democráticos.

Determinação é a palavra certa.

■ LM



25 de Abril em Lisboa

Portugal e Povo outra vez juntos

Choveu, como que de propósito. Do Marquês ao Rossio era um mar de gente e os chapéus de chuva abriram-se, numa Lisboa outra vez na rua, para mostrar que a maioria não viera ali para saber do tempo — por isso a chuva parecia mesmo de propósito, semelhante à que molhou tanques, militares e povo 12 anos antes (ontem?!...) sem que alguém se incomodasse com as constipações. Sem que alguém perguntasse qualquer coisa às meteorologias antes de sair. À frente iam capitães de Abril — muitos — mas com uma diferença: sem fardas ou armas, pacatamente, sorrindo sempre. O povo, claro, já lá estava e já lá ia. Empurrando tudo. Varrendo duma ponta à outra o vasto trajecto com a respiração da mudança. Com tanta coisa mudada — daí a festa — e a mudar — daí a luta. Comemorações de Abril?!... Pois claro! Como quando o projecto de um povo inteiro faz anos.

Se querem números, façam contas: duas praças e dois quíómetros de avenida às tantas cheios de gente. Se não quiserem, não entrem em linha de conta com as multidões que engrossavam as entranhas da cidade, metropolitano fora, num vai-vém de cravos e autocolantes demasiado irrequitos para o formalismo dum trajecto. Se não quiserem, avaliem superfícies e densidades, façam contas de sumir, digam que ali havia clareiras e além pouco barulho, que o entusiasmo era assim e a espontaneidade era assado, que afinal não estava ali o milhão de habitantes que dizem haver em Lisboa. Vai dar ao mesmo e não há volta a dar. As comemorações populares do 12.º aniversário da Revolução de Abril em Lisboa — de que o desfile da tarde do dia 25 foi expressão maior — mostraram mais uma vez que a data, na capital do País, não cabe no formalismo duma efeméride popular nem, sequer, na folga propiciatória de mais um feriado. Tanta gente não cabe em tão estreitas explicações. E muito menos tanta vibração de massas, tanta luta organizada, tanta presença expressa se pode embruilhar no que quer que seja que procure iludir o facto essencial: o 25 de Abril está vivo e actuante no seio de um povo que o construiu e dele não abdica.

Gritaram-se palavras de ordem. Em cores de muitos milhares. Em cadências aprendidas num quotidiano de lutas — em ecos de outras lutas que não podiam apresentar-se assim, no quotidiano da cidade e do País. E essas palavras de ordem não tinham nada do formalismo estereotipado que se espera dum festejo tradicional. Denunciavam problemas concretos e bem actuais como os salários em atraso, o desemprego, a escalada

da miséria do nosso povo. Denunciavam responsáveis bem presentes, como o capital explorador e a sua actual expressão política — o Governo de Cavaco Silva. Acusavam os esforços restauracionistas dum tempo de miséria levado a cabo pelos senhores de outrora, com os seus homens de mão de hoje — e novamente se desembocava no Governo de Cavaco Silva. Gritava-se que assim não pode ser, que Abril é para se cumprir — e aí começava tudo de novo, tal qual como há 12 anos, apesar de o único veículo militar presente ser a esmerada reprodução de um «Panhard» simbólico: é que não se estava ali para derrubar o fascismo e sim para prosseguir Abril.

Colectivamente lembrado

E prosseguir Abril começava por ser aquele mar de gente. Mar de gente, repetimos, apesar do estereotipo da expressão (e há outra melhor, para definição

curta de coisa tão vasta?!...). Mas um mar diferente, não sujeito a marés: ali só foi quem, deliberadamente, ali quis ir, o que dá outra dimensão ao acontecimento — sobretudo quando se aprecia a dimensão física do acontecimento.

E a expressão. Também física. Se os partidos representam classes e interesses sociais — e não há dúvidas que representam — lá estava igualmente, bem explícita, a realidade político-partidária do Portugal de Abril: ausentes, formal e informalmente, só o PSD e o CDS. Apreciando o facto, recordámo-nos — rindo — o discurso envernizado de democracia feito pelo PSD na Assembleia da República nessa mesma manhã, em cerimónia oficial sobre a efeméride, ou a alocução do CDS, no mesmo local e cumprindo a mesma exigência formal, através de um autodenominado «representante da juventude» a alinhar reivindicações de reviralhismo de direita. Pois é... Estar ou não estar com o Portugal democrático é um acto quotidiano que, mais dia menos dia,



Nacional



LISBOA — Dois quilómetros de avenida e duas praças gigantescas — o Marquês e o Rossio — estavam, às tantas, peçados de gente de todas as idades e dos mais diversos quadrantes políticos, fazendo das comemorações de Lisboa um notável exemplo de unidade e uma impressionante demonstração de que Abril está vivo, como foi bem assinalado no comício realizado no Rossio, nas diversas intervenções proferidas



Intervenção de José Vitoriano

José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC do PCP, usou da palavra no grandioso comício que culminou o desfile das comemorações do 25 de Abril em Lisboa, começando por sublinhar que tal jornada de festa e de luta «permite reunir sob as mais diversas manifestações todos aqueles que na diversidade das suas opiniões, na diversidade das suas opções políticas e ideológicas ou religiosas, têm de comum o seu amor à liberdade e à democracia, aos valores da cultura, ao bem de Portugal e do Povo português». Tal jornada permite ainda que expressemos «a nossa alegria colectiva pela conquista desse bem inestimável que é a liberdade e a nossa vontade colectiva de a defender». Os aplausos da imensa multidão confirmaram-no — se é que confirmação era necessária, perante tão espectacular presença popular nas comemorações. E foi num ambiente de grande vivacidade que o orador prosseguiu, ainda o desfile não tinha terminado:

«As profundas transformações políticas, económicas e sociais

que a Revolução de Abril realizou são um património que é nosso, que é do povo e que é preciso preservar», observou, para em seguida enunciar algumas notas que classificou de preocupação e esperança:

«De facto» — disse — «não pode deixar de preocupar-nos por um lado a grave situação social que atinge as classes trabalhadoras e as ameaças que pesam sobre as mais importantes conquistas de Abril, e, por outro lado, e em consequência disso, o sentimento de frustração e de desencanto que atinge milhares e milhares de portugueses nas suas legítimas esperanças de uma vida digna que lhe daria o Portugal de Abril». E mais adiante: «Não basta constatar que o 25 de Abril continua vivo. É preciso agir para o defender, como a tudo quanto ele consubstancia, desde as liberdades democráticas às profundas conquistas económicas e sociais, do Poder Local democrático à Paz e independência nacional».

Enunciou de seguida diversos motivos de preocupação que assolam o povo e o país — o de-

semprego, os contratos a prazo, os salários em atraso, os despedimentos, as reformas antecipadas, os ataques aos direitos dos trabalhadores, a fome que se instalou e continua a instalar em milhares e milhares de lares portugueses, as falências das empresas, os ataques ao sector empresarial do Estado, a degradação do Ensino, Saúde, etc., etc. — para sublinhar: «Em nosso entender os problemas do País não se resolvem com a demagogia arvorada em forma de acção governativa nem com conflitos institucionais criados artificialmente pelo actual Governo, visando lançar sobre outros órgãos de soberania a responsabilidade das consequências nocivas da sua política».

«Mas há também motivos de esperança, e muitos», afirmou o orador, recordando que há alternativas às situações referidas: «O que é necessário é que seja posta em prática uma outra política social, ao serviço dos interesses das classes trabalhadoras». «As forças democráticas», disse, «se unidas ou convergentes, estão em condições de defender o regime democrático que Abril construiu», recordando, como ilustração, o que ocorreu nas últimas eleições presidenciais, quando se conseguiu derrotar o candidato da direita restauracionista, afirmando, a terminar:

«Mas a viragem democrática que a resolução dos problemas nacionais reclama exige muito mais do que a convergência pontual, por muito positiva que a consideremos. Por isso mesmo colocamo-nos entre aqueles que estão dispostos a dar novos passos no sentido do diálogo e do entendimento democráticos, certos como estamos que é essa via fundamental para prosseguir e realizar plenamente os ideais libertadores do 25 de Abril».



José Vitoriano, durante a sua alocução no Rossio

se vê compelido a assumir-se. Por exemplo a 25 de Abril, todos os anos, desde 1974... E aí não há retóricas que valham, por muito engravatado que o orador suba à tribuna.

Quem entretanto subiu à tribuna do Rossio, no deságua do desfile imenso, não tinha de se preocupar com outra coisa senão a de equilibrar-se no palco improvisado numa caixa de camioneta, já que o presidente da CML negou os meios necessários para a instalação de estruturas adequadas, alegando que o Rossio «não é recinto para manifestações de carácter político» (a não ser as da defunta AD, ali realizadas com o apoio do mesmo Abecasis). Em compensação tinham, a escutá-los, largas dezenas de milhares de pessoas que ali tinham ido com o mesmo propósito: festejar, defender e prosseguir Abril. O tenente-coronel Victor Alves, da Associação 25 de Abril, encerrou as intervenções e a jornada. Antes dele usaram da palavra José Vitoriano, do PCP (cuja intervenção resumimos noutra local desta edição), Manuel Alegre, do PS, Marques Júnior, do PRD, António Galhordas, do MDP/CDE, Maria Santos, dos Verdes, Francisco Louçã, do PSR, e Mário Tomé, da UDP.

Uma última nota: ali, o desfazer da festa não foi sinónimo de fadiga ou desalento. A imensa multidão que dispersou levava, bem visível e remojado, o que trouxera: a vontade de construir no dia a dia o que, naquele dia, fora colectivamente lembrado.

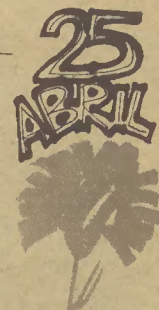


Nacional



Comemorações na AR

Já há muito se sabia que cravo vermelho ao peito nem a todos fica bem



Conforme o local assim se comemora o 25 de Abril. Mais exuberante nas ruas, onde o povo, em multidão, faz recordar a adesão popular que explodiu quando se começaram a ouvir na rádio os comunicados do Movimento das Forças Armadas; mais perfilado na parada militar que assim recorda a função determinante dos militares dos três ramos das Forças Armadas na queda do regime fascista; mais solene na Assembleia da República, onde os discursos das diferentes bancadas partidárias provam que mesmo não se gostando da data a democracia tornou possível a liberdade de discordar, o que não sucedia há 12 anos.

E deu também a liberdade de não aplaudir, pois apesar de ter sido há doze anos, existe ainda quem, nas bancadas do PSD e do CDS, se remeta ao silêncio quando renovado o agradecimento aos militares de Abril.

Na Assembleia da República, onde os cravos vermelhos estavam em profusão, não só decorando a Mesa da Presidência, como os peitos dos deputados e da assistência que enchia as galerias — as excepções confirmam a alergia já conhecida de certas pessoas por esta flor primaveril e o seu significado. Dizíamos, pois, que na Assembleia da República o discurso foi a comemoração.

Pelo PCP falou Octávio Pato, membro da Comissão Política e deputado, que recordou:

Num momento em que grande parte da população portuguesa vive gritantes dificuldades e é atingida por enormes carências e flagrantes injustiças e o País conhece uma gra-

ve crise que não pode ser iludida, julgamos necessário reafirmar que a responsabilidade pelo agravamento da situação nacional, pela frustração de esperanças populares que emergiram em 25 de Abril, não podem ser assacadas nem ao

formações políticas e socioeconómicas criadas com o 25 de Abril.

Em inteira coerência com o que de há muito defendemos, entendemos oportuno reafirmar nesta ocasião que a estabilidade democrática é uma condição essencial para a solução dos graves problemas de Portugal e para o progresso e desenvolvimento multifórmico do País.

Falou, depois, da necessidade de se garantir e assegurar a estabilidade política, social, económica, bem como salvaguardar a estabilidade institucional, a paz e a independência nacional.

Relativamente a esta última salientou que para a preservar o

tro país, mas sim promover uma política de paz com todos os povos e países.

Destacou, ainda, que apesar de divergências e eventuais conflitos importa referir que, em alguns momentos cruciais para a sobrevivência do regime democrático, as forças democráticas, apesar da diversidade das suas opções e orientações, foram capazes de convergir para salvar o País de perigosos retrocessos de cariz autoritário, revanchista e restauracionista.

Na intervenção que proferiu, o Presidente da Assembleia da República, Fernando Amaral, recordou que o 25 de Abril foi alvorada de intenções a dar forma e sentido ao projecto que pretendemos ver realizado, acrescentando da infelicidade dos povos que perdem a memória do seu passado e não sabem honrar os que, desprezando os seus interesses, arriscaram a própria vida pelas causas nobres onde todos nos sentimos justificados. É por esta razão, militares de Abril, que nos sentimos gratificados com a vossa presença, numa alusão aos membros do Conselho da Revolução presentes nas galerias.

O Presidente da República que encerrou a cerimónia, salientou na sua intervenção: Temos todos a consciência de que foi apenas em 25 de Abril que, para Portugal, começou o futuro — um futuro que queremos de liberdade, de afirmação nacional, de respeito pelos outros e pelo direito à diferença, de prosperidade e de paz. Não é demais, por isso, que saudemos de novo os que o tornaram possível: os militares de Abril e todos aqueles que ao longo dos anos, e foram tantos, indomavelmente, se bateram pela liberdade e pelo direito ao respeito da sua própria dignidade de cidadãos.

Foram oradores pelos restantes partidos, José Manuel Tenggarrinha, do MDP/CDE, Marques Júnior, do PRD, José Luís Nunes, do PS, Manuel Monteiro, do CDS e Carlos Coelho, do PSD.



Octávio Pato, na Assembleia da República

25 de Abril nem ao regime democrático, porque são fundamentalmente consequência de erros e de orientações inspiradas pela hostilidade às trans-

caminho não é fazer do País um centro de conspiradores ou permitir que aviões dos EUA sobrevoem o território nacional para bombardear ou-



Nacional



PORTO — «25 de Abril Sempre!» nas mãos de quem trabalha, o contrói e defende. Entretanto nas ruas e passeios não cabia mais gente



25 de Abril no Porto

A festa e a luta aqui, ali, em todo o lado!



COIMBRA — A «baixa» da cidade do Mondego transformou-se num imenso palco comemorativo



S. JOÃO DA MADEIRA — Os largos, afinal, não eram tão largos como isso, para acolher as multidões que queriam festejar o 25 de Abril (na foto, momento de um espectáculo cultural)



S. JOÃO DA MADEIRA — O desporto e a sua prática quotidiana também são uma conquista de Abril, por isso estiveram bem presentes nas festividades — e de direito próprio!



SINES — Com tantos atletas, ninguém agarra Abril!

O 25 de Abril foi comemorado por todo o País — eis um lugar comum que, em si mesmo, se revela à partida extraordinário: na verdade só um acontecimento com forte enraizamento popular logra unanimidade num País inteiro e, mais do que isso, consegue emergir, no corpo de uma efeméride, com a energia da própria vida. Não é exagero dizer-se que não houve cidade ou vila, em Portugal, que não tivesse sido palco de manifestações populares a festejar essa data histórica, trazendo para a rua o contraponto da rotina oficial que assinala o acontecimento. E um contraponto fundamental: o que é feito pelo Povo, na espontaneidade dos homens que se juntam à volta de uma luta comum para a assinalar, festejar e prosseguir. Por isso o 25 de Abril — por muito que custe a tantos e «escavacados» esforços — não é apenas uma memória colectiva porque, sendo-o, é sobretudo um quotidiano colectivo. Que mobiliza, sem «marketings» ou qualquer chamariz, um povo inteiro quando é necessário.

Para a festa, também. Em Lisboa, pois claro. No Porto, evidentemente, e como se segue. Aqui, ali, em todo o lado — de que damos alguns exemplos só para mostrarmos como é, dado ser manifestamente impossível contar como foi.

Os dias 24, 25 e 26 de Abril foram dias de festa, no Porto. Na «baixa» comemorou-se o 12.º aniversário do 25 de Abril e uma enorme festa popular «aconteceu», particularmente na noite do dia 24 e tarde do dia 25. Um espectáculo com Fausto animou a noite até que soassem as 12 badaladas, altura em que milhares de pessoas entoaram «Grândola Vila Morena» e o fogo de artifício brilhou no ar iluminando a alegria do povo, da praça e da festa.

Na tarde do dia 25 a festa continuou: as bandas, as fanfar-

ras, os ranchos folclóricos, a dar o tom popular; o desfile de carros alegóricos dos sindicatos e organizações populares a lembrar as conquistas de Abril e a Constituição; a declaração comum de dirigentes do PS, do PRD, do PCP, do MDP, da UDP e da ex-UESD, do PSR e de «Os Verdes» e de outros democratas sem filiação partidária, que foi lida perante milhares de pessoas, a lembrar que a liberdade e a democracia são bens supremos que cabe a todos os democratas defender.

Estes, sem dúvida, os pontos

altos da festa no Porto. Mas houve outros: a Corrida da Liberdade, com mais de 250 participantes; a homenagem à resistência antifascista; o painel dos artistas do Porto e um sem número de iniciativas que, por todo o lado, comissões de democratas, colectividades culturais e desportivas organizaram.

De Penafiel a Matosinhos, de Amarante a Gaia — corridas e almoços, distribuição de cravos e foguetes, festas e discursos — muitas foram as formas encontradas de assinalar o 12.º aniversário do 25 de Abril e reafirmar a



VEISEU — A bela cidade de Viriato também disse «presente!» aos festejos populares do 25 de Abril — e em número elucidativo

disposição de o defender e manter vivo.

Apesar da chuva, vento e até granizo que visitaram Évora exactamente no dia 25 de Abril (obrigando a restrições e incómodos no decorrer das realizações previstas), o programa das comemorações foi cumprido na bela cidade alentejana, com um ponto alto: o desfile da «Liberdade e da Paz» que partiu do Rossio de S. Brás e terminou no Jardim das Canas, onde se realizou um comício.

Em Setúbal o aniversário da Revolução foi assinalado com uma alvorada de foguetes, a que se seguiu, mais tarde, na Praça do Bocage, o hasteamento da bandeira nacional. Mas as comemorações haviã começado mais cedo, na quinta-feira, com uma sessão solene em que foi entregue ao vice-presidente da Associação 25 de Abril, coronel Costa Neves, a medalha de honra da cidade.

Entretanto a «baixa» coimbrã transformou-se num enorme arraial, com centenas de pessoas a afluírem ao Parque da cidade, onde terminou o desfile comemorativo. O desfile integrou carros alegóricos alusivos às conquistas da Revolução e foi particularmente viva a presença da juventude. Um dado: a comissão promotora das comemorações em Coimbra foi composta por 72 Juntas de Freguesia, associações culturais e recreativas, sindicatos, ranchos folclóricos e «repúblicas» de estudantes.

Em Chaves as comemorações também começaram de véspera, com mais de 200 pessoas a participarem num jantar comemorativo onde falaram representantes do PS e do PCP, enquanto que a 25 de Abril o aniversário foi assinalado com um desfile de bandas, actividades infantis e uma festa popular com ranchos folclóricos e baile.

Uma nota curiosa: em Miranda do Corvo, no distrito de Coimbra, a «Rádio Eça», num breve programa de uma hora, incentivou as populações a irem visitar uma exposição alusiva ao 25 de Abril e exposta no átrio da Câmara, lançando, inclusivamente, um concurso original a propósito. Foi um sucesso a dar mais vida à festa e mostrando mais uma vez que Abril é, de facto, o caminho da criatividade. E do futuro, pois claro.



Trabalhadores**Após mais de um mês de luta**

Vontade dos ferroviários impõe-se na CP

A preparação das jornadas do 1.º de Maio foi assinalada este ano por importantes lutas e acções públicas de protesto. Além de numerosas empresas onde os salários em atraso geram situações de conflito prolongado, são de salientar as greves no sector dos transportes, com relevo para a CP. Os resultados dos conflitos, exacerbados nos casos mais graves pela intransigência demonstrada por Governo e gerências, revelaram novamente que o recurso a formas de luta é insubstituível quando as negociações propostas pelos sindicatos e outras organizações representativas deparam com o silêncio e a atitude hostil de administrações, grande patronato e Governo. Saliente-se a permanente disponibilidade para o diálogo manifestada pelo movimento sindical e a atitude de silêncio, por vezes repressiva, adoptada pelo Governo que não desiste de aplicar o «tecto salarial». Furado em casos significativos, como o dos metalúrgicos e outros conhecidos ramos da indústria e do comércio, o limite dos aumentos salariais, imposto unilateralmente, deparou desde início com forte oposição bem demonstrada pela determinação dos ferroviários, que suspenderam há dias o seu mais recente pré-aviso para novo período de greves sectoriais rotativas que se prolongaram por mais de um mês.

Entretanto era alcançado na CP um acordo de princípio que, segundo a Federação sindical, abre perspectivas a reter para se chegar a um acordo, com a mediação do Ministério do Trabalho. Conforme os resultados conseguidos, as greves foram suspensas ao fim de 38 dias de luta. Os sindicatos ferroviários e a Federação acentuam que as greves só terminarão quando o novo conselho de gerência e o Governo mudarem radicalmente de atitude, passando a privilegiar o diálogo em vez da confrontação.

Entre as lições e experiências a aproveitar deste período de greves na CP saliente-se, além da firmeza demonstrada pelos trabalhadores e pelos sindicatos, a tónica que incidiu no esclarecimento e na atribuição de responsabilidades junto da população utente que os sindicatos se esforçaram por divulgar o mais possível, apesar de não encontrarem o eco que seria de esperar por exemplo na televisão. No entanto, o próprio desfecho desta fase do conflito, que incluiu uma concentração no Terreiro do Paço, como referimos oportunamente, torna evidente que as responsabilidades pelos prejuízos e incómodos causados à população não podem ser assaca-

das aos trabalhadores em luta, que apenas procuraram satisfazer reivindicações legais mediante uma actuação legal para que foram impelidos pelo Governo e pelo conselho de gerência da CP.

Que a luta vale a pena é outra das conclusões a extrair da luta dos ferroviários por direitos elementares.

Outras situações de conflito preocupam e levam a agir trabalhadores, sindicatos e organizações representativas um pouco por todo o País.

Ansiosos por despedir em Braga

Três empresas deste distrito — **Fábrica do Arquinho, Fábrica da Cruz de Pedra, e Carlos Matos** — estavam, há cerca de duas semanas, sem pagar salários a um conjunto próximo dos 500 trabalhadores. Afirma o Sindicato do sector têxtil que o processo do Arquinho é «nebuloso e chegou a despertar o interesse de alguma imprensa. Os seus trabalhadores (cerca de 260) estão há 14 meses à espera que lhes paguem, sem perspectivas de voltarem a ocupar os postos de trabalho». Acrescenta aquela organização sindical do distrito de

Braga que na Cruz de Pedra «**decorre um pedido de despedimento colectivo que lançaria no desemprego 91 operários**». A fundamentação económica é «débil e inconsistente» razão pela qual, segundo o mesmo Sindicato, «não pode ser aceite». Na **Carlos Matos** (Barcelos) havia na primeira semana de Abril «104 trabalhadores em luta pelo pagamento dos salários em atraso», que naquela altura remontavam já aos três meses. Não há notícia destes salários terem sido liquidados. O que se recela é a liquidação das empresas. O Sindicato afirma, solidário, que «desenvolve esforços com vista ao pagamento dos salários em dívida» e para pôr a Fábrica do Arquinho de novo a trabalhar. A Federação sindical do sector que inclui, como se sabe, o **têxtil, lanifícios, vestuário, calçado e peles** com âmbito nacional, referia entretanto que, «como sempre acontece nesta altura do ano (Abril), é altura de pôr em marcha o amplo processo preparatório de revisão dos nossos contratos, que se inicia em 1 de Outubro de 1986». A Federação recorda que esse processo «é sempre difícil», mas pode trazer aos trabalhadores «importantes vitórias forjadas na unidade, determinação e luta» pelas reivindicações dos contratos. Entre elas, a Federação destaca a «criação do subsídio de alimentação (200 escudos por dia)» e a «redução do horário de trabalho para 40 horas semanais».

SERL e Sundlete: dois casos do Porto

Para quinta-feira da próxima semana está marcada no Tribunal de Matosinhos a reunião de credores da empresa **Sundlete**, de Leça do Balio, que deve 52 mil contos de retroactivos aos trabalhadores. Num plenário recente, foi decidido recusar a proposta da administração segundo a qual essa importância seria paga em prestações durante três anos. Dispostos a exigir a satisfação dos seus direitos, os trabalhadores daquela empresa química recordam que a **Sundlete** deve só de retroactivos ao pessoal do sector químico uma importância muito superior aos 52 mil contos que se proporia pagar durante três anos. Assinalavam entretanto os sindicatos que a **Sundlete** fez em Novembro do ano passado um despedimento colectivo de 217 trabalhadores. O plenário decidiu aguardar novas propostas da administração, até ao próximo dia 8. De outro modo, estará presente na reunião de credores no Tribunal de Matosinhos.

Na **SERL**, empresa de material eléctrico da Maia, foi evitado, pela terceira vez, um despedimento colectivo. Depois de ter tentado sem êxito despedir 22 e mais tarde 16 dos 50 trabalhadores que emprega actualmente, a **SERL** tem em vista conseguir a

rescisão dos contratos por «mútuo acordo» e, segundo as organizações representativas, tenta «**instaurar um clima de medo que lhe permita aumentar a exploração**». A empresa tem actualmente 50 trabalhadores. Há pouco mais de um ano tinha 66.

Continua o encerramento de empresas no distrito de Aveiro

A União dos Sindicatos de Aveiro, que reuniu recentemente o seu conselho distrital, sublinha que continua a verificar-se o encerramento de empresas daquela região. Depois de referir a necessidade de se «proceder à

actualização rigorosa dos dados sobre a situação social no distrito», a USA assinala que «continua por resolver a grave questão dos salários em atraso» e que «a Inspecção do Trabalho continua a não cumprir cabalmente as funções que lhe cabem, sendo manifesta a atitude de complacência, se não de conluio, com o patronato». A USA alude expressamente ao caso das posições tomadas pela Inspecção do Trabalho «relativamente aos profissionais da banca do **Casino de Espinho**». A disposição de luta contra essa e outras situações é assinalada pela União dos Sindicatos que refere os casos da **Silva & Irmão, Saches** (pela contratação colectiva), **Ce-**

tap, Cerâmica da Mealhada, Cerâmica do Outeiro, Manuel de Lima & Filhos (pelo pagamento de remunerações em atraso) e **Abel Araújo Malheiros** (em defesa dos postos de trabalho).

Sindicatos e outras organizações representativas dos trabalhadores têm ainda referido ultimamente situações muito graves e formas de luta em empresas como a **Euroaudio** (Caldas da Rainha), **Machado & Ca., Mecânica Ideal das Fontainhas, Molaflex e Oliva** (todas de S. João da Madeira), **Ivima, M. Pereira Roldão** (Marinha Grande), e **CIFA** (1300 trabalhadores sem salários há mais de 40 meses, em Valongo).

● **Suspensas as greves rotativas sectoriais**
● **Outras lutas**

LUTAS E TAREFAS

As eleições para os sindicatos e as comissões de trabalhadores têm importância idêntica à das outras formas de luta adoptadas pelas organizações representativas. Em determinadas situações, a escolha democrática dos delegados, dirigentes sindicais e outros representantes dos trabalhadores em empresas, regiões e sectores adquire forte relevância e exige grande participação. Numa altura em que o Governo Cavaco Silva pretende desarticular os mecanismos da contratação colectiva, remetendo as associações sindicais para o papel de «auditoras», que subscreveriam «tectos salariais» impostos por um organismo dito de «Concertação», é forçoso escolher — e escolher bem — votando nas listas defensoras da unidade, da democracia e da independência do movimento sindical. Releve-se para já a próxima eleição dos corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Évora.

● **Eleições em 15 de Junho.** Numa folha para afixar nos locais de trabalho, a Mesa da Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Évora convoca eleições sindicais para o próximo dia 15 de Junho. Falta pouco mais de um mês, e um acto eleitoral precisa de tempo para ser preparado, para mobilizar o maior número de associados. «Se tens mais de 18 anos e as quotas pagas» — recorda a Mesa — «deves votar», porque «votando reforças o teu Sindicato, defendes os teus direitos e interesses», contribuindo para «defender o regime democrático» e o «prosseguimento do 25 de Abril», apela o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas ao marcar as eleições para os corpos gerentes em 15 de Junho de 1986 no distrito de Évora.

● **Aveiro: «Elevado grau de consciência e coesão».** O Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, com sede em Riomeão, acaba de eleger e de dar posse aos seus corpos gerentes para o triénio de 1986-89. A lista eleita concorreu sob o lema «Organizar para lutar; unir para vencer os novos desafios». Apoiada pela direcção cessante, obteve 95 por cento dos votos expressos por 50 por cento dos associados, «distribuídos por 119 mesas de voto espalhadas por todo o distrito, em empresas, nos concelhos, nas delegações e sede do Sindicato». Num comunicado, a União distrital refere a importância destas eleições no «maior sindicato do distrito de Aveiro». A lista única obteve resultados que «exprimem claramente um elevado grau de consciência e de coesão dos trabalhadores do sector», constituindo «uma manifestação inequívoca do seu apoio às linhas de rumo fundamentais traçadas pela anterior direcção». Depois de referir que as eleições representaram «uma grande vitória da unidade dos trabalhadores metalúrgicos», a União de Aveiro conclui afirmando que «a sigla a que se acolheram os dirigentes agora empossados traduz bem as preocupações que os

acompanharam, relativamente às implicações que a introdução de novas tecnologias e a adesão à CEE acarretarão para os trabalhadores do sector». Ao mesmo tempo, essa vitória da unidade expressa a firme disposição dos metalúrgicos para «encontrarem as respostas adequadas a tudo o que ponha em causa os seus interesses e direitos fundamentais».

● **Função Pública: eleições no Centro.** Nos próximos dias 6 e 7 do corrente, os filiados no Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro elegem os seus corpos gerentes. O prazo para a entrega das candidaturas terminou com a apresentação de uma única lista que concorre, com a sigla «Unir — Organizar na Acção e na Luta», a todos os órgãos a eleger: direcção, mesa da assembleia geral, direcção distrital de Aveiro, direcção distrital da Guarda, direcção distrital de Leiria e direcção distrital de Viseu. O Sindicato, com sede em Coimbra, apela a todos os sócios para que exerçam o seu direito de voto. A assembleia geral em funções esclarece que os sócios «serão dispensados durante o tempo suficiente para se deslocarem à mesa de voto mais próxima do seu local de trabalho, de acordo com autorização do Secretário de Estado do Orçamento, já distribuída por todos os ministérios». As urnas funcionam em 6 de Maio próximo nos distritos de Coimbra e da Guarda; no dia seguinte, nos distritos de Aveiro, Leiria e Viseu.

● **A unidade e a adesão aos princípios que orientam a CGTP.** Saíram ainda vencedoras nas eleições para os corpos gerentes do Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços (**CESL** de Lisboa); **Sindicato da Cerâmica e Cimentos de Lisboa, Santarém e Portalegre**; Comissão de Trabalhadores da **SISTEL** (Caparica, Almada); e **Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores do Distrito do Porto**.



Terra

Por direitos sociais e sindicais

Agrícolas reforçam unidade e organização

Vieram recentemente a Lisboa. De diferentes lugares do Sul do País percorreram muitos quilómetros para vir dar conta às autoridades e à opinião pública de alguns dos seus problemas, das suas reclamações e propostas. Eram homens e mulheres, aí pela centena e meia, operários agrícolas dos campos do Alentejo e do Ribatejo cujas posições e actividade são sistematicamente silenciadas ou distorcidas pela generalidade dos órgãos de comunicação social. Daí a razão do seu protesto. Um protesto que os fez deslocar à capital onde deram uma conferência de imprensa, avistaram-se com entidades oficiais e distribuíram um documento à população contendo as principais conclusões de mais um iniciativa a que recentemente meteram ombros.

Tratou-se da 1.ª Conferência da Mulher Trabalhadora Agrícola do Sul na qual participaram em finais do passado mês de Março, em Évora, cerca de duas mil delegadas provenientes de todos os distritos da Reforma Agrária. Uma iniciativa a que atribuíram grande significado — para além do elevado número de presenças importa destacar o próprio nível do debate e a importância das conclusões aprovadas —, interesse que, todavia, esbarrou quer na indiferença das autoridades quer no silêncio cúmplice dos meios de comunicação.

Natural, pois, a mágoa e a preocupação que traziam. Preocupação pelo agravamento acentuado dos problemas de natureza social que assolam a sua região e que são o resultado de uma política orientada contra os interesses dos trabalhadores, da economia e do País.

Reconstituir o latifúndio

Uma política apostada na reconstituição do latifúndio e que persiste em saquear as terras, gados, máquinas e outros bens aos trabalhadores para os entregar ilegalmente a agrários que as deixam subaproveitadas ou abandonadas, situação em que hoje se encontram na região mais de 500 herdades ocupando uma área superior a 320 mil hectares (das quais 160 possuem barragens ou charcos) e que poderiam garantir emprego a milhares de trabalhadores.

Ora foi justamente contra esta política de desastre que, firme e inequivocamente, se pronunciou a 1.ª Conferência da Mulher Trabalhadora Agrícola do Sul como o demonstram as afirmações contidas nas conclusões aprovadas por unanimidade, documento esse onde se exige nomeada-

mente a «demissão imediata do ministro da Agricultura, o fim da ofensiva contra a Reforma Agrária, a reposição da legalidade democrática e o cumprimento dos Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo».

Mas foi em torno da luta pelo direito ao emprego e por outros direitos sociais, sindicatos e profissionais dos trabalhadores agrícolas que incidiram grande parte das conclusões saídas da Conferência de Évora.

Respeitar Abril

Começando por fazer um apelo à participação das mulheres trabalhadoras nas suas organizações de classe com vista ao reforço da luta em defesa dos seus interesses e por melhores condições de vida e de trabalho, o documento aprecia depois os efeitos da acção governativa nos campos da Reforma Agrária para concluir pela absoluta necessidade de serem respeitadas as várias formações económicas nascidas com o 25 de Abril e de serem reactivados todos os planos que permitam o aproveitamento dos nossos recursos naturais como sejam o Plano de Rega do Alentejo e a Barragem do Alqueva.

No domínio do apoio material aos desempregados entendem os delegados ser necessário «revogar o decreto-lei 20/85 e a circular n.º 41, alargar o subsídio por tempo indeterminado a todos os desempregados disponíveis para trabalhar, incluindo os jo-

vens à procura do primeiro emprego», medidas estas que devem ser acompanhadas pela aplicação na íntegra das receitas do Fundo de Desemprego na «cobertura à promoção de emprego e à formação profissional».

Quanto ao contrato colectivo de trabalho a Conferência concluiu ser necessário prosseguir a luta pelo cumprimento integral do CCT em vigor e pelo exercício dos direitos sindicais dentro das empresas. Nesse sentido foi reafirmada a vontade de continuar a lutar contra a discriminação salarial e contra a «aplicação de prémios sem critério que visam dividir os trabalhadores».

«Lutar para que o patronato e o Governo não consigam alterar a legislação laboral, liberalizar os despedimentos e agravar os nossos direitos» foi outro dos propósitos reafirmado na Conferência que não deixou de exigir, por outro lado, o «funcionamento e actuação dos organismos competentes contra as ilegalidades cometidas pelo grande patronato para fugirem aos encargos sociais».

Segurança social

No que diz respeito ao ensino e à formação profissional as delegadas foram unânimes em considerar que para além do aumento das verbas para material escolar, bolsas de estudo, alimentação, etc., e do incentivo a medidas de alfabetização, importa lutar pela revogação do decreto-lei 247/85 e pela «aprovação de um plano regional de formação profissional que tenha em conta a participação das mulheres operárias agrícolas», luta essa que deve ser acompanhada pela exigência da criação de comissões de higiene e segurança, pela colocação de serviços de medicina no trabalho e pela



aprovação de um regulamento para a agricultura que defenda os trabalhadores sinistrados e suas famílias».

Depois de apelar ao reforço da participação das mulheres no trabalho sindical, orientação que passa necessariamente por uma crescente consciencialização das mulheres trabalhadoras relativamente à importância desta frente, as conclusões detêm-se no capítulo do direito à saúde e à segurança social. A este respeito, sublinha o documento, é preciso lutar «para que os representantes das organizações dos trabalhadores participem efectivamente nas organizações locais ou regionais referentes à saúde; lutar para que na prática seja aplicada a legislação sobre a maternidade e planeamento familiar».

Ainda no plano da segurança social, um dos que mais fez reair sobre si a atenção dos delegados durante o debate, salientam as conclusões ser necessário «denunciar as artimanhas utilizadas pelo patronato e Governo com objectivo de fraccionar e afastar os trabalhadores agrícolas do direito à segurança social» prática que deve ser acompanhada pela exigência de que sejam revogadas as leis 124/84,

81/85 e alterados alguns artigos da lei 28/84, no sentido de que «todos os trabalhadores agrícolas sem excepção sejam integrados no regime geral da segurança social».

Resistir no terreno

Após um apelo à resistência no terreno «através da luta de massas» como forma de defender a Reforma Agrária, «conquista democrática do 25 de Abril, indispensável ao pão do Povo português», as conclusões da 1.ª Conferência da Mulher Trabalhadora Agrícola dedicam a sua última alínea à luta pela paz e ao prosseguimento de Abril.

«Continuar a luta contra a corrida armamentista e apoiar todos os povos vítimas dos ataques do imperialismo» constitui no entender da Conferência um dever de todos os trabalhadores e suas estruturas representativas, luta essa que no plano da defesa do 25 de Abril deve ter a sua expressão «no reforço da organização em toda a estrutura sindical, no reforço da unidade dos trabalhadores, no combate ao divisionismo sindical e na revitalização da luta de massas em todas as áreas, em defesa dos nossos direitos, por melhores condições de vida e de trabalho».

Deputados comunistas visitam Vale do Liz

A instalação de uma indústria transformadora e de circuitos que permitam um rápido escoamento dos produtos agrícolas produzidos no Vale do Liz, constituem duas das reclamações mais sentidas pelos seus homens do campo, aspiração antiga que ainda recentemente mereceu a atenção dos deputados comunistas Joaquim Gomes e Álvaro Brasileiro no decorrer de uma visita efectuada aquela região Norte do distrito de Leiria.

Com uma área que totaliza os

2200 hectares de terras férteis, o Vale do Liz — outrora uma zona de grandes arrozais que foram desaparecendo por força do desvio forçado do «rio do Pinhal» — é hoje irrigado por um sistema obsoleto e degradado completamente desajustado das necessidades dos agricultores e do necessário desenvolvimento da produção agrícola.

Caleiras destruídas, falta de valas de enxugo, falta de limpeza dos rios são alguns dos problemas existentes para os quais

a Associação de regantes, de acordo com a opinião de maioria dos agricultores, continua a «não dar resposta».

O aumento das taxas de rega em mais de 70 por cento decretado pela Associação dos Regantes, sem que daí tenha resultado qualquer benefício para os agricultores, constitui por seu turno outro factor de descontentamento, obrigando os proprietários e rendeiros do Vale do Liz a pagar seis mil escudos por hectare quer utilizem ou não a água dos rios e ribeiros necessária para os seus terrenos.

Durante a visita os agricultores tiveram ainda a oportunidade de apresentar aos deputados comunistas algumas propostas e sugestões com vista à resolução de alguns dos problemas existentes, designadamente a reparação dos canais de rega, a limpeza dos rios e valas de abastecimento, a abertura de valas de enxugo e um correcto procedimento das entidades oficiais com os agricultores, procedimento esse que passa necessariamente por um diálogo permanente e franco.

O escândalo da batata

Um prejuízo, só na região transmontana, seguramente superior a 250 mil contos, eis a quanto se eleva o montante dos danos causados aos produtores da batata de Trás-os-Montes como resultado de uma política ruinosa que desrespeita os interesses da lavoura e de economia nacional, submetendo-se escandalosamente aos interesses de grandes especuladores e intermediários e de entidades estrangeiras.

A denúncia acaba de ser feita pela Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes do PCP através de um comunicado no qual se afirma que dando «inteira liberdade de actuação aos intermediários e armazenistas» o Governo de Cavaco Silva permitiu que estes «jogassem» com as necessidades económicas dos agricultores, os quais, vendo a sua batata a apodrecer nas lojas, a venderam a 8,9 e 10 escu-

dos (quando o custo de produção regional ronda os 20 escudos) deixando ainda que se gerasse uma situação de escassez que veio posteriormente a justificar um salto no preço do produto tubérculo ao consumidor para os 25 e 30 escudos quilo.

Responsabilizando exclusivamente por esta situação o Governo, os comunistas de Trás-os-Montes recordam que este teve todas as condições para escoar a batata à produção a um preço compensador, regularizando ao mesmo tempo o mercado consumidor, medidas essas que não adoptou por que não quis muito embora tenha invocado o pretexto de que estaria sujeito às regras da CEE.

Mas como se não bastassem todos estes danos a produtores e consumidores eis que o Executivo do PSD veio agora autorizar a importação de batata a

18\$50 o quilo, medida que os produtores nacionais interpretam como mais uma achega para «encher os bolsos aos importadores» e que classificam de verdadeiro «crime económico e social».

Afirmando não se mostrarem admirados com a execução de tal política — «nos últimos anos sempre o PSD tem estado no governo e na concretização de uma política de direita» — a DORT do PCP alerta ainda para novas importações que estarão na forja (10 mil pipas de vinho, quando se sabe existirem elevados excedentes; quatro mil toneladas de carne de porco; várias toneladas de produtos avícolas e ainda de couve-flor, tomate e frutas), importações essas que uma vez mais irão causar graves prejuízos à produção e à economia nacional pelo que encontrarão a oposição dos agricultores portugueses.

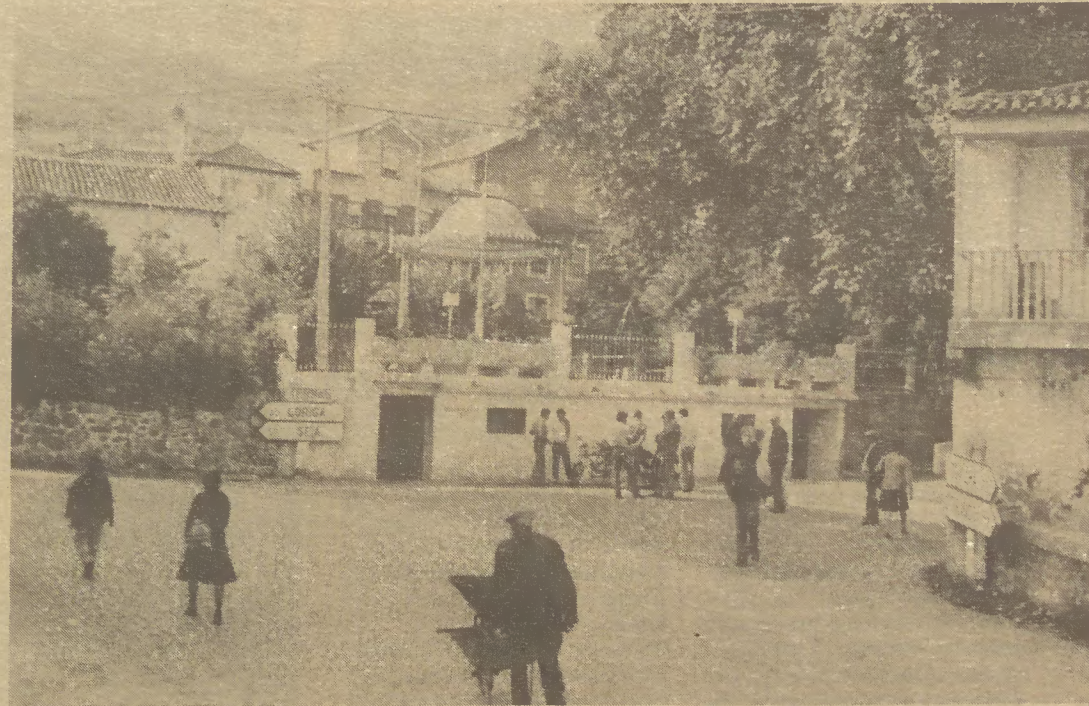


Os deputados comunistas Joaquim Gomes e Álvaro Brasileiro ouvindo as reclamações dos agricultores do Vale do Liz

PCP



A 1.ª Assembleia da Organização Regional da Beira Interior reunirá militantes comunistas dos 25 concelhos que constituem os distritos de Castelo Branco e Guarda



Marcada para 15 de Junho, na Covilhã

Em preparação a 1.ª Assembleia dos comunistas da Beira Interior

Nos distritos de Castelo Branco e da Guarda já começaram os plenários e reuniões inseridos na actividade preparatória da 1.ª Assembleia da Organização Regional da Beira Interior (DORBI), do PCP, marcada para 15 de Junho próximo (um domingo) na cidade da Covilhã.

Como nos salienta a Direcção Regional do Partido, «a realização da 1.ª Assembleia vem ao encontro do cumprimento de um princípio estatutário do PCP e da orientação apontada pelo seu X Congresso, e corresponde ao desenvolvimento do Partido na região, como o provaram as duas Assembleias de âmbito distrital realizadas em 1985».

O balanço à actividade das organizações do PCP, a análise das perspectivas de desenvolvimento económico, social e cultural da Beira Interior e a

eleição da nova Direcção Regional serão temas em foco nos trabalhos da 1.ª Assembleia, que está a ser cuidadosamente preparada pelos colectivos de comunistas nos 25 concelhos dos distritos de Castelo Branco e da Guarda.

Os plenários e reuniões convocados para preparar a Assembleia terão, entre outras tarefas, de eleger os cerca de 200 delegados que representa-

rão o Partido no grande encontro da Covilhã, que decorrerá sob o lema «Com o PCP, com Abril, desenvolver a Beira Interior». Nas próximas edições do «Avante!», contamos dar mais pormenores sobre esta importante iniciativa, particularmente sobre o seu trabalho preparatório, espelho da intensa vida democrática que caracteriza o funcionamento do Partido.

Plenário distrital na Guarda

Um balanço da actividade do Partido no distrito, o plano de acção e objectivos para os restantes meses deste ano e a análise da situação política nacional e regional foram pontos destacados do debate realizado no encontro distrital do PCP, que reuniu recentemente uma centena de membro do Partido em representação dos organismos do distrito da Guarda.

Numa das moções aprovadas pelos militantes comunistas salienta-se a dado passo:

«O governo Cavaco/PSD, exercendo o controlo e a manipulação sobre os órgãos da comunicação social, especialmente sobre a rádio e a televisão, faz um vergonhoso reclame dizendo

que está a resolver tudo. A realidade é, no entanto, bem diferente.

«Dia-a-dia, os trabalhadores e as populações vêem-se na necessidade de avançar para a luta por salários dignos, pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho, contra o desempre-

go, contra os salários em atraso, pelo direito ao trabalho, à saúde, à segurança social, ao ensino, à habitação, às comunicações etc. Vejam-se os casos dos trabalhadores da Renault, da Fems, da Camilo e Filhos, da Herminhos, da Bento Pedroso, das câmaras municipais, dos professores dos médicos, da CP, vejam-se ainda os casos das populações de localidades do concelho de Seia e tantos outros.

«Cresce ainda o descontentamento dos agricultores que exigem do governo a baixa dos preços do grão, das sementes, dos adubos, dos pesticidas e

seu falecimento representa uma grande perda para a organização local do Partido.

Adelino Pereira da Silva

Antigo funcionário do tribunal de Porto de Mós, onde trabalhou durante muitos anos, cidadão respeitado e activamente ligado à vida do Poder Local e às populações, faleceu recentemente o nosso camarada Adelino Pereira da Silva, antigo comandante dos Bombeiros Voluntários de

Porto de Mós. O camarada agora falecido participou também na Assembleia de Freguesia e na Assembleia Municipal de Porto de Mós, eleito pela Aliança Povo Unido. Dedicou os últimos anos da sua vida ao trabalho do Partido como membro da Comissão Concelhia local e como quadro de apoio à Direcção Regional de Leiria do PCP (DORLEI).

Clarina Sales Ramos

Esposa do camarada António Inácio Rocha, faleceu no passa-

do dia 20 a militante comunista Clarina Sales Ramos, de 70 anos, residente na Quinta do Carvão, freguesia de S. Mateus, em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira. Esta camarada dos Açores deu um útil apoio ao trabalho do Partido naquela região.

Ao familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta o seu profundo pesar.

Os problemas do concelho em foco na 2.ª Assembleia

A população do concelho sofre de forma acrescida as consequências gravosas da continuação de uma política contrária aos seus interesses e necessidades mais sentidas. Cresce o desemprego, a exploração dos trabalhadores, os salários em atraso, a repressão, os contratos a prazo, a crise em diversos sectores.

O concelho de que aqui se fala é o de Ilhavo, no distrito de Aveiro. Recentemente al decorreu a 2.ª Assembleia da Organização do PCP, na qual os delegados aprovaram um breve documento sobre a situação social e outros aspectos da actualidade neste concelho litoral.

Salientando em primeiro lugar os problemas que se vivem nos sectores profissionais, relacionando-os com as consequências de uma política cujas consequências são bem diferentes do que «a Comunicação Social controlada pelo Governo pretende fazer crer», os militantes comunistas reunidos na sua 2.ª Assembleia chamam a atenção para as situações que vivem:

● As trabalhadoras das secas obrigadas por alguns patrões, como na empresa Ribau, a trabalharem doze ou mais horas por dia sem qualquer pagamento de horas, recebendo apenas 22 contos mensais.

● As dezenas de trabalhadores, principalmente mulheres, de empresas como a Gafanhense que

recentemente foram lançadas no desemprego por não serem renovados os seus contratos a prazo.

● Os operários da fábrica da Vista Alegre cuja Comissão de Trabalhadores está a ser alvo de um processo disciplinar movido pela administração, apenas porque aquele órgão representativo se preocupa com os problemas da empresa.

● Os trabalhadores que ainda restam na Alfenor, com os seus salários em atraso, e que não vislumbram saída para a crise que a empresa atravessa.

● Os trabalhadores do sector das pescas, cujo número não pára de diminuir, que vêm as empresas a definir sem investimentos nem apoios, com a frota cada vez mais reduzida.

Depois de apontarem, a título de exemplo, aquele conjunto de situações a nível do concelho, os participantes na 2.ª Assembleia do Partido avançam uma conclusão e um apelo:

Estes exemplos demonstram facilmente que é impossível afirmar-se com seriedade que

Decq Mota na Terceira

Ao abrigo do estatuto de deputado regional, o camarada José Decq Mota, suplente do Comité Central do PCP, realizou recentemente uma visita de trabalho à Ilha Terceira, que se prolongou por quatro dias, com resultados muito positivos para a actividade do deputado comunista.

Durante a sua deslocação àquela ilha da região açoriana, José Decq Mota foi recebido

pelo secretariado da União dos Sindicatos de Angra e pela direcção do Sindicato dos Pescadores da Terceira, com quem analisou a situação dos trabalhadores.

O deputado comunista visitou todos os órgãos de Comunicação Social sediados naquela ilha, tendo-se inteirado dos respectivos problemas junto das direcções e dos trabalhadores.

Escândalo na Madeira

Egídio Pita, figura conhecida do PSD madeirense, presidente da Câmara Municipal de Ponta do Sol, além de não responder a «qualquer espécie de pedidos feitos por deputados comunistas», exhibe pistolas e agrediu um deputado na Assembleia Regional. Palavras para quê? É um «artista» pèpèdê...

Das hostes de Alberto João Jardim e do seu PSD madeirense, vem novo escândalo: Egídio Pita, deputado e presidente da Câmara Municipal de Ponta do Sol, o tal que não responde a questionários ou qualquer espécie de pedidos feitos por deputados comunistas (ver último «Avante!», passou a frequente atitude grosseira no comportamento e nas palavras à pura e simples agressão física sobre outro deputado da Assembleia Regional.

Em nota divulgada à Comunicação Social pela DORAM do PCP no passado dia 25, o caso é assim descrito e comentado: «O que se passou ontem na

Assembleia Regional não tem outra designação: vergonhoso! Nenhuma explicação é lícita para justificar o comportamento do deputado do PPD Egídio Pita, ao agredir cobardemente o deputado do Martins Júnior, da UDP.

A atitude do senhor Egídio Pita é indigna de um deputado que o povo elegeu para defender os seus interesses e põe em causa a respeitabilidade do Parlamento da Região Autónoma da Madeira.

O senhor Egídio Pita, que agrediu outro deputado da Assembleia Regional, é o mesmo que várias vezes tem ameaçado elementos da oposição, dentro e fora da Assembleia.

o Governo PSD/Cavaco Silva esteja a funcionar e a resolver os problemas, pois estes não deixam de se agravar. E se são os trabalhadores os primeiros a sofrer as consequências desta situação, os seus reflexos atingem porém quase toda a população do concelho.

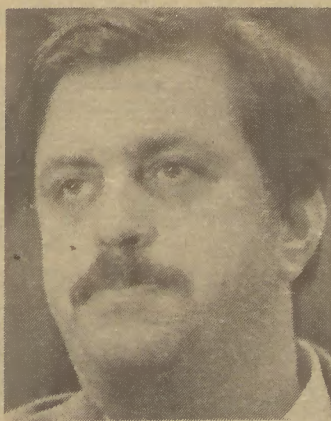
A 2.ª Assembleia Concelhia do PCP apela ao reforço da organização e luta unitária dos trabalhadores em conjunto com a acção de todos quantos sofrem com a acção do Governo PSD/Cavaco Silva, contribuindo assim no concelho para o objectivo de conseguir uma alternativa à política actual.

A Assembleia, que aprovou também um documento de orientação política intitulado «reforçar a actividade, aumentar a influência, defender Abril», dirige ainda um apelo «ao reforço da acção comum com os restantes partidos democráticos, em torno de objectivos concretos. É já resultado dessa acção comum o reforço em 16 mil contos da verba proposta pelo Governo, no Orçamento do Estado, para o concelho de Ilhavo, reforço este conseguido pelo entendimento entre PCP, PS, PRD e MDP. Este aumento de 16 mil contos permitirá, por exemplo, diminuir as dificuldades com que se debatem algumas freguesias que não dis-

põem de verba para o seu funcionamento corrente».

E acrescenta: «Estes 16 mil contos, embora não resolvam os problemas do concelho, são algo de mais concreto que os misteriosos fundos do FEDER de que tanto se falou e fala para "justificar" a adesão de Portugal à CEE, e aos quais a Câmara Municipal se candidatou. Com tal esperança se começaram obras que agora têm de ser concluídas com recurso a empréstimos da Banca, pois da CEE para o concelho, não veio nada.»

O documento sobre a situação no concelho manifesta ainda a preocupação da Assembleia «pela notícia da recusa do Canadá em atribuir quotas de pesca nas suas 200 milhas aos nossos barcos, bem como do impedimento da sua entrada em portos canadianos, devido ao facto de este país estar em conflito, não com Portugal mas sim com a CEE, à qual o nosso país foi amarrado. Este problema, a não ser rapidamente resolvido, acarretará enormes consequências para o nosso concelho atingindo um sector em que as dificuldades são já enormes. A falta de cuidado na negociação da adesão de Portugal à CEE, realizada fundamentalmente por razões políticas, fica uma vez mais demonstrada».



Decq Mota

Teatro no CT de Alfama

Não se trata de qualquer convocatória para uma reunião de Partido. Desta vez, o convite é para assistir a uma peça de teatro, com uma história de cafés pelo meio.

Vamos explicar tudo: por iniciativa dos organismos de direcção do Sector Público e da Função Pública da organização de Lisboa, e tendo como objectivos a dinamização cultural do Centro de Trabalho de Alfama e a angariação de fundos para uma nova máquina de café para aquele Centro do Partido, ali decorrerá no próximo dia 9 (sexta-feira) uma noite de teatro com a apresentação de «O Rei da Selva», de Oswald de Andrade.

A peça será levada à cena pelo Grupo de Amadores da Sociedade Guilherme Cossoul.

Resta informar que o acesso ao espectáculo custa apenas 50 «bicas».

O pano subirá às 21 horas.

Nacional

O grave acidente na Escola de Camarate Quem assume a verdadeira responsabilidade?

O acidente recentemente verificado na Escola Preparatória e Secundária de Camarate, recoloca a questão da segurança nas escolas, nos precisos termos de há mais de um ano, quando a opinião pública foi sacudida pelo horroroso acontecimento que no final de Janeiro de 1985 ocorreu na Escola Secundária do Cartaxo, lembra o Sindicatos dos Professores da Grande Lisboa (SPGL).

Os Conselhos Directivos das escolas que verifiquem a existência de factores de insegurança devem encerrá-las de imediato, até que responsáveis designados pelo Ministério da Educação assegurem oficialmente e por todas as formas exigíveis, incluindo a confirmação escrita, o bom funcionamento dos equipamentos que possam pôr em risco a integridade física da comunidade escolar. A escola não pode ser um local de risco ou de perigo.

Esta é a posição do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), em nota divulgada recentemente à opinião pública sobre a explosão ocorrida na Escola Preparatória e Secundária de Camarate, que motivou o internamento de um professor, dois alunos e um elemento do pessoal de apoio.

Ratoeiras humanas

Salientando desde logo que

essa explosão denuncia a insegurança de elevado grau que se vive nos estabelecimentos de ensino e recoloca o problema nos precisos termos do acontecimento horroroso da Escola Secundária do Cartaxo (Janeiro de 1985), a nota do SPGL, assinada por Augusto Pascoal, membro da sua direcção refere:

toeiras humanas, tais são as condições que oferecem.»

E acrescenta o SPGL: «Está ainda para vir o dia em que um dos responsáveis políticos do casarão da 5 de Outubro venha a público assumir a responsabilidade do que vai acontecendo nas escolas em que se registaram acidentes graves. Há sempre alguém, que não o Ministério, que deve ser responsabilizado...»

Desta vez...

Desta vez ficaram internados um professor de Educação Física, dois alunos e um elemento do pessoal de apoio. As queimaduras de primeiro e de segundo grau que todos suportam ficaram a dever-se ao deficiente funcionamento dos equipamentos de aquecimento de água dos balneários, apesar de, pouco tempo antes, a empresa que tem a seu cargo a assistência àquele equipamento ter confirmado o seu bom funcionamento, conforme afirmou o secretário de Estado da Administração Escolar no local do acidente.

Ao que parece não existem, ou o MEC não conhece, meios de alarme sonoros e/ou luminosos que alertam para anomalias que podem pôr em risco a comunidade escolar. Se assim é, trata-se de deficiente planeamento, ou de irresponsabilidade, no que se refere à instalação dos equipamentos, visto que existem normas rigorosas sobre a instalação de mecanismos que permitam a detecção de avarias em caldeiras sujeitas a elevadas pressões.

(Nota da direcção do SPGL, assinada por Augusto Pascoal).

Cartaxo e Camarate

Noutra passagem do documento divulgado aos jornalistas, o Sindicato da Grande Lisboa, um dos que constitui a FEN-PROF (Federação Nacional de Professores), esclarece:

«Ao Ministério da Educação cabe equacionar os problemas relativos à construção de edifícios escolares, à sua reparação e manutenção (visto que agora integra também a Direcção-Geral das Construções Escolares) e estabelece os planos de trabalho, prevenindo a concretização atempada de todos eles.

«O Ministério dispõe de meios para avaliar o grau de inseguran-

dos os graus de ensino o perigo é latente, sendo que em alguns casos os estabelecimentos de ensino podem equiparar-se a ratoeiras humanas, tais são as condições que oferecem.»

E acrescenta o SPGL: «Está ainda para vir o dia em que um dos responsáveis políticos do casarão da 5 de Outubro venha a público assumir a responsabilidade do que vai acontecendo nas escolas em que se registaram acidentes graves. Há sempre alguém, que não o Ministério, que deve ser responsabilizado...»

Cartaxo e Camarate

Noutra passagem do documento divulgado aos jornalistas, o Sindicato da Grande Lisboa, um dos que constitui a FEN-PROF (Federação Nacional de Professores), esclarece:

«Ao Ministério da Educação cabe equacionar os problemas relativos à construção de edifícios escolares, à sua reparação e manutenção (visto que agora integra também a Direcção-Geral das Construções Escolares) e estabelece os planos de trabalho, prevenindo a concretização atempada de todos eles.

«O Ministério dispõe de meios para avaliar o grau de inseguran-

Ratoeiras humanas

Salientando desde logo que

essa explosão denuncia a insegurança de elevado grau que se vive nos estabelecimentos de ensino e recoloca o problema nos precisos termos do acontecimento horroroso da Escola Secundária do Cartaxo (Janeiro de 1985), a nota do SPGL, assinada por Augusto Pascoal, membro da sua direcção refere:

«Como se não bastassem as deficientes condições de trabalho que as escolas oferecem a todos que nelas trabalham — o elevado número de alunos por turma, a inadequação dos edifícios escolares, a inexistência de instalações ginodessportivas, as carências de material didáctico, as baixas contribuições dos serviços de acção social escolar, a falta de cantinas escolares — surge sempre como actual o espectro do desastre eminente, que pode deflagrar em qualquer momento. Em muitas escolas de to-

Inquérito

Como nos casos anteriores, também agora o Ministério da Educação abriu um inquérito, mas o que fica evidenciado é que o próprio ME deve assumir responsabilidades maiores quanto à garantia de segurança das escolas.

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, cliente de quem interpreta o sentir dos professores, dos encarregados de educação, dos alunos e da opinião pública em geral, relativamente ao acidente em causa, exige que os resultados do inquérito sejam tornados públicos.

Assembleia da República

Finalmente a votação da lei dos salários em atraso

A Assembleia da República vota hoje a chamada lei dos salários em atraso. Atrasada, também ela (a lei), não por culpa do PCP, era ponto de convergência da atenção de dezenas de milhares de trabalhadores deste país. Todos os dias se sucediam as Comissões de Trabalhadores que se deslocavam à Assembleia da República para saberem se sempre era agora que seria aprovada; os que não se podiam deslocar, por serem de zonas afastadas e dispendiosos os transportes, telefonavam. Por toda a parte o interesse, a preocupação. Não só do trabalhador que ficou sem salário, mas também do familiar, do amigo que emprestou dinheiro para os tempos difíceis, até do comerciante que adiantou os géneros.

Podia ter sido mais célere em aprovar esta lei a Assembleia da República? Lá isso, podia. Pelo menos não faltava a vontade por parte de certas bancadas. Mas de outras, a intenção era bem contrária. Houve ainda quem tergiversasse, esquecendo que cada dia que passava era aumentar o tormento de milhares e milhares de famílias cujo único sustento estava de há muito comprometido.

A lei vai ser votada hoje. Tudo indica que será aprovada, de acordo com as posições tomadas pelos diferentes partidos na Comissão de Trabalho onde foi elaborada na especialidade. O PSD e o CDS certamente que votarão contra. Não é para estranhar. Aliás, o CDS pretendeu atrasar ainda mais a lei dos salários em atraso quando fez a pro-

posta de que a mesma só deveria entrar em vigor 30 dias após a sua publicação. Não venceu a proposta e a lei vigorará imediatamente após a sua publicação. Muitos dos artigos da lei tiveram a oposição ou a abstenção tanto do PSD como do CDS.

Dois meses depois

O debate na generalidade efectuou-se há cerca de dois meses. Foi precisamente no dia 19 de Fevereiro último que o debate se iniciou prolongando-se no dia 21 do mesmo mês. Na sessão deste último dia efectuou-se a votação na generalidade dos três projectos de lei em confronto (respectivamente do PCP, PS e PRD) e a proposta de lei do Governo.

Na intervenção que proferiu na altura o deputado comunista Jerónimo de Sousa diria que a perspectiva do projecto do PCP é a perspectiva do emprego produtivo e não a perspectiva da falência como único remédio para salvaguardar interesses dos credores.

Mas não era essa a intenção do Governo que, pouco tempo antes, numa medida eleiçoeira e demagógica, fizera publicar o Decreto-Lei 7-A/86. Sobre este diploma, que, apesar de ser continuamente publicitado na televisão em tempo de eleições (mal as eleições terminaram também a publicidade terminou), nenhuma receptividade obteve entre os trabalhadores com salários em atraso, se referiu Jerónimo de Sousa:

Deste diploma haverá que reter que, para além de ter uma aplicação transitória — apenas para os 90 dias seguintes à entrada em vigor do diploma — acena aos trabalhadores com a rescisão do contrato com justa causa, com a suspensão dos contratos de trabalho, compensando-os tão-só com o pagamento das indemnizações e das retribuições através das instituições de segurança social.

Mas só isso? — interrogou Jerónimo de Sousa. **Perante o**

diploma do Governo cabe perguntar: qual o destino das empresas? Qual o destino dos seus trabalhadores que, com atrasos de meses, quando não de anos, acabem por se ver forçados à rescisão ou à suspensão do contrato? Qual o destino dos trabalhadores que, com o contrato voluntariamen-

te suspenso, vejam terminado o período de pagamento da garantia salarial? É bem evidente que o diploma do Governo aponta no encerramento das empresas, no sentido do desemprego, no sentido da morte de certa iniciativa económica, no apadrinhamento de outra, da que defrauda a lei e

pretende subverter um sistema constitucional e legal, no sentido do incremento da marginalidade no mundo das relações laborais.

A este assunto voltaremos na próxima semana para uma melhor divulgação da lei aprovada e das diferentes posições assumidas pelos partidos.

Não conta essa pró Cavaco! Tá?

Um jornalista brasileiro visitou há dias a Assembleia da República. Palavra puxa palavra e porque do Brasil quase que conhecemos a sua realidade social apenas pelas telenovelas (o que não chega a ser realidade, pois qualquer bicho careta tem no écran uma casa de estada), veio à baila o Fundo de Garantia, de que o Osmar — aquele que foi despedido pela mulher — tanto fala para não se preocupar com o facto de ainda não ter arranjado emprego.

O que é isso do Fundo de Garantia, quisemos saber?

Ó cara, isso do Fundo de Garantia — explicou-nos o jornalista brasileiro — é uma coisa inventada pela ditadura militar logo a seguir ao golpe, quando permitiu que qualquer trabalhador seja despedido pelo patrão só porque não gosta dos suspensórios que o homem traz.

É assim. Tu trabalhas, tudo bem. Todos os meses descontas 8 por cento do teu salário para esse Fundo. O patrão por sua vez des-

conta 16 por cento. Mas um dia o patrão acordou mal disposto, discutiu com a mulher, tem um joanete que o incomoda, chega na empresa e diz-te: «Procure emprego que está despedido!»

Aí, meu velho, não tens outra chance. Vais mesmo no alcatrão à procura de outro emprego. E só recebes o que foi descontado por ti e pelo patrão durante o período em que trabalhaste.

Livra! — não resisti a exclamar — **Na telenovela não parece assim tão mau!**

É duro, cara. Principalmente com o magote de desempregado que anda todo o dia na rua à procura de trabalho.

Puxei-o para um canto da sala. Olhei em redor não estivesse por perto algum indiscreto. E disse-lhe um segredo: **Olha! Não conta essa pró Cavaco! Tá?**

■ TR

Por iniciativa do PCP

Regiões administrativas mais perto de se concretizarem

• Apresentados outros projectos de lei sobre o Poder Local

Destaque, na semana passada, para a iniciativa do PCP a nível de legislação para o Poder Local. Numa conferência de Imprensa convocada para o efeito, o Grupo Parlamentar Comunista deu a conhecer que entregara na Mesa da Assembleia da República quatro projectos de lei relacionados com a Administração Local.

Destes, merece uma referência muito particular o projecto de lei quadro das Regiões Administrativas, assunto sempre ventilado mas que só tem encontrado defensor empenhado no Partido Comunista; os restantes, igualmente importantes, são o projecto de lei sobre o regime jurídico das atribuições das autarquias e competência dos respectivos órgãos, o projecto de lei que regulamenta a tutela administrativa sobre as autarquias locais, garantindo a tipicidade e legalidade das formas do seu exercício e a jurisdicção das eventuais sanções e ainda o projecto de lei que garante a membros das Juntas de Freguesia, em certos casos e condições, o exercício do mandato em regime de permanência com vista ao reforço dos meios de actuação dos órgãos das freguesias.

Como referiu Carlos Costa, deputado e membro da Comis-

são Política e do Secretariado do PCP — que participou na Conferência de Imprensa juntamente com Carlos Brito, membro da Comissão Política e líder do Grupo Parlamentar do PCP, João Amaral, deputado e presidente da Comissão Parlamentar do Poder Autárquico, e ainda Luís Sá, director da revista «Poder Local», — os diplomas agora apresentados inserem-se num conjunto coerente de seis projectos de lei sobre o Poder Local.

O primeiro fora apresentado logo no início desta legislatura tendo como âmbito as finanças locais e delimitação de responsabilidades da Administração Central e Local em matéria de investimentos. Posteriormente, visto que está ainda a ser elaborado, vai ser entregue um sexto projecto de lei que regulamenta a criação de empresas públicas municipais e intermunicipais.

São projectos comuns —

salientou Carlos Costa — mas que têm um pressuposto comum: o de que não basta elogiar o Poder Local e as suas realizações; é necessário acima de tudo assegurar a sua democraticidade e autonomia, a participação popular, recursos financeiros e a instituição do nível de administração regional descentralizada que a Constituição prevê.

Na exposição que fez sobre a iniciativa legislativa do PCP, Carlos Costa referiu, ainda, que o projecto de lei sobre o regime jurídico das atribuições das autarquias e composição e competência dos respectivos órgãos prevê o regresso ao número de eleitos dos órgãos autárquicos que vigorou entre 1979 e 1985, de modo a reforçar a democraticidade, pluralismo e participação popular directa no exercício do Poder Local.

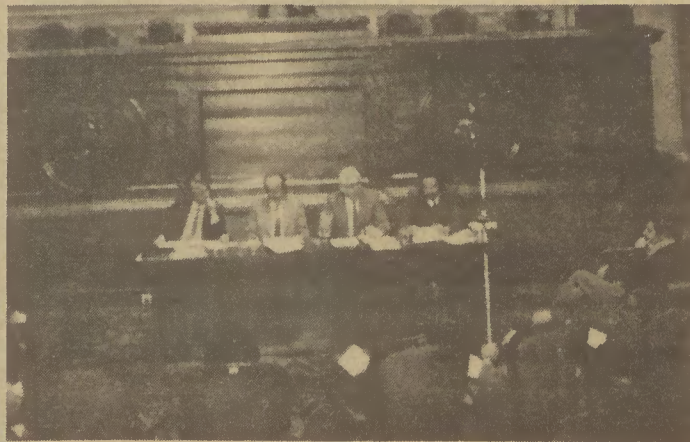
No respeitante à regulamentação da tutela administrativa sobre as autarquias locais garantindo a tipicidade e legalidade das formas do seu exercício e a jurisdicção das eventuais sanções pretende-se, segundo declarou Carlos Costa, impedir

as ingerências arbitrárias da Administração Central na autonomia local, impedir a utilização político-partidária das inspecções, inquéritos e sindicâncias e assegurar que as sanções eventualmente aplicáveis por ilegalidades caibam aos tribunais e não ao Governo.

Quanto aos mandatos em permanência nas Juntas de Freguesia, outro dos projectos de lei apresentados, salientou Carlos Costa que, sendo estas o nível de administração pública que está mais perto das populações e mais em contacto com as suas aspirações, é fácil concluir que esta medida pode ter um papel de relevo na democratização e descentralização administrativa, permitindo igualmente reforçar as competências e meios de actuação das freguesias.

Regiões Administrativas

Contudo, foi sem dúvida o projecto de lei-quadro das Regiões Administrativas que maior interesse despertou entre os re-



presentantes dos órgãos de comunicação social presentes, sendo motivo de diversas perguntas.

Especificamente sobre o assunto se pronunciou Carlos Brito que diria a dado momento que em matéria de regionalização nos encontramos não apenas no zero, encontramos-nos abaixo de zero.

Mais adiante e depois de recordar que o PCP apresentara um projecto sobre o assunto, já em 1977, o primeiro e até agora o único projecto global apresentado na AR nesta matéria, o líder da bancada comunista salientou que na actual iniciativa legislativa não se trata de maneira nenhuma de manter os distritos com o significado que têm tido nas últimas décadas e que ainda mantém. E explicitou:

Trata-se de, a partir das realidades históricas, económicas e sociais que eles constituem, chegar a uma nova realidade autárquica que pode ou não coincidir com a delimitação distrital, mas que possui órgãos eleitos, importantes atribuições e os meios de finan-

ciamento necessários para poder cumpri-las.

E acrescentou: **Não se trata também de impor forçadamente às populações qualquer área regional, uma delimitação a partir de cima. Pelo contrário, o nosso projecto privilegia a participação popular através das Assembleias Municipais: é um processo de regionalização de baixo para cima. Garante, por isso mesmo, que as regiões onde o processo de instituição não comporta especiais dificuldades — caso do Algarve, por exemplo — possam constituir-se a curto prazo.**

Entendendo o presente diploma como uma importante base de partida para o processo de regionalização, Carlos Brito salientou contudo que não é obra acabada e definitiva, pelo que os comunistas contam com a contribuição que outros possam dar para o tornar conhecido e suscitar novos contributos que o enriqueçam, de molde a beneficiar as populações através desta reforma fundamental da administração local.

Juventude

Jovens soviéticos ao «Avante!»

«A Paz é futuro»

Em meados de Abril, deslocou-se ao nosso país uma delegação do Komsomol Leninista da União Soviética. Os jovens — que vieram a convite da Juventude Comunista Portuguesa — falaram em Lisboa, Porto e Coimbra, Corroios e Alverca da realidade do seu país e da importância que assume hoje em dia a luta pela paz.

Foi destes mesmos temas que Nikolai Markuchkine, Helena Karmin, Yuri Emchamov e Dimitri Senikov falaram connosco, ao longo de duas ou três conversas, sempre que o programa intenso permitia uma pequena pausa. A situação evoluiu, desde então, que o imperialismo está a estrebuchar violentamente e a vontade de futuro é muito grande. Mas as ideias-base, essas permanecem. Assim como permanece a convicção de que «futuro e Paz são dois conceitos indissociáveis».

Yuri Amchamov é investigador. As suas pesquisas incidem sobre os problemas da guerra e da paz. Diz de sua justiça que «é preciso reduzir e limitar os armamentos nucleares, senão corremos o risco de ficarmos todos grelhados na chama da guerra». Assim é. Segundo este jovem, no caso de deflagração de um conflito nuclear, nunca haverá nem vencedores nem vencidos. Haverá apenas vítimas, uma vez que um qualquer lançamento provocará uma reacção em cadeia.

É este um dos grandes contrapontos entre a posição soviética e a americana. Enquanto que os Estados Unidos partem do princípio de que poderão sair vencedores, a União Soviética sabe que tal é impossível. Assim, enquanto os primeiros intensificam os testes de novas armas e promovem a escalada da guerra ao cosmos, os segundos proclamam e cumprem moratórias unilaterais, comprometem-se a nunca usar armas nucleares contra países que as não possuem e a nunca as usar em primeiro lugar. Mais. Enquanto uns fazem do terrorismo de Estado a sua política externa, os outros propõem a extinção das duas alianças militares. Enquanto uns querem levar a guerra para o espaço, outros querem a redução dos efectivos e dos armamentos na Europa.

«Se não conseguirmos parar a corrida aos armamentos e impedi-la de ir para o espaço, os perigos são redobrados. É necessário um novo tipo, qualitativo, de entendimento». No entanto, os esforços de paz da União Soviética não podem ser utópicos, uma vez que «há que conservar a capacidade defensiva do socialismo» e, se bem que o recomeço das pesquisas nucleares «exerça certa influência no desenvolvimento da economia», as moratórias não se podem «estender infinitamente enquanto os Estados Unidos aumentam o seu potencial nuclear».

Aqui podemos nos aperceber de um dos muitos pontos da estratégia americana. Ao continuar a aumentar o seu potencial bélico, obriga a União Soviética a reforçar a sua capacidade defensiva e, consequentemente, a desviar verbas para este sector. O objectivo é claro e não é por acaso que os norte-americanos obrigam os soviéticos a renunciar à moratória unilateral a seguir à realização do XXVII Congresso do Partido Comunista da União Soviética, que traçou os grandes objectivos económicos para os próximos cinco anos. Travar o progresso do povo da URSS é uma missão impossível, uma vez que «todas as manobras para travar os programas

sociais estão condenadas ao fracasso, dado que a insatisfação pelos êxitos obtidos demonstra uma atitude dinâmica» de todo um povo.



Da esquerda para a direita, Yuri Emchamov, Dimitri Senikov, Nikolai Markuchkine e Helena Karmin

Exemplo do que se acabou de dizer são os grandes avanços conseguidos neste primeiro trimestre, nomeadamente na produção industrial e agrícola, onde o crescimento foi, respectivamente, de 7 por cento (o número mais elevado dos últimos dez anos) e de 6 por cento.

E a juventude?

A juventude anda na boca de todo o mundo, e a preocupação que todos sentimos em relação a esta camada da população é unânime. No entanto, são variados os graus da nossa insatisfação. Em Portugal, aquilo que nos preocupa é a influência da direita na juventude estudantil.

Na União Soviética, como não poderia deixar de ser, os problemas são de outra ordem. A pergunta era óbvia e assim ficou registada: A juventude soviética, sente-se atraída pelo modo de vida capitalista?

Quem nos responde é Nikolai Markuchkin, membro suplente do Comité Central do Komsomol Leninista e deputado ao Soviote Supremo da República Mordóvia: «apesar de a pergunta ter um certo fundamento, não se pode dizer que a juventude do nosso país adira a todos os valores da sociedade capitalista. O que se passa é que no Ocidente há artigos de consumo atraentes e no nosso país não é tanto assim».

Aqui deparamos com uma deficiência do Estado Socialista da União Soviética, como nos foi afirmado, mas que tem as suas razões históricas.

Em quase 70 anos da História do primeiro Estado de operários e camponeses, a União Soviética teve de se debater com uma

guerra civil, com a invasão de 14 países estrangeiros e com a 2.ª Guerra Mundial, conflitos estes em que a economia foi bastante danificada.

Para que a população usufruisse o mais possível dos be-

nefícios do Estado, a economia soviética foi quase completamente dirigida para a indústria pesada, em detrimento da ligeira e, consequentemente, do consumo.

O que é certo é que hoje em dia a saúde, a instrução, o emprego e a habitação são completamente asseguradas aos cidadãos soviéticos. Os artigos de consumo foram considerados para uma segunda fase do processo e desenvolvimento económico do país.

Com a realização do XXVII Congresso do Partido Comunista da União Soviética, estes objectivos entraram na ordem do dia, pelo que hoje em dia «o reforço do dinamismo do desenvolvimento da indústria voltada para a satisfação das necessidades da população seja uma das principais linhas de força da política económica soviética».

É por isso que foi a juventude que melhor se apercebeu das decisões aprovadas no XXVII Congresso do nosso Partido que demonstrou uma grande confiança na juventude e nos seus novos métodos de trabalho.

Cabe-nos agora fazer um pequeno resumo destas conversas que nos apareceram como frases desgarradas mas, mesmo assim, inseridas num contexto. Temos assim duas conclusões que se completam. Antes de mais nada, Futuro é Paz e a Paz é Futuro. Depois, o futuro passa também pela satisfação das necessidades de todo um povo, povo esse que tem de se empenhar militantemente na resolução dos seus problemas. Sejam eles quais forem. Sempre discutindo, planificando e trabalhando diariamente. Que só assim seremos (todos nós) vitoriosos.

PUB.

edições
Avante!

Colecção «Paz e Socialismo»

MIKHAÍL GORBATCHOV

DISCURSOS E ARTIGOS ESCOLHIDOS

com um prefácio

para a edição portuguesa

QUE SE PASSA NA URSS?

«Actualmente todo o nosso povo discute os planos para o futuro, que serão ratificados pelo XXVII Congresso do PCUS. A sua essência consiste no seguinte: acelerar o desenvolvimento socioeconómico do nosso grande país e assegurar a elevação do bem-estar do povo. Trabalho para a paz e a prosperidade, paz para a actividade criadora — tais são os nossos pontos de referência.»



Internacional

XI Congresso do PSUA

Da nossa enviada especial
Ivone Dias Lourenço



Um programa para o ano 2000

Como estava previsto, rigorosamente às 10 horas do dia 17 de Abril tem início na sala hexagonal do Palácio da República em Berlim o XI Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha.

Na grande sala, bela e sóbria — tecto de luz, paredes de madeira clara, cadeiras cor de mel — estão já sentados os 2675 delegados e os 1200 convidados, dentre os quais representantes de todos os partidos e organizações de massas da RDA que com o PSUA formam a Frente Nacional. Presentes estão também 140 delegações de 104 países — partidos comunistas e operários, democráticos revolucionários, socialistas, social-democratas. Erich Honecker, Mikhail Gorbatchov, os membros da Comissão Política e do Secretariado do PSUA são recebidos com uma calorosa salva de palmas.

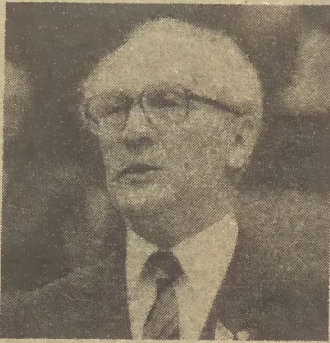
Depois de aprovados os regulamentos e comissões do Congresso, são apresentadas as delegações estrangeiras e, numa breve homenagem, lembrados os camaradas, assim como «os representantes eminentes do movimento comunista e operário e grandes personalidades da vida internacional» desaparecidos nos últimos cinco anos — de Yuri Andropov e Enrico Berlinguer a Indira Gandhi e Olof Palme. O Congresso vai ter como tarefas principais discutir e aprovar o Relatório do Comité Central e a Directiva acerca do Plano Quinquenal para o Desenvolvimento da Economia da RDA nos anos de 1986 a 1990.

No final da apresentação do relatório do CC pelo camarada Erich Honecker — que dedicou cerca de um quarto da sua intervenção à reafirmação e desenvolvimento da política sempre perseguida pelo PSUA, ou seja, que «continua a considerar como tarefa decisiva dar o seu contributo, através de toda a sua ac-

ção, para a redução do perigo de guerra», apoiando nomeadamente todas as propostas apresentadas nesse sentido por Mikhail Gorbatchov e aprovadas pelo XXVII Congresso do PCUS — a outra questão principal a decidir no Congresso estava posta: **qual a essência, o conteúdo e os pontos fulcrais da**

estratégia económica a cumprir até 1990 com vista ao ano 2000, com o objectivo principal de interligar ainda mais eficazmente as vantagens do socialismo com as conquistas da revolução técnico-científica.

A esta questão do desenvolvimento «estável, contínuo e dinâmico da economia» dedica de



Erich Honecker na tribuna do Congresso

facto o CC cerca de três quartos do relatório apresentado, a ela se reporta em exclusivo a Directiva acerca do Plano Quinquenal e a ela se referem na generalidade as 122 intervenções produzidas.

No centro está sempre o Homem — o seu bem-estar, a elevação contínua do seu nível de vida material e cultural, lei fundamental do Socialismo — e o próprio sistema socialista, cuja superioridade sobre o imperialismo também em nome do Homem e da vida importa afirmar. Para tanto, a RDA honrará — e ultrapassará, como o faz em relação às metas nacionais decididas — os compromissos assumidos no quadro do CAME e nos acordos bilaterais de cooperação estabelecidos com a URSS e outros países socialistas, alguns já este ano.

«No conjunto (dos Estados socialistas) — afirma o CC do PSUA — estão criadas condições para que as potencialidades económicas, técnico-científicas e políticas do socialismo se libertem, atingindo uma nova qualidade».

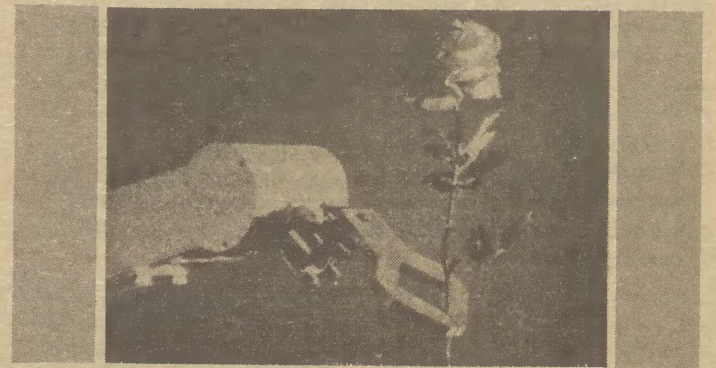
Este salto qualitativo vai de-

ver-se sobretudo à introdução acelerada na produção das novas tecnologias.

Futurologia?

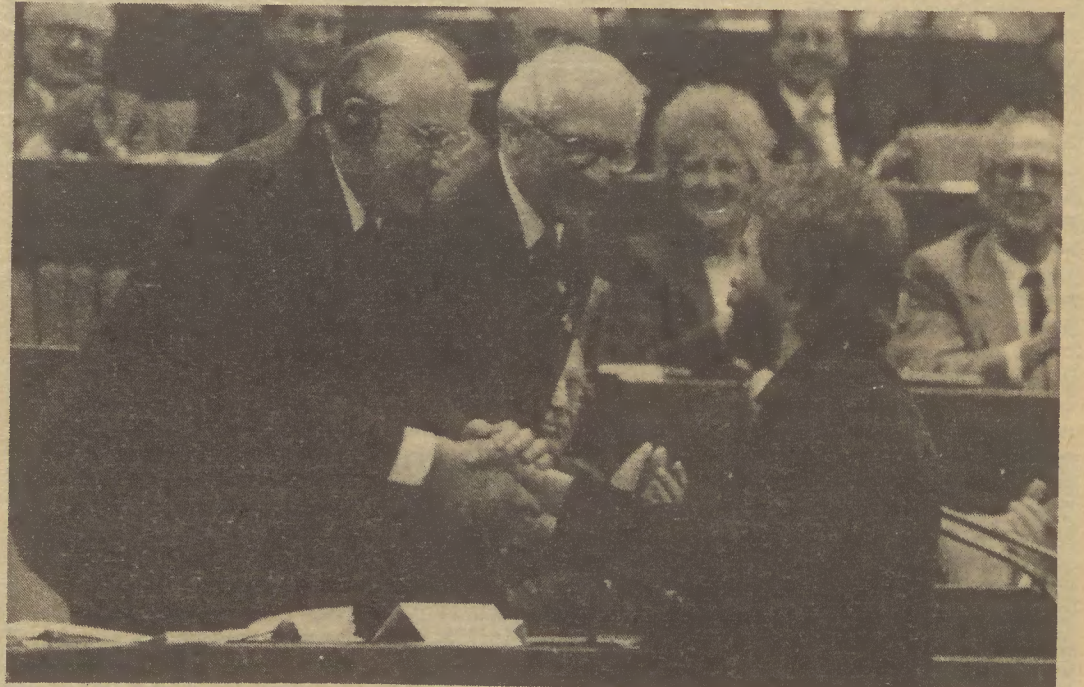
Não se trata de dar um salto no vazio.

A RDA, um pequeno país (pouco maior que Portugal), pobre de matérias primas, é já hoje um dos dez países mais industrializados do mundo. Produzir mais e melhor gastando menos é uma palavra de ordem que vem do início dos anos 70 — poupando, aproveitando melhor (matérias-primas, energia, equipamentos), aumentando a produtividade não apenas pela disciplina e a organização racional do



formam pela união económica de empresas dum mesmo ramo industrial em unidades económicas de maior dimensão e onde são unificadas todas as fases do processo de produção e reprodu-

covertas das ciências e às novas exigências do desenvolvimento económico e social — então poderemos entender que a RDA está a fazer, e com grande segurança um salto qualitativo no do-



Jürgen Homuth, delegado eleito pelos seus camaradas da Brigada da FDJ que participa na construção de um gasoduto perto de Moscovo, é cumprimentado no final da sua intervenção pelos camaradas Gorbatchov e Honecker

trabalho mas pela introdução de novas técnicas e novas tecnologias. Foi isso que permitiu, por exemplo, passar do zero, então, para os actuais 56 600 robots industriais.

O propósito de construir no próximo quinquénio mais 80 000 assenta porém em bases agora mais sólidas.

Dirigentes e delegados falam tu-cá-tu-lá de electrónica, biotecnologia, técnica laser, fibras ópticas, projectos integrais de automatização. Tudo isso lhes é já familiar, o programa aprovado no Congresso começou afinal há muito a ser cumprido.

De «política» parece tão pouco...

...e uma pessoa do que se lembra é do «preságio» de Lênine em 1920: «Na tribuna dos congressos de toda a Rússia surgirão de futuro não só políticos e administradores, mas também engenheiros e agrónomos. É o começo da época mais feliz...».

«Comunismo» era nessa altura «o Poder Soviético mais a electrificação». Para os dias de hoje, alguém encontrará um dia a fórmula. O povo da RDA não é por ela que espera: avança.

O segredo

O seu «segredo» está nos complexos industriais, que se

ção, desde a investigação e o desenvolvimento até à colocação nos mercados nacional e internacionais. Em todos os sectores da produção e não, como no capitalismo, a partir da capacidade de investigação concentrada na indústria armamentista ou noutras indústrias de ponta que só visam o lucro.

Os camaradas alemães já puderam eles próprios comprovar que a capacidade da ciência de reagir às novas exigências sociais depende da relação entre a pesquisa básica e a pesquisa aplicada assim estabelecida nestas unidades de produção e gestão.

A diferença em relação aos demais países (capitalistas) industrializados é aqui fundamentalmente que reside, e não — para já... — na percentagem, cerca de 80%, que à investigação aplicada cabe do seu potencial científico. Mas se considerarmos ainda a contribuição das universidades e escolas superiores (onde a capacidade total de investigação já pertence em cerca de 25% aos alunos, porque aí impera o princípio da unidade entre o ensino e a investigação); se soubermos que, nestas, cerca de metade dos 72 programas básicos foram actualizados nos últimos 5 anos, de forma a poderem corresponder às novas des-

mínio do desenvolvimento económico.

A diferença

E depois — e esta é outra basilar diferença — que tudo se faz em proveito do seu povo.

Trata-se por exemplo de construir em 5 anos um milhão de habitações; de aumentar os bens de consumo em 30-32%; de produzir mais 45-50% de artigos novos; de diversificar, melhorar e embaratecer o material de som, de televisão, os instrumentos musicais, os automóveis ou os brinquedos; de responder às exigências da juventude em relação à moda...

«Revolução Tecnológica», «A Terceira Vaga», «A Terceira Revolução Industrial» são para nós — e para todos os países capitalistas — sinónimos de ruína para grande parte de pequenos e médios comerciantes, industriais e agricultores, de encerramento de empresas, de desemprego em massa — para a classe operária, para muitas camadas médias, para uma parte da intelectualidade; um beco sem saída para grande parte da jovem geração.

Desemprego na RDA? «Desemprego — afirma o camarada Honecker — é para nós um termo de outro mundo».



Decisões do Congresso são tornar simultaneamente mais produtivo e menos penoso o trabalho

Internacional

Berlim cidade aberta

Aeroporto Internacional de Berlim, três e tal da tarde de um dia de Abril fresco e seco como horas antes em Lisboa. A Polícia de Fronteira está evidentemente vigilante, num ambiente que é geral de preocupação: os americanos bombardeiam Trípoli. E, como se não bastasse, tenta-se mais uma vez envolver a RDA numa manobra de diversão e provocação: os EUA e a RFA inundam jornais, rádio e televisão com a «notícia» de que o atentado terrorista à discoteca de Berlim-Oeste, a que a agressão americana será «resposta», foram preparados na representação diplomática da Líbia em Berlim, capital da RDA, e o seu comando – talvez mesmo os explosivos – se infiltrara pela fronteira aberta no «muro».

Ainda assim, tudo se passa na maior civilidade, polícia embora, é um cidadão perante outro cidadão, sem aqueles aparatos de Frankfurt nem aquele «arranhar» alemão que nos acorda fantasmas de outros e terríveis tempos.

Dali, faremos 25 quilómetros de carro até ao centro. Primeiro por auto-estrada («mais isto é um país plano?»), depois pelos primeiros aglomerados. «Ainda não é Berlim», diz o velho amigo que tínhamos encontrado pela primeira vez. E logo: «Começa aqui».

Insólito: as ruas dos bairros novos ou as de edifícios sólidos e escuros, aparentemente antigos, são sempre largas, avenidas da liberdade ou mesmo dos aliados geometricamente cortadas por outras ruas igualmente largas – e estão estranhamente vazias. Mesmo em Berlim – «aqui já é o centro. Alexander Platz... o Palácio da República preparado para o Congresso». Sucessões de grandes blocos de oito, dez pisos, lojas de tudo nos andares térreos ou subindo até ao cimo às vezes, restaurantes ou cafés com esplanadas e, de vez em quando, igrejas, monumentos, museus, casas de espectáculos, institutos, bibliotecas que parecem estar ali há dezenas de anos ou há séculos. Não é possível – Berlim foi destruída durante a guerra. «Foi sendo reconstruída – diz o nosso novo-velho amigo. Se era bom, como era dantes».

De repente, as ruas animam-se de gente de todas as idades e aqueles grandes espaços parecem então feitos à sua medida. «São 5 horas, para a maior parte acabou o trabalho». As crianças são quase todas loiras, e os crescidos grandes, de aparência saudável, bem nutrida e ginasticada como nos filmes ou nos jogos olímpicos. Mas o que mais impressiona é a tranquilidade. Jovens, homens e mulheres não correm como nós à saída do emprego ou da escola. Namoram, passeiam, fazem compras, entram nos museus, sentam-se nos cafés e (vimos nos dias seguintes) bebem pausadamente café, cerveja, «wein brandy», e

comem bolos, gelados, salsichas... ou costeletas com cogumelos. Às 5 da tarde!

Lá se vão depois, também pausadamente. No comboio que cobre toda a cidade, no metropo-

marcos. Para quem ganha pelo menos 1000...

Finalmente, o nosso hotel – dois portugueses entre mais de três centenas de jornalistas acreditados para o Congresso. Na Unten den Linden, a avenida que antes atravessava Berlim de lés a lés e hoje acaba para a RDA na Porta de Brandeburgo. Ali, à nossa vista, a escassas centenas de metros, passa o «muro» – fronteira para que se veja, feita como se sabe, no auge da guerra-fria, quando tanques e outros meios provocatórios dos três aliados ocidentais penetravam diariamente em Berlim, capital da RDA; feita, como dizia, primeiro com homens e mulheres, ombro-a-ombro, enquanto outros a erguiam pedra e cal. Vimos



Um fim de tarde em Berlim



litano ou nos autocarros. Bichas, sim, para as salas de espectáculos que no entanto abundam: a Ópera Estatal, a Ópera Cómica, o Berliner Ensemble, várias salas de concertos – todas elas com programas que variam todos os dias. Bilhetes de 2 a 10

depois: hoje, centenas de pessoas de todas as nacionalidades entram diariamente em Berlim por aquela fronteira – e não se percebe muito bem porque não o conseguiu o Elton John...

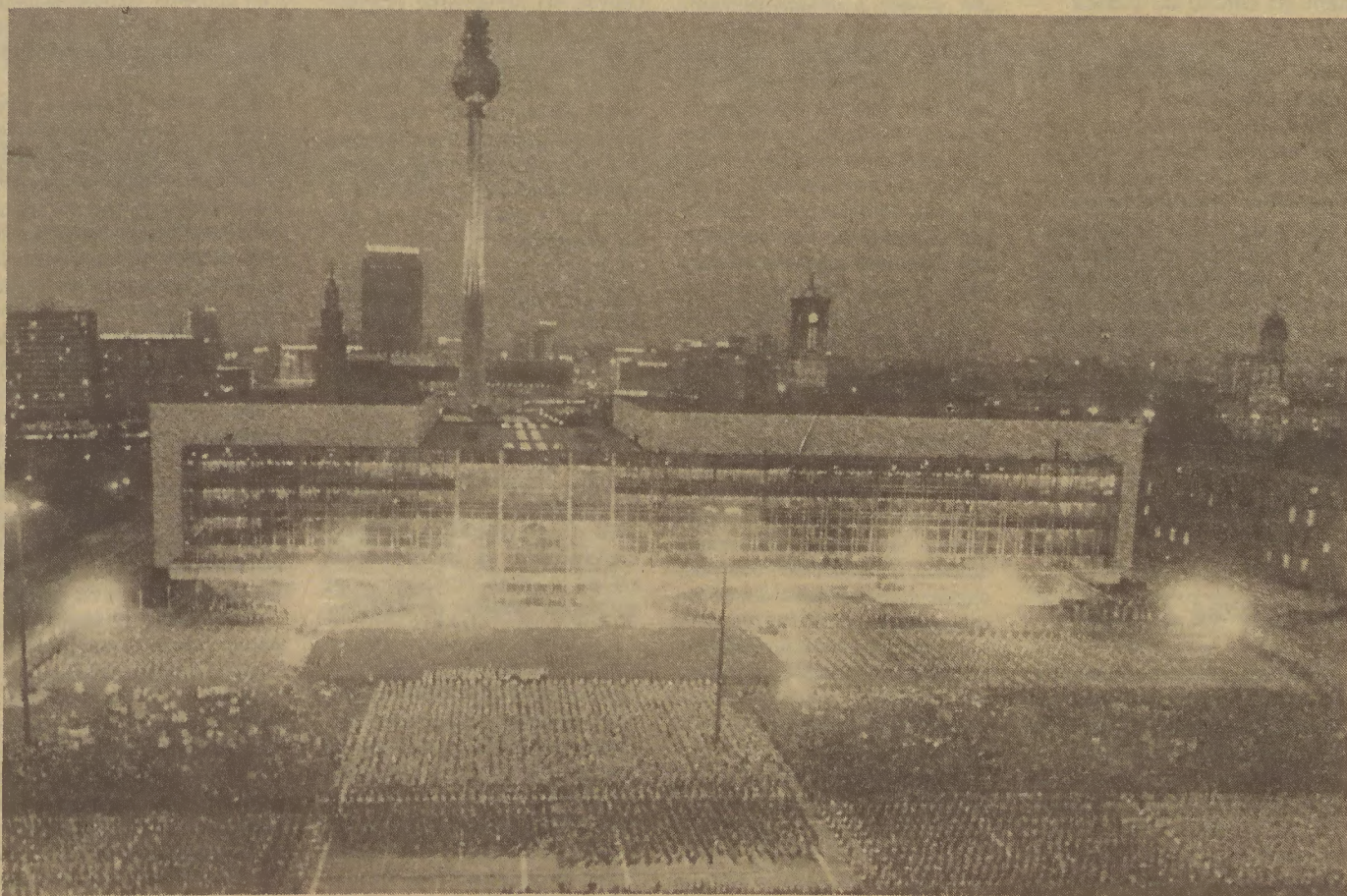
No hotel, conforto, cordialidade, alguém que sempre fala (e

escuta) em língua em que a gente se entende. Com requintes: o *after shave* que no primeiro dia fazia parte da panóplia de artigos de higiene que recheavam a casa de banho, foi rapidamente substituído por uma «colónia para senhora»...

Refeições abundantes (e inteligentes!), mimos vários – foi enfim de tudo isto e desta casa confortável que durante oito dias se partiu para saber do Congresso do PSUA e do povo da RDA. Possivelmente para um momento raro, um privilégio: não só

para a observação de uma realidade conhecida só de ler e de ouvir contar, mas para a **revelação** de algo de novo. Uma nova fase do socialismo e do seu peso no mundo. «Viragem histórica», se diz.

E, se não, veremos.



No dia da manifestação de mais de 100 mil jovens



Internacional

Falemos de Paz

Falemos de paz. Como expressão salutar da barreira imprescindível à ofensiva de guerra que estamos a viver nos nossos dias. E que nada tem a ver com quaisquer desesperados actos terroristas. Antes com o atizar — deliberado e cuidadosamente preparado e montado — da tensão internacional. Mas lá iremos. Por agora importa falar de paz. Daquilo de que tão carecidos andamos e é completamente arredado dos diversos órgãos informativos, também eles arregimentados na campanha da guerra.

A notícia tem apenas alguns dias. Cientistas soviéticos escolheram 50 astros, num raio de 33 anos luz, nos quais consideram possível existir vida. Entre eles figuram a estrela Bernard, 61 do Cisne A, Tau da Baleia, Vega, Gamma do Lebre e Eta de Cassiopeia. Os especialistas prosseguirão agora nesta zona investigações mais aturadas, e orientarão para lá sinais de rádio. Um

simples télex de poucas linhas. Destinado, na esmagadora maioria das redacções, ao cesto dos papéis.

E no entanto estamos perante uma expressão clara, concisa, das potencialidades imensas que à nossa frente se abrem. Em contraste com o quotidiano crime do prosseguimento da corrida aos armamentos e da histeria belicista, a miopia política dos que objectivamente acabariam por reduzir uma civilização e um planeta a poeira cósmica.

É certo que o imperialismo, enquanto sistema, nada teria a perder, pois está condenado. Mas é a terra e os homens que estão em causa. Por isso o futuro — e portanto a paz — serão realidade.

«O futuro é feito pelas mãos do homem e do encadeamento dos nossos actos e esforços depende o resultado a que chamamos futuro» —

são palavras de Gorbatchov numa mensagem a jovens da Alemanha Federal. É esta a única perspectiva possível, a certeza que nos leva a falar de paz, quando a propaganda, o atizar de tensões, as despudoradas ameaças (bombardeia-se Damasco, bombardeia-se Aman! — e isto é dito com o avontade de quem defenderia um legítimo direito!), nos querem empurrar para a fatalista conclusão da inevitabilidade das guerras.

Não estamos perante nenhum fatalismo. Mas face a factos bem concretos que se impõe combater. Também, com a ainda inaproveitada imensidão das forças que lutam pela paz.



Os factos com que se constrói o fatalismo

● «Devemos ter em conta (...) que agora, e até que se realizem as reuniões previstas (na Cimeira de Genebra), o imperialismo dos EUA tentará melhorar as

suas posições nas conversações tanto no que respeita ao problema central da guerra e da paz como nos problemas regionais». É uma síntese — bem actual — da

Declaração Política do Plenário do CC do PC Libanês, de Dezembro último. Os factos aí estão a confirmar o alerta (no quadro do que o imperialismo considera «reforço de posições»). Domínio em que vale a pena citar o ministro da Defesa dos EUA. Weinberger, em declarações ao Congresso, a propósito do projecto de orçamento militar, dizia: «Os Estados Unidos começam, actualmente, a agir com base numa posição de força. Devemos convencer a União Soviética que isto não é uma tendência de curta duração. De facto, trata-se da única via de condução eficaz das conversações». No Pentágono, está-se ainda na idade da pedra...

Não sei como será a terceira guerra mundial, mas a quarta será com pedras e paus... Einstein ainda era optimista.

Nesta perspectiva, que têm os acontecimentos no Mediterrâneo, e os bárbaros bombardeamentos da Líbia a ver com a invocada acção de grupos terroristas?

● Terrorismo pratica-se, diariamente, contra as populações pacíficas e os cooperantes estrangeiros em Angola e Moçambique. Terrorismo são os brinquedos armadilhados (*made in USA*) e as escolas queimadas no Afeganistão. Terrorismo é o assassinato quotidiano de negros na África do Sul ou dos camponeses das zonas fronteiriças da Nicarágua, vítimas dos «contra».

Mas importa falar também dessas acções terroristas que Washington invoca para «justificar» os seus esforços para liquidar regimes que lhe não agradam e torpedear as possibilidades abertas de paz — possibilidades muito reais, muito objectivas.

Ao comentar os trágicos acontecimentos dos aeroportos de Roma e Viena (actos terroristas utilizados na exacerbação da campanha anti-Líbia), o jornal francês «Le Monde Diplomatique» dizia que «segundo algumas fontes, nos grupos terroristas se infiltram agentes de vários serviços». É fácil manipular estes grupos que não devem prestar contas a nenhuma organização.

A confirmar esta apreciação temos a notícia proveniente da RFA de que os serviços secretos deste país praticam actos de terrorismo sob a alegação de conseguirem dessa forma «combater o terrorismo». A realização de uma acção deste tipo por uma unidade antiterrorista de elite da polícia da RFA, foi mesmo reconhecida pelo ministro-presidente da Baixa Saxónia, Ernst Albrecht.

Quando da acção terrorista em Berlim Ocidental — «providencial» para «justificar» os bombardeamentos à Líbia! — o chefe de Estado da RDA, camarada Erich Honecker, declarou: «Somos a favor de que a polícia de Berlim Ocidental receba ordem das autoridades ocupantes responsáveis para efectuar controlos de pessoas na fronteira entre Berlim Ocidental e a RDA». Não consta que tal notícia tivesse sido divulgada entre nós. Porquê? Talvez um pequeno comentário de Honecker fale por si: «O movimento operário alemão conhece muitas provocações deste tipo».

● «A segurança do Ocidente e a paz mundial dependem absolutamente do poderio militar americano» — é esta, em síntese, a posição política de Washington. Poderio militar, entendido nestes termos, é sinónimo de superioridade militar, para tentar — ainda! — impor uma geografia política planetária à medida dos interesses do capital. Sempre presente.

Segundo dados divulgados pela revista norte-americana «Fortune», a esmagadora maioria dos maiores monopólios norte-americanos do complexo militar-industrial estão vinculados ao projecto de militarização do Espaço. E assim tudo se interliga. Política e negócio. Pretensão ao domínio que o mesmo é dizer aos lucros, à exploração de gentes, países, riquezas. E para isso um projecto — inoperante embora: a «guerra das estrelas». E para isso um instrumento de desenvolvimento qualitativo das armas nucleares, a que se não quer renunciar: os testes nucleares.

Que resta do mito «vêm aí os russos»?

«Imaginem só o que restaria da Humanidade e da sua civilização se a União Soviética se comportasse na cena internacional à semelhança dos Estados Unidos». Uma questão muito oportuna, colocada pelo camarada Gorbatchov, secretário-geral do PCUS, no Congresso dos comunistas da RDA (PSUA), realizado este mês. Na verdade uma situação inimaginável. Mesmo para quem persiste na tese da «igual responsabilidade». Pela razão simples que não há teses, por muito propagandeadas, que resistam ao critério da prática.

E o que nos mostra a prática? Não é preciso ir longe. Não é preciso sequer relembrar o decreto da Paz de Lénine (muito embora seja sempre oportuno). Relembrar Hiroshima e Nagasaki, como cruel e desumana expressão de uma política baseada no direito da força.

Basta referirmos o projecto de paz apresentado por Gorbatchov em 15 de Janeiro: 15 anos para varrer da Terra as armas nucleares; 15 anos para avançar decididamente com um processo global de desarmamento e o estabelecimento de novas relações internacionais.

E entroncando num projecto que sintetiza e dinamiza o que desde sempre tem sido a política externa soviética, as sucessivas propostas, particularizadas nos diversos domínios, para que por alguma ponta seja finalmente possível agarrar o processo de desarmamento.

Como afirmou Gorbatchov, em entrevista ao «L'Humanité», «estas propostas são uma espécie de momento da verdade. Elas obrigam os nossos parceiros nas conversações a mostrarem a cara e a revelarem quais são, de

facto, os objectivos que a sua política visa atingir».

Ora este desmascaramento tem vindo de facto a impor-se. Apesar da quotidiana dose de campanha propagandística do imperialismo que sistematicamente nos entra em casa. Apesar do deliberado desencadear de uma multifacetada provocação a todos os povos do mundo, conjugando as explosões no Nevada, situações pré-fabricadas de acrescida tensão nas fronteiras da Nicarágua e os bombardeamentos à Líbia, a operação propagandística «terrorismo». Pois nada disto pode ser visto em separado.

A confissão

Já nem pretextos restam no arsenal propagandístico de Washington. Resta o silêncio. E, como vimos, a provocação.

Mas este silêncio — e que se pode argumentar contra a suspensão controlada dos ensaios nucleares! —, e mais ainda o prosseguimento dos testes, é uma confissão muito clara. Caberá ao movimento da paz usar

esse facto como uma arma de luta.

Citamos, a propósito, um significativo parágrafo de um artigo do jornal soviético «Izvestia»: «se os Estados Unidos renunciarem às experiências nucleares, ficarão sem a possibilidade de prosseguir os trabalhos de criação, ensaio e desenvolvimento dos armamentos ofensivos espaciais, que se baseiam no princípio do funcionamento dos raios laser por meio de explosões nucleares. Aliás, as armas espaciais propriamente ditas, como já se tornou perfeitamente claro nos dias de hoje, não só não visam a liquidação dos armamentos nucleares, conforme afirma a Casa Branca, como têm até em vista a sua preservação. O desmantelamento dos arsenais nucleares, que poderá vir a verificar-se já nos finais do presente século, conforme propõe a União Soviética, tornaria, pura e simplesmente, inúteis todos os sistemas de armas cósmicas».

É verdade que os Estados Unidos — e também a França, note-se — sabotaram objectivamente esta possibilidade de encetar um processo de paz, desencadeando várias explosões nucleares. A URSS suspendeu a sua moratória. Mas afirma não ter pressa no reinício de uma cadeia de explosões.

A confissão objectiva da Casa Branca não tem duas leituras possíveis. Aonde vão já os discursos sobre o «escudo defensivo» que tornaria «obsoletas» as armas nucleares!

A par da suspensão das expe-

riências nucleares — matéria hoje mais candente que nunca — outras sempre renovadas propostas soviéticas se alinham na mesa das negociações. Dissolução simultânea do Pacto de Varsóvia e da NATO. Novas propostas com vista à proibição das armas químicas. Reduções significativas do armamento convencional na Europa.

É verdade que a resposta do mundo capitalista tem sido objectivamente um não. Mas não é menos verdade que tal resposta é a mais clara confissão de uma política anti-humana e inviável. E como tal a poderemos virar contra si própria.

«Não é um punho cerrado mas uma mão aberta que estendemos ao Ocidente — afirmou Gorbatchov no Congresso do PSUA. — Quero salientar que estamos à procura de vias conducentes à compreensão mútua e à limitação da corrida aos armamentos, não por sermos débeis. No fulcro da nossa política está a preocupação pela sobrevivência da Humanidade, talvez a única civilização nas vastidões siderais da Galáxia».

Os factos são claros. Talvez hoje, mais do que nunca, seja possível desmistificar o mito belicista de «vêm aí os russos». Objectivamente o movimento de massas pela paz, na sua mais ampla concepção, envolvendo as mais diversas formas e objectivos de luta popular — tem entre mãos armas poderosas. É questão de as sabermos usar. Em tempo oportuno.



Internacional

Elementos concretos de uma batalha

• Pela Paz na Europa

Uma vez mais parte da comunidade socialista a proposta de dissolução simultânea dos dois pactos militares na Europa. Não é uma proposta nova. Ao contrário do que se pretende fazer crer foi o Pacto de Varsóvia, e não a NATO, que surgiu como aliança defensiva.

A NATO é fundada em Abril de 1949. O Pacto de Varsóvia 6 anos depois, e após a URSS ver recusado o seu pedido de participação na NATO.

No próprio documento da sua criação, o Pacto de Varsóvia defende a dissolução simultânea dos dois blocos militares. Entretanto, já em 45, a União Soviética propunha: controlo internacional sobre energia atómica; cessação da produção de armas atómicas e liquidação de todas as reservas; projecto de um pacto de não-agressão; redução dos orçamentos militares e acordo sobre medidas de prevenção de ataques-surpresa.

• Uma nova proposta

São palavras de Gorbatchov, no Congresso do PSUA.

«Quero dirigir da capital da RDA socialista um apelo a toda a população da Europa ocidental: não acreditem nas invenções sobre a agressividade da União Soviética. Nunca e em nenhuma circunstância o nosso país lançará operações militares contra a Europa ocidental se nós e os nossos aliados não formos alvo de um ataque da NATO! Repito, nunca!

«Queremos reforçar esta posição com uma nova iniciativa, desta vez respeitante aos armamentos convencionais e às forças armadas. A União Soviética propõe que se chegue a acordo acerca de reduções significativas de todas as componentes das tropas

No fim da guerra, a exigência de paz. Hoje mais viva e necessária que nunca



terrestres e da aviação táctica dos países europeus, bem como das respectivas forças dos Estados Unidos e do Canadá, estacionadas na Europa. As unidades sujeitas a redução seriam desmobilizadas e os seus armamentos destruídos ou armazenados nos respectivos territórios nacionais. A zona geográfica da redução deve, naturalmente, abranger toda a Europa: desde o Atlântico até aos Urais. Simultaneamente com os armamentos convencionais, seriam reduzidas as armas nucleares táctico-operacionais».

• Proibição de armas químicas

Nestes últimos dias de Abril a União Soviética apresentou na Conferência de Genebra sobre o desarmamento novas propostas com vista à proibição de armas químicas.

Como foi referido pelo representante soviético na Conferência, as propostas são bem concretas, asseguram o anúncio atempado da localização de empresas

e armas químicas, garantem a suspensão do seu fabrico, permitem proceder à elaboração de um regulamento para a eliminação da sua base produtiva e, logo após a entrada em vigor da respectiva convenção, dar início à liquidação dos arsenais químicos.

A União Soviética sugere que o tempo de funcionamento das infra-estruturas de fabrico de armas químicas, a sua liquidação e desmantelamento sejam rigorosamente controlados, nomeadamente através de sistemáticas inspecções internacionais «in

loco».

Entretanto a administração Reagan — apesar das declarações e compromissos na Cimeira de Genebra — pediu ao Congresso mais 25,3 milhões de dólares para elaboração de novos tipos de armas químicas e bacteriológicas. Em Dezembro passado, o Pentágono recebeu 21,7 milhões de dólares, para o fabrico de projecteis químicos binários de efeito neuro-paralisante para peças de artilharia.

Factos que nos devem levar a recordar o terrível balanço da

guerra química desenvolvida durante dez anos pelos EUA contra o Vietname:

• Foram afectados 2 milhões de vietnamitas e cerca de 60 mil soldados americanos.

• Ainda hoje no Vietname e mesmo nos Estados Unidos nascem crianças com malformações congénitas derivadas da utilização das armas químicas.

Os americanos disseminaram no Vietname do Sul mais de 90 mil toneladas de produtos tóxicos que causaram estragos a 43% das zonas arborizadas.

Saudação ao I Congresso Nacional Extraordinário do Partido Comunista da Bolívia

Por ocasião da realização do I Congresso Nacional Extraordinário do Partido Comunista da Bolívia, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou à reunião máxima dos comunistas bolivianos a saudação que transcrevemos a seguir:

Queridos Camaradas, O Comité Central do Partido Comunista Português transmite as fraternais e cordiais saudações ao I Congresso Nacional Extraordinário do Partido Comunista da Bolívia e, por intermédio dos seus delegados, a todos os comunistas da Bolívia.

O PCP, sempre solidário com a luta dos comunistas, da classe operária e das forças democráticas bolivianas, saudou com profunda alegria a vitória democrática e popular que em 1982 pôs fim a longos anos de ditadura, vitória que ficou marcada pela

contribuição corajosa e combativa desenvolvida pelo PCB nas duras condições de clandestinidade.

Hoje, perante a política antio-perária e de submissão ao imperialismo norte-americano e as medidas autoritárias com que o governo de direita procura abafar o amplo descontentamento e protesto popular, o fortalecimento do PCB e da unidade da classe operária assumem a maior importância. Reafirmando a nossa solidariedade à vossa acção em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo boliviano, pela salvaguarda das liberdades democráticas e da independência nacional, fazemos votos para o maior êxito do vosso Congresso.

A situação internacional actual é marcada por um lado, pelos esforços de desenvolvimento, cooperação e paz dos países socialistas, que o PCP altamente

valoriza, designadamente as recentes propostas do PCUS e do Estado Soviético visando a completa liquidação das armas nucleares até ao ano 2000 e, por outro lado, pelo prosseguimento por parte do imperialismo norte-americano e dos círculos mais reacçãoários da NATO, de uma desenfreada e perigosa corrida aos armamentos, envolvendo o próprio cosmos, na tentativa de alcançar a todo o custo a supremacia militar sobre o campo socialista, deter a luta revolucionária dos trabalhadores e povos pela sua libertação, impor ao mundo o seu domínio.

Para tentar realizar os seus propósitos hegemónicos, o imperialismo norte-americano não recua perante os piores crimes. A recente agressão militar dos EUA contra a Líbia, que o nosso Partido firmemente denunciou e condenou, constitui um erro criminoso, deliberadamente orienta-

do para o agravamento da tensão internacional, é a afirmação arrogante da prática do terrorismo de Estado como eixo da política externa do imperialismo norte-americano.

O PCP manifesta a sua solidariedade a todos os povos que, em condições diferentes e, através de meios e opções diversas, lutam pela sua libertação, pela paz e o progresso social, designadamente na América Latina, onde nos últimos anos se têm verificado importantes avanços no caminho da democracia. Os comunistas portugueses reafirmam a sua firme solidariedade a Cuba Socialista, à Revolução sandinista da Nicarágua, à luta dos patriotas de El Salvador, aos povos do Chile e do Paraguai, ao povo do Haiti que recentemente pôs fim a uma das mais odiosas ditaduras.

Conscientes dos perigos de guerra que pairam sobre a Hu-

manidade, o nosso Partido está confiante em que as forças amantes da paz, desde que unidas, serão capazes de derrotar os sinistros propósitos do imperialismo. Neste sentido, considera de fundamental importância o reforço da unidade e coesão do movimento comunista internacional e a cooperação e solidariedade das forças democráticas, anti-imperialistas e amantes da paz.

Em Portugal, após mais de dez anos de ofensiva contra-revolucionária visando a restauração dos monopólios e latifúndios que a revolução liquidara, as conquistas do 25 de Abril continuam a ser tenazmente defendidas pela luta da classe operária, das massas populares e das forças democráticas. Na sequência das importantes vitórias democráticas alcançadas em 1985, a derrota imposta ao candidato fascizante nas eleições presiden-

ciais de Fevereiro último pela convergência dos votos das forças democráticas, criou novas e mais favoráveis condições à luta por uma alternativa democrática, pela defesa e consolidação do regime democrático, pela solução dos mais urgentes e graves problemas nacionais.

Queridos Camaradas, Desejando uma vez mais os melhores sucessos aos trabalhadores do vosso Congresso, reafirmamos a nossa vontade de continuar a agir para o reforço das relações de amizade e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Viva a Amizade e a Solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Bolívia!

Viva o Internacionalismo Proletário!

Internacional

Nicarágua propõe a paz EUA defendem a guerra

O facto de a Câmara dos Representantes norte-americana ter voltado a rejeitar, a semana passada, a proposta de Reagan de fornecer cem milhões de dólares aos contra-revolucionários da Nicarágua, se por um lado representa uma importante derrota nos planos intervencionistas da Casa Branca na América Central, não permite, por outro lado, um excessivo optimismo quanto às reais possibilidades de consolidação da paz, a curto prazo, naquela região.

Em primeiro lugar, porque Reagan pretende voltar à carga com a sua proposta em 12 de Maio, sendo previsível que até lá se registem oportunos «incidentes» que possam pesar sobre a opinião dos Representantes.

Em segundo lugar, porque para além das vias legais, como é público e notório, a administração Reagan dispõe de canais «secretos» para fazer chegar a sua ajuda militar aos «contras».

Em terceiro lugar, porque a Reagan não interessa de modo algum a aplicação de um plano de paz, já que o seu objectivo confesso é a liquidação do regime sandinista da Nicarágua.

Não é pois de estranhar que as declarações do presidente nicaraguense, Daniel Ortega, na passada sexta-feira ao «The Wall Street Journal», após a nova derrota da proposta Reagan, não tenha suscitado grandes reacções oficiais nos EUA.

Disse Daniel Ortega que a Nicarágua está disposta a comprometer-se e a assinar acordos que garantam a segurança da Nicarágua e dos Estados Unidos. Para tal, teriam os EUA de suspender as manobras militares na região e pôr termo à pressão militar contra a Nicarágua, que por sua vez se comprometeria a repatriar os assessores militares estrangeiros e a negar apoio a «forças irregulares» que operem na região.

O início das manobras militares norte-americanas no mar das Antilhas, em que participam tam-

bém unidades dos sete países das Caraíbas que fazem parte do «Sistema Regional da Segurança e Defesa», pacto militar constituído sob os auspícios dos EUA e da Grã-Bretanha; a conclusão, na passada terça-feira, de mais um aeroporto militar nas Honduras (o oitavo construído pela administração Reagan naquele país), a escassos 17 quilómetros da fronteira com a Nicarágua; e o prosseguimento nos EUA da campanha contra a Nicarágua, com Reagan a afirmar que ali se «está a edificar uma Líbia à porta dos Estados Unidos», são os mais visíveis elementos para uma resposta norte-americana.

De continuação do confronto que, a não serem tomadas outras medidas, podem muito bem vir a generalizar-se com todas as suas gravíssimas consequências.

E isso não obstante a maioria dos norte-americanos não apoiar a ajuda aos anti-sandinistas, como revelou uma recente sondagem encomendada pelo jornal «The New York Times» e pela cadeia de televisão CBS: apenas um em cada quatro norte-americanos apoiam Reagan nesta matéria.

Uma solução latino-americana

O que neste contexto ganha cada dia que passa um maior re-



Nicarágua. A confiança no futuro ainda tem que ser defendida com armas

velo é, sem dúvida, a necessidade dos países da América Latina em geral, e os centro-americanos em especial, tomarem directamente nas suas mãos as decisões que se impõem para que a paz seja possível na região. E se o primeiro passo nesse sentido implica a recusa de utilização do território nacional de cada um para acções contra a Nicarágua, como reconheceu já o presidente da Costa Rica, outros terão que ser dados em conjunto para que os EUA entendam que já passou o tempo em que as suas aspirações eram ordens no subcontinente.

Tal como reconheceu há dias o presidente do Peru, Alan García, que em mensagem a Daniel Ortega manifestou a sua profunda convicção do **imperativo dos**

países irmãos centro-americanos poderem alcançar, com a brevidade possível, os entendimentos necessários para consolidar a paz, a segurança, a democracia e o desenvolvimento regional, através de uma solução latino-americana que, com fundamento nas bases e acções enunciadas na mensagem de Caraballeda, demonstre a capacidade que têm os latino-americanos para resolver autonomamente os seus próprios problemas livres de qualquer ingerência externa.

A mensagem é clara, como clara é também a compreensão dos problemas que à Nicarágua se colocam. Mas mais do que tudo a mensagem de Alan García acentua a necessidade de

não se pouparem esforços, que têm de ser conjuntos, para que a paz volte à região.

Comprovámos, refere ainda a mensagem que citamos, que na recente reunião de ministros da América Central, do Grupo de Contadora e do Grupo de Apolo, esteve próxima a possibilidade de concretizar um acordo que permitiria culminar o processo de negociação do texto «Acta de Contadora para a Paz e Cooperação na América Central», numa data fixada, o 6 de Junho do presente ano, no claro entendimento de que a assinatura e entrada em vigor do referido documento ficaria sujeita, livre de toda a pressão, à existência de condições que permitam assegurar que a segurança de todos e de cada um dos países da área não seja ameaçada.

Nesse sentido, salienta, se reitera uma vez mais o **enérgico repúdio a toda a ingerência estrangeira e ameaça ou uso da força na região**, formulando um apelo a todos os países com vínculos e interesses nela para que, simultaneamente, se levem a efeito as acções pertinentes da mensagem de Caraballeda e se abstenham de qualquer acto que possa frustrar o objectivo traçado, em particular o apoio às forças irregulares e movimentos insurreccionais que operam na região.

As afirmações de Daniel Ortega não deixam dúvidas quanto ao desejo de paz da Nicarágua. As de Reagan, são por demais claras quanto às intenções de prosseguir e intensificar os conflitos. A mensagem de Alan García devia chegar aos que estão de uma forma ou de outra do lado de Reagan.

CEE, no alinhamento de Washington

Raras vezes a subserviência política da Europa capitalista em relação aos Estados Unidos terá sido tão evidente como no processo de agressão — militar — contra a Líbia. Isto apesar das recusas na utilização do espaço aéreo nacional. Apesar do distanciamento formal em relação ao próprio acto de agressão. Das — anteriores — reticências, quanto a medidas de afastamento diplomático e comercial.

Claro que importa não esquecer as famosas «velinhas» em intenção da Polónia socialista. As tentativas de boicote à URSS. O caso — famoso — do gasoduto soviético.

Mas estamos face a uma agressão militar directa contra um país soberano. Às portas da Europa, na explosiva região do Mediterrâneo. E a demarcação — simbólica — de parte da Europa da CEE e da NATO não passou de uma discórdância superficial, uma referência, quando muito, à «desporporção» das medidas! O que no mínimo se pode considerar uma forma de

cobertura de uma acção agressiva. Posição com que o Governo português — que aliás renunciou a assumir posição própria, fazendo-a depender de uma posição global da CEE — está totalmente identificado.

Entretanto, à medida que passam dias e semanas sobre o acto de terrorismo estatal dos EUA contra o povo líbio, mais ressalta, e se aprofunda, a cumplicidade da Europa capitalista.

Referimo-nos, antes do mais, à posição assumida pela CEE, aceitando a reunião dos seus ministros na base da versão norte-americana de implicação da Líbia em atentados terroristas (sem a apresentação de uma única prova! E nem seria tão difícil forjá-la...). Às decisões saídas de tal reunião, no sentido do isolamento da Líbia (o que no fundo está certo dentro da lógica de promotores do neocolonialismo). À activa e empenhada participação na campanha propagandística contra o povo líbio. E ainda à posição assumida na ONU, e que impediu fosse repudiado o

criminoso acto de agressão dos EUA.

Referimo-nos até aqui a um alinhamento político. Mas os factos que vão sendo conhecidos indicam que há mais.

Na engrenagem da agressão

Um primeiro elemento (para além de posições de cumplicidade de assumida): os EUA utilizam normalmente as suas bases em Espanha, Itália, Grécia, Turquia, nas manobras militares e outras acções no Mediterrâneo.

Elementos esparsos vão-se alinhando, no que respeita à utilização da Europa neste caso concreto de guerra. Surgem referências quanto à violação do espaço aéreo de diferentes países. Nos Pirinéus? No Marrocos? E Portugal?

As notícias divulgadas em imprensa da RFA são ainda mais graves. Segundo o jornal

«Frankfurter Rundschau», o general Rogers, comandante-chefe das forças da NATO, utilizou a sede em Stuttgart, na RFA, para participar no planeamento e direcção do ataque contra a Líbia. Por outro lado o «Unsere Zeit» informa que enquanto a aviação norte-americana bombardeava Trípoli e Benghazi, as unidades norte-americanas afectas aos mísseis «Pershing 2» foram colocadas em estado de alerta. Este o preço político que se paga por albergar instalações militares da NATO e dos EUA.

E Portugal?

Do que foi e é a posição de Portugal, apenas se conhece, de concreto, a gaguejante posição do ministro dos Estrangeiros, que assumidamente colocou o nosso país a reboque do que a CEE decidiria. Palavras de condenação do acto de guerra, nem uma. Que os elementos não seriam suficientes!

Entretanto, em Berlim, Cavaco Silva fazia afirmações do mais primário anticomunismo. E aí não se gaguejava.

Tal posição política não nos dá qualquer garantia quanto a não ter sido possibilitada a utilização do território nacional na agressão contra o povo líbio.

Como salientou Álvaro Cunhal, «não podemos deixar de reclamar que seja esclarecido com inteira verdade (porque o que a este respeito se tem dito é mais do que equívoco) se a base das Lajes foi ou não utilizada pelos aviões americanos voando dos Estados Unidos para a agressão à Líbia e se o território nacional (concretamente Alentejo e Algarve) foram ou não sobrevoados pelos aviões na sua trajectória de Inglaterra para o Mediterrâneo».

Uma pergunta que se impõe. Porque Portugal não deve ser usado como base de agressão. E entre a subserviência do Governo — que é um facto — e a cumplicidade, vai um passo bem tênue.

«Correspondendo às consignas e às palavras de ordem do Partido Comunista, os trabalhadores da cidade e do campo, intensificam por toda a parte as lutas reivindicativas para fazer frente à constante subida do custo de vida, consequência directa da política de fome, de miséria e de guerra do governo.

«Os trabalhadores preparam assim a jornada do 1.º de Maio que se aproxima. Fazem da luta pelas suas reivindicações económicas o ponto de partida para acções e lutas políticas contra a ditadura fascista, contra a vida cara, contra a guerra colonial, contra a repressão e pela Democracia.

«Marchando audaciosamente e confiantes para as acções comemorativas da jornada do 1.º de Maio, os trabalhadores criarão condições para alargar ainda mais as suas lutas e conquistas de carácter reivindicativo para além do 1.º de Maio.

«Muitas dezenas de lutas reivindicativas estão neste momento em curso em todo o País, envolvendo centenas de milhares de trabalhadores (...)

(Em Marcha Para a Jornada do 1.º de Maio os Trabalhadores Intensificam as Lutas reivindicativas) — «Avante!», VI série, n.º 354, Abril de 1965)

«(...) O agravamento constante e brutal do custo de vida exige que se preparem, organizem e desencadeiem as mais variadas lutas por aumentos de salários, jornas e vencimentos, contra a intensificação dos ritmos infernais de trabalho e contra o desemprego, contra a subida do custo de vida e contra a escassez de géneros alimentícios (...)

(«Viva o 1.º de Maio! Viva o Dia Internacional dos Trabalhadores») — «Avante!», VI série, n.º 365, Abril de 1966)

«Centenas de milhares de operários e outros trabalhadores da cidade e do campo participaram, ao longo dos doze meses que nos separaram do 1.º de Maio de 1969, no mais variado tipo de lutas, desde a simples petição à greve e manifestações de rua, por melhores condições de vida e de trabalho; pela liberdade sindical e direito à greve; contra a repressão e pela amnistia; contra a guerra colonial e pela paz; pela liberdade política e a democracia (...)

(«No Centenário do Nascimento de Lênine Comemoramos o 1.º de Maio Lutando nas Empresas e nas Ruas») — «Avante!», n.º 415, Abril de 1970)

«Não nos é possível fazer um balanço das comemorações do 1.º de Maio por não dispormos ainda de informações suficientes. Entretanto, pelas que dispomos, podemos afirmar desde já que mais uma vez os trabalhadores, em vários pontos do País, comemoraram o 1.º de Maio e que também mais uma vez as forças repressivas reprimiram com a habitual selvajaria essas comemorações.

Em Lisboa numerosos trabalhadores concentraram-se na Baixa a partir das 19.30, sendo brutalmente carregados pela PSP à bastonada, soco, pontapé, do que resultaram dezenas de feridos que tiveram de receber tratamento hospitalar, sendo feitas várias prisões. Fechadas todas as saídas do Rossio, à excepção das que davam para a Praça da Figueira, os manifestantes foram obrigados a dirigir-se para lá, onde eram encurralados, isolados em pequenos grupos e selvaticamente espancados por guardas da PSP e centenas de polícias à civil que desde o início se tinham misturado na multidão a fim de se confundirem com os manifestantes. Todas as portas, desde as das casas de comércio às particulares, foram fechadas para impedir qualquer saída. Raramente se terá assistido a tamanho furor no espancamento da população, fossem manifestantes ou pacatos transeuntes que o acaso tinha levado ali àquela hora (...)

(«O 1.º de Maio») — «Avante!», VI série, n.º 453, Maio de 1973)

Em Foco

Avante!

Ano 53 — Série VII
N.º 644

30 de Abril de 1986

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

1.º MAIO em MESA REDONDA



MESA REDONDA

1.º DE MAIO

A experiência vivida na primeira linha do combate



enquadramento histórico do Primeiro de Maio comunga aqui perfeitamente com a experiência vivida pelos camaradas convidados para esta mesa redonda. Não quisemos por isso expurgar o

texto de algumas repetições indispensáveis neste tipo de trabalhos. Cremos que as experiências concretamente vividas não podem neste caso ser submetidas a uma síntese forçosamente empobrecedora. A síntese ficou, assim, ao cuidado da memória e dos conhecimentos dos camaradas que intervieram na mesa redonda. São eles António Dias Lourenço, Victor de Sá, Álvaro Rana, Carlos Fraião e Vítor Ranita.

Que falaram da sua experiência, mas não só. Também daquela, acumulada ao longo de cem anos pelo movimento operário. Em Portugal. Uma viagem breve para tantos anos e para tanta luta. De onde viemos, dizem. Que fizemos, contam. Para onde vamos, apontam.

As datas que escolheram — outros tantos marcos na caminhada da libertação dos trabalhadores — são os momentos altos dessa luta que vai fazer agora cem anos, fases significativas de um movimento que abrange, cada vez mais, não apenas a classe operária, os trabalhadores, mas amplas massas populares que no 1.º de Maio comemoram vitórias sobre a opressão, defendem as liberdades e os direitos conquistados, abrem caminho. Lutas. Repressão e recuos. Avanços e vitórias. Festa também. E sobretudo unidade.

Militantes comunistas, os participantes nesta mesa redonda, contam a experiência vivida na primeira linha de combate.

exemplo, designam, ou outros identificam, com o período do mutualista...

Victor de Sá — Não, esse período é já não só mutualista; é também reivindicativo.

A reivindicação das oito horas começa já nessa altura. E, concretamente, nas moções aprovadas nos comícios, o que se viu foi já a entrada imediata em execução da lei laboral promulgada, a segurança no trabalho, contra acidentes, a limitação da jornada de trabalho para as mulheres e as crianças, porque nessa altura foi promulgada a decisão de não aceitar trabalhadores com menos de 12 anos, que antes era frequente as crianças, os filhos dos trabalhadores, começarem a trabalhar em oficinas aos quatro e cinco anos. Por isso o 1.º de Maio, embora com o seu carácter festivo, de força e de afirmação, era já também jornada reivindicativa, como o demonstram as moções aprovadas nos comícios e sobre legislação já aprovada.

Surge é uma certa polémica no próprio seio do operariado criticando a forma como o 1.º de Maio é comemorado em Portugal com jantares, com passeios ao campo e com visitas aos mortos.

Quando toma aspectos reivindicativos mais fortes é no período da República (1910-1926) e durante a Grande Guerra.

Av. — E no período imediatamente anterior à I Guerra Mundial de 14-18?

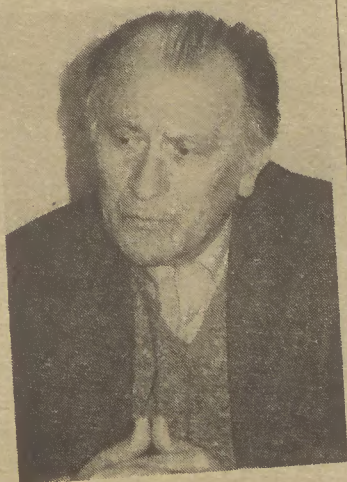
Victor de Sá — Não tenho muitas informações sobre esse período. Os jornais que tenho consultado na Biblioteca Nacional estão em mau estado e não vem à leitura. Não vou por enquanto tirar muitos apontamentos sobre isso. Nos primeiros tempos da República é que há grandes greves e a promulgação do decreto das oito horas de trabalho diário para a indústria e o comércio, na sequência de grandes greves e manifestações.

António Dias Lourenço — Sugeria que, se outros participantes não entendessem intervir sobre esse período, se passasse a outras fases marcantes, sistematizando um pouco a história do 1.º de Maio ligado à história do movimento operário português.

Participo como um dos intervenientes e não como director do Jornal. É naquela primeira qualidade, digamos assim, que aqui estou. O objectivo desta mesa-redonda é trocar impressões sobre o significado histórico e o alcance actual do Primeiro de Maio. O que é que o Primeiro de Maio representa na luta da classe operária portuguesa, a que é que está ligada essa data célebre no plano político. Creio que seria para nós in-

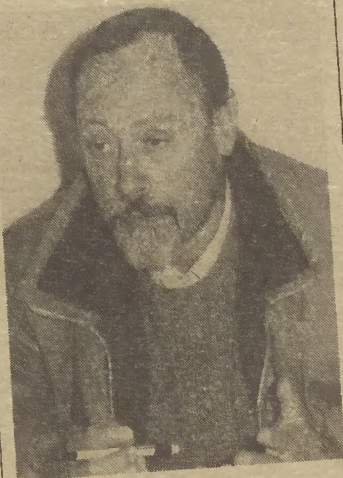
Victor de Sá — Relativamente ao 1.º de Maio em Portugal, devo começar por dizer que essa data é comemorada no nosso país desde que foi considerada Dia Internacional dos Trabalhadores, comemoração adoptada com a constituição da II Internacional em 1889. Em 1890 começam as comemorações em toda a Europa e em Portugal também. Logo neste último ano temos comícios em Lisboa e no Porto, comemorações em Coimbra, em Silves, em Santiago do Cacém e em Tomar. São estas, pelo menos as que estão registadas. A partir daí o 1.º de Maio tem sido sempre comemorado. Em 1893 vem a proibição do Governo de organizar cortejos — durante o primeiro governo de João Franco. Em 95 começam a romper as grandes manifestações do 1.º de Maio em Lisboa e no Porto. A partir daí, as manifestações (mais cortejos do que manifestações propriamente ditas) como são hoje encaradas.

Vejamos primeiros os itinerários. Os cortejos partem dos centros urbanos para os cemitérios. Aqui em Lisboa para os Prazeres e no Porto para o Prado do Re-



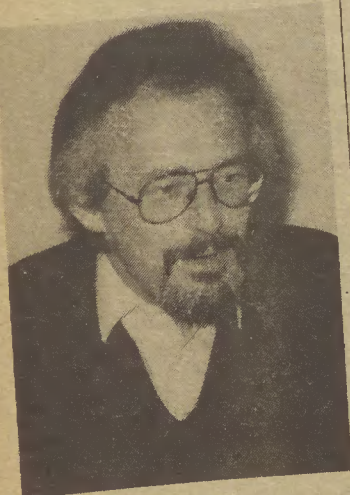
António Dias Lourenço

Membro da Comissão Política do CC do PCP. Director do «Avante!»



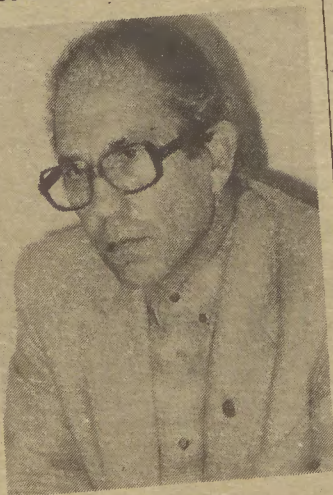
Álvaro Rana

Um dos fundadores da Intersindical em 1970. Membro da Comissão Executiva da CGTP-IN. Candidato a deputado nesta legislatura nas listas do PCP.



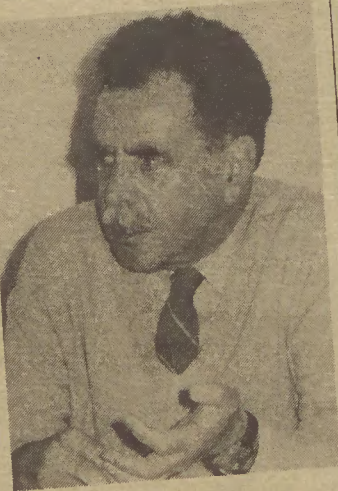
Carlos Fraião

Membro do CC do PCP e da ORBL (Organização Regional da Beira Litoral). Participou nas lutas estudantis e associativas em 69/71. Foi presidente da Associação Académica de Coimbra em 1971.



Vítor Ranita

Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN e da Direcção Regional do Porto (DORP) do PCP. Pertence aos corpos gerentes do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto.



Victor de Sá

Professor de História Contemporânea de Portugal na Universidade do Porto. Deputado pelo PCP entre 1979 e 1981: o primeiro comunista eleito pelo círculo de Braga. Autor da «Crise do Liberalismo» e de numerosos trabalhos sobre a história do movimento operário e sindical português.

interessante, pois estão aqui camaradas que em várias fases nele participaram e que o conhecem naturalmente no plano histórico, mas há aqui muito da história vivida. A verdade é que sou um dos participantes no último 1.º de Maio antes do fascismo.

Av. — Queres referir-te ao de 1933, já em pleno fascismo afinal, mas na derradeira fase dos sindicatos livres, que ainda os havia antes dos primeiros dias de 1934?

Dias Lourenço — De alguma maneira, trago um testemunho dessa fase. Julgo que seria interessante traçar aqui um quadro ainda que sucinto desse 1.º de Maio, quero dizer um quadro político e, ao mesmo tempo, a experiência vivida. Eu nessa altura já era membro do Partido, já tinha dois anos de Partido e de alguma maneira uma certa formação política para a compreensão desse Primeiro de Maio de 1933. Penso que é importante abordar essa fase na vida sindical ligada aos primeiros anos da repressão sobre as liberdades sindicais e as outras.

Claro que participei em vários outros Primeiros de Maio ainda anteriores ao de 33, mas este último tem um significado particular, porque é o imediatamente posterior à decisão de fascizar os sindicatos. Já depois portanto da promulgação da Constituição de 1933, depois dessa gente, incluindo o Teotónio Pereira, estar empenhada na elaboração do Estatuto do Trabalho Nacional.

Av. — ... Copiado do Código do Mussolini.

Dias Lourenço — Sim, de uma nova orgânica sindical, que retirava aos sindicatos as suas características de organizações de classe, com a obrigação expressa, aliás, de se transformarem em agremiações de colaboração de classes.

Esse último Primeiro de Maio, ainda legal, teve um significado muito grande. É a última manifestação de vida dos sindicatos livres, em termos políticos com representação nacional, porque houve uma grande adesão.

Av. — Antes do 18 de Janeiro, portanto.

Dias Lourenço — Claro, claro, imediatamente antes.

Av. — Sobre esse período e essa questão, gostaríamos que o Álvaro Rana se pronun-



classe, falando também dos anos anteriores.

Álvaro Rana — Na história do Primeiro de Maio, um facto inegável é que nesses anos o acontecimento histórico que mais galvanizava os trabalhadores em todo o mundo é a Revolução de Outubro de 1917. Não é por acaso que, entre os reflexos mundiais dessa data célebre, dois anos depois no nosso país se vão conseguir satisfazer, em grande parte, as reivindicações à volta das oito horas de trabalho na indústria e no comércio. Foi sem dúvida conseguida essa conquista à custa da própria luta desenvolvida pelos trabalhadores no nosso país, mas aproveitando todo esse clima que a Revolução de Outubro veio introduzir como um acontecimento que veio dar força de ânimo e uma grande exaltação para a transformação da sociedade, para abrir as portas a uma sociedade sujeita a menor opressão, que é um dos objectivos fundamentais do Primeiro de Maio.

Outra data de alcance mundial é quando se verifica a derrota do nazi-fascismo em 1945. Aspecto com interesse é também o facto de a queda de Berlim se dar precisamente no 1.º de Maio desse ano. A vitória da democracia nessa data vem dar um enorme impulso à luta dos trabalhadores que levou a que hoje um terço da Humanidade esteja já livre da exploração e da opressão, avançando decisivamente para a consolidação e o desenvolvimento do socialismo no mundo.

Av. — É logo a seguir a esse período que vêm as eleições...

Álvaro Rana — Não, antes há acontecimentos que não se podem esquecer e que têm a ver com as eleições sindicais de 45/49 e com as condições que as prepararam no nosso país. É o período das greves de 1942-43, que são marcos da luta operária em Portugal.

Dias Lourenço — Nós não vamos fazer aqui a história do movimento operário. Temos que nos cingir muito à questão do 1.º de Maio. Devíamos fazer um esforço de fixação.

Álvaro Rana — No seguimento do que acaba de dizer o Victor de Sá eu devo acrescentar que os Primeiros de Maio realizados depois da constituição da II Internacional são já organizados pela Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa, que congregava na altura todos os esforços para o desenvolvimento destas acções. Mas, como facto curioso, aquando do cortejo imponente de 1895, a organização pertence já à União Operária 1.º de Maio. É já a

intenção simbólica. É o sentido da unidade que se nota nestas organizações. Mas, voltando um pouco atrás, há uma série de acções que se desenvolvem antes da consagração da oito horas de trabalho diário em 1919 para o comércio e indústria e que têm consagração ainda antes desse ano. Em 1915, por exemplo, a banca já tinha alcançado as oito horas e a construção civil consegue as oito horas em 1916.

Victor de Sá — Em 1918...

Álvaro Rana — Não. É um aspecto curioso, pois a Federação do sector dispõe de um documento onde essa conquista para a construção civil é alcançada em 1916. É um documento com a linguagem típica da época, com declarações extremamente inflamadas, mas que revela que ao fim de uma série de dias de luta, em Abril de 16, consegue-se um acórdão oficial sobre o horário de trabalho consagrando as oito horas.

Victor de Sá — Eu possuo relativamente a essas jornadas um documento, mas é sobre Évora, após uma campanha e uma paralisação generalizada do trabalho na construção civil.

Av. — Trata-se certamente de uma luta localizada; uma em Lisboa, outra em Évora.

Álvaro Rana — Não. Este é um acórdão de alcance nacional, publicado pelo Ministério da altura, em 17 de Abril de 1916.

Victor de Sá — Consagrado no 1.º de Maio desse ano.

Álvaro Rana — É curioso que a consagração mais importante a de 1919 (para o comércio e a indústria) estava para ser feita precisamente no 1.º de Maio. Mas, como o governo da altura não morria de amores pelo movimento operário, as oito horas só foram consagradas em 7 de Maio desse ano de 1919.

Victor Rana — Eu penso que seria oportuno abordarmos a questão sobre o ponto de vista das lições que podemos extrair destes cem anos do 1.º de Maio para as tarefas que temos de enfrentar na actual situação de luta dos trabalhadores. Penso que esses cem anos de luta põem a claro que a questão estratégica central é a da unidade, a afirmação do poder da sua unidade que acompanhou sempre a força revolucionária da sociedade. Creio também que os cem anos do 1.º de Maio nos podem demonstrar a importância da solidariedade, a solidariedade na classe a nível internacional, como factor decisivo do avanço da sociedade, a importância da firmeza e da persistência na luta, acompanhando a afirmação da sua natureza de classe (do 1.º de Maio) do movimento

operário na luta contra a exploração. Eu penso que depois de 1926, em condições concretas se escolheram caminhos difíceis, mas percorridos na construção da própria liberdade atingida no 25 de Abril.

Carlos Fraião — Voltando às tradições — romagens, almoços comemorativos, comícios — eu gostaria de lembrar recordações desses tempos que ainda persistem. Encontrei no meu trabalho depois do 25 de Abril restos dessas tradições. Em alguns casos permanecem mesmo como tradições, mas noutros foram retomadas como formas de luta. Lembrou-me, por exemplo de ter participado, em 1976, com os trabalhadores têxteis de Tortosendo num piquenique ao pé da ponte de Pedrinha. Os camaradas e amigos sindicalistas explicaram que foi uma tradição muito antiga que se tinha perdido e que foi retomada no fascismo. O que é curioso é que depois do 25 de Abril todos os anos se tem realizado esse mesmo piquenique antes da manifestação e do comício na Covilhã. Homenagens a antigos militantes sindicalistas continuam também a fazer-se ainda hoje em alguns lados. Em Viseu é tradicional ser homenageado todos os anos com uma romagem ao cemitério, Alberto Sampaio, um antigo militante operário e lutador dos primeiros anos da República.

No aspecto da unidade que o 1.º de Maio engloba e que foi especialmente vivo em 1974 a experiência que eu senti foi de facto igual à que houve por todo o País. Mas deve sublinhar-se que nessa data apareceu muito viva essa manifestação democrática e antifascista de unidade como bom pilar a ser defendido para o progresso da democratização e estou lembrado particularmente das saudações fraternais e democráticas que foram dirigidas ao 1.º de Maio por alguns dirigentes partidários na altura. Referindo-me à manifestação de Coimbra, depois de uma intervenção que teve um grande impacto nas pessoas (no estádio Universitário) porque foi legalmente que ali em público se ouviu pela primeira vez legalmente a voz de um militante do Partido — o camarada António Lopes acabado de sair da clandestinidade — que se dirigiu às 60 mil pessoas ali presentes e lembro-me que logo a seguir, como aspecto relevante dessa unidade, um dirigente do Partido Socialista, António Arnaut, falou de improviso saudando os companheiros de luta do Partido Comunista Português e essas intervenções expressaram de uma forma muito viva o

sentimento da unidade e de ambiente democrático e unidade antifascista que creio é um dos traços mais vivos do 1.º de Maio de 1974.

Av. — É conhecido o papel que o Partido desempenhou nos aspectos que o Fraião acaba de referir, designadamente a partir da sua reorganização no princípio dos anos quarenta. Certamente todos nós gostaríamos de ouvir o camarada Dias Lourenço falar sobre isso.

Dias Lourenço — Do ponto de vista histórico, o camarada Victor de Sá já deu uma contribuição importante em relação ao primeiro período do 1.º de Maio em Portugal. Creio que se deve ressaltar o facto de essa data histórica estar ligada, em várias fases, à luta pelas oito horas de trabalho. Isso sucedeu durante largos anos, a par naturalmente das reivindicações mais gerais da classe operária. Mas julgo que seria útil destacar uma particularidade — a do 1.º de Maio ser já desde a constituição da II Internacional uma grande realização do internacionalismo proletário. É já um avanço desse princípio marxista-leninista que posteriormente recebeu uma consagração muito mais vasta. É já uma manifestação embrionária, se assim podemos dizer, da luta contra a exploração capitalista e nesse ponto muito tangível que é o das oito horas de trabalho. Também me parece que, depois da Revolução de Outubro, significa o salto que o movimento operário dá com uma grande expressão de maturidade política e ideológica da classe operária, da sua unidade. Mas na história do movimento operário no nosso País, penso eu que há fases, como essa que eu diria um pouco insípida, que vem da República democrático-burguesa de 1910. Eu queria sublinhar, no entanto, a fase de transição deste último período para o fascismo, que tolera ainda durante uns tempos as organizações legais da classe operária, a sua imprensa, legal. Mas depois decide passar à ofensiva e julgo que esta transição também aparece nítida nos Primeiros de Maio.

Há pouco falei no último 1.º de Maio antes do fascismo. O de 1933. Já tinha nessa altura dois anos de Partido. Na clandestinidade naturalmente. Era nessa altura um jovem, mas o meu pai era um velho dirigente operário, presidente de um sindicato. Fez nessa data um discurso para o 1.º de Maio de 33. Não vou entrar em largas explanações de





1º de MAIO

ordem pessoal, como é evidente, mas o meu pai era um velho militante da fase anterior do movimento operário e eu um jovem operário da fase posterior, a do fascismo nascente. O meu pai pediu-me para passar a limpo o seu discurso. A caligrafia era muito legível. A letra era até bonita. Mas o meu pai falava dos operários de Chicago, da Praça «High Market», da matança, da repressão. Mas eu, a propósito de passar a limpo, introduzi várias passagens «actualizantes» do movimento operário da altura. Leu tudo, emperrando em alguns pontos, mas depois em casa disse-me: «Não tinhas nada que alterar o meu discurso»... O que eu tinha introduzido era precisamente a que já era minha experiência desses anos do fascismo e do próprio ano de 33, que foi o «canto do cisne» do movimento sindical na legalidade, dos sindicatos livres.

Av. — Imediatamente antes do 18 de Janeiro de 34.

É o período da fascização dos sindicatos, do Estatuto do Trabalho Nacional e, depois da obrigatoriedade de filiação nos chamados sindicatos nacionais, o início da organização comunista e unitária lá onde os trabalhadores estavam. Os Primeiros de Maio logo a seguir, até ao período da II Guerra Mundial, sem deixarem de ser acções de protesto e de luta tomaram as formas adequadas, entre elas a dos piqueniques, mas sempre com a participação de quadros e dirigentes comunistas. Eram cada vez mais jornadas políticas contra o fascismo. Deve-se lembrar que na fase mais dura, a partir de 1936, quem faltasse ao trabalho no Primeiro de Maio era despedido. Esta era uma particularidade que obrigava a uma grande firmeza, e muitos trabalhadores foram despedidos por não terem trabalhado nesse dia.

Av. — No período do fascismo, um dos anos mais marcantes é o de 1962. É um ponto de viragem...

Álvaro Rana — O 1.º de Maio

de 62 marca no nosso País o declínio da importância das comemorações do 5 de Outubro. Assumem muito maior importância as comemorações do 1.º de Maio.

Dias Lourenço — No período fascista, o 1.º de Maio de 62 é a grande luta da classe operária a propósito do 1.º de Maio. Tratou-se de toda uma luta da classe operária e das massas que se travou em várias datas e cujo fulcro era o 1.º de Maio. Nessa altura era eu o camarada mais responsável que estava cá no País, em liberdade, e participei de uma forma muito activa na organização desse 1.º de Maio.

Constituímos um organismo nacional ligado a camaradas que estavam no movimento sindical, com a participação directa de camaradas da Direcção do Partido, para o plano de lutas que começou com o 31 de Janeiro no Porto, que foi também até ao 8 de Março no Porto, que depois foi à luta dos estudantes. Em 62 há uma fusão de toda essa movimentação.

Mas o mais importante do 1.º de Maio de 1962 foi o facto de que cerca de 250 mil assalariados agrícolas conquistaram pela primeira vez as oito horas de trabalho.

Há ainda a salientar a repressão fascista. Em Lisboa houve tiroteio por toda a parte, uma chuva de tiros. Eu andei por aí a acompanhar, na clandestinidade, mas estive em vários pontos. Eles varriam a baixa a tiro, varriam as ruas da Graça a tiro, ainda me lembro das balas baterem nas ramas das árvores. Foi uma luta extraordinariamente importante. Em Lisboa calcula-se que cerca de 200 mil trabalhadores se manifestaram, o que era extraordinário para aquela altura.

Quero também salientar a bárbara repressão que foi exercida contra os assalariados agrícolas. E principalmente na herdade de Palma. Não calculam o que a GNR fez aos trabalhadores da herdade de Palma, que estiveram em greve cerca de três semanas até arrancarem as oito horas de trabalho.

Este 1.º de Maio foi o fulcro de uma grande movimentação de massas, já abertamente virada contra o regime fascista.

Victor de Sá — Incluindo as Juntas Patrióticas.

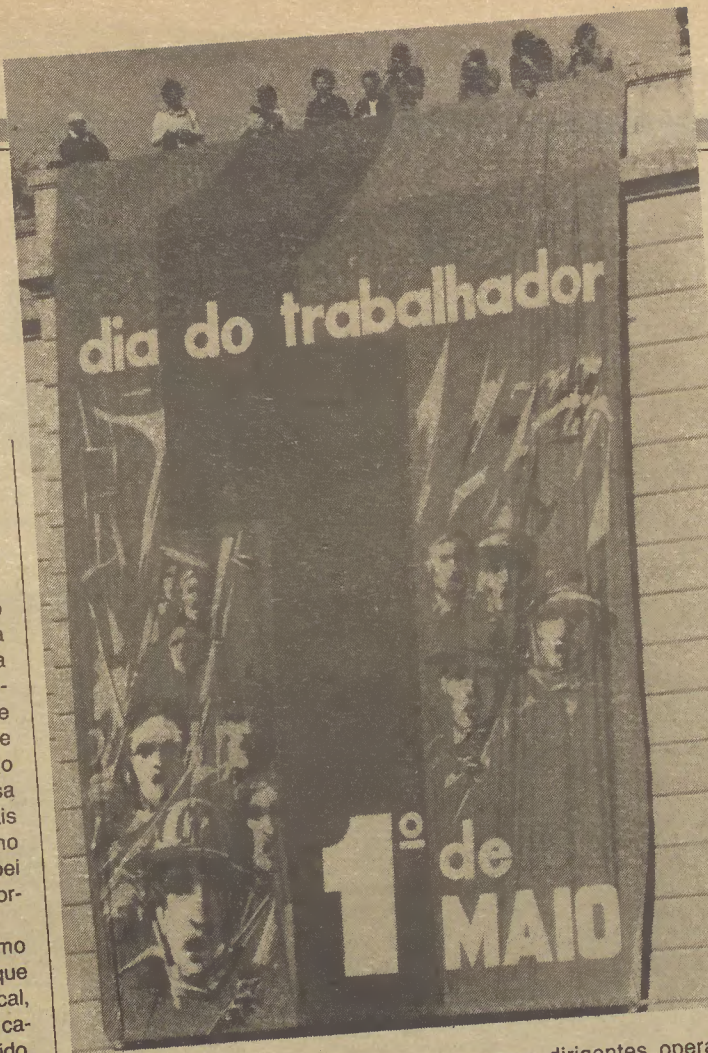
Dias Lourenço — Exactamente, as Juntas foram constituídas ligadas estreitamente a esta movimentação.

Tudo isto aconteceu já depois do movimento do Humberto Delgado, apanhou todo o fluxo político das lutas em torno dessa candidatura e era portanto uma luta que apontava já à liquidação do regime fascista. O 1.º de Maio de 62 foi muito importante na vida nacional.

Victor de Sá — Tão importante que a polícia também fez os seus preparativos, a partir de 25, 26 e 27 de Abril, com prisões do Norte ao Sul.

Av. — Falaram da liquidação do fascismo. Que só veio a acontecer em 1974. Com o 25 de Abril. E com o 1.º de Maio...

Álvaro Rana — Um aspecto importante, e o Vítor Ranita já tinha começado a desenvolver esse tema, é a grande consagração da unidade, que sempre se verificou no seio do movimento



operário, lutando abertamente contra o regime e para conquistar melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores do nosso País.

O 1.º de Maio de 1974 veio consagrar os primeiros dias de liberdade no nosso País e assume o carácter poderoso de que todos ainda estamos recordados. E vem marcar os anos seguintes. Já nesses primeiros dias se começavam a desenhar as primeiras tentativas para dividir o movimento operário e sindical, o que a partir de 75 tem algumas expressões evidentes, com aquelas iniciativas em torno da «carta aberta» e outros movimentos desse tipo, o que leva a que, em 1976, haja também um 1.º de Maio com bastante importância e que abre o caminho à realização do Congresso dos Sindicatos e trava a primeira grande ofensiva do divisionismo no seio do movimento sindical e operário. Estes aspectos são reflexos evidentes de toda a acção desenvolvida anteriormente pelo movimento operário e a expressão da grande consciência que existia em torno das lutas que se desenvolveram.

Av. — A primeira vez que a manifestação se dirigiu para a Alameda em vez de ir para o Estádio foi...

Álvaro Rana — ... Em 1979, durante o chamado governo de iniciativa presidencial, encabeçado pelo Mota Pinto. Serviram-se como pretexto de representantes que estavam à frente do Inatel, designados pelo Maldonado Goncalves (que meses antes se tinha distinguido por querer quebrar a espinha à Intersindical), terem imposto a não utilização do Estádio 1.º de Maio. Foi a partir daí que o 1.º de Maio se começou a comemorar na Alameda Afonso Henriques.

Carlos Fraião — Voltando a 1974, eu creio que, falando de todas as grandes lições que encerra e dos ensinamentos que tivemos na altura, não implica que a gente não entremeie algumas lições particulares que nalguns sítios colhemos.

Mas antes disso: creio que todos temos consciência que antes do 25 de Abril de 1974, o nosso Partido estava a preparar grandes jornadas de luta para o 1.º de Maio. Provaram-no — para quem tivesse dúvidas — as prisões preventivas que entretanto se começaram a fazer e as listas que depois viemos a conhecer dos outros que iriam ser presos — e não eram poucos, eram mui-

tos, eram dirigentes operários, dirigentes estudantis, eram democratas. Se não tivesse acontecido o 25 de Abril, o 1.º de Maio iria ser um ponto alto, muito alto, da luta contra o fascismo.

Entretanto, também penso que é interessante chamar a atenção para o que estava previsto e o que de facto foi. Lembro, por exemplo, e aqui entremearia algo de particular, que, no que diz respeito a Coimbra, onde não havia tradições de luta operária, por razões conhecidas — a própria composição social do meio —, havia sobretudo os grandes movimentos estudantis, os mais recentes dos quais tinham sido os de 69, 70 e 71, no ano de 1974, em Coimbra o Partido estava a pensar, tinha discutido, preparado e organizado, algumas acções.

Porque, pouco antes, tinha havido uma importante luta de metalúrgicos em Coimbra. Por sinal vitoriosa. Isso teria impulsionado bastante os ânimos, o entusiasmo, a possibilidade de fazer alguma coisa e estava-se a pensar em organizar acções — uma para a Figueira da Foz e outra para Coimbra.

É evidente que o que se veio a passar não tem nada a ver com aquilo que se estava a planejar, foi uma coisa grandiosa. Creio que, ali como em qualquer outra parte do País, não andaremos muito longe da verdade se dissermos que de facto a grande afirmação das liberdades e da democracia — nalguns casos, e estou a lembrar-me de um caso particular, foi o verdadeiro chegar do 25 de Abril — foi de facto a expressão da unidade democrática e antifascista mais até do que da unidade operária, pelas condições históricas particulares em que se viveu.

E nunca será de mais dizê-lo, foi a primeira afirmação e a imposição de facto da legalidade do Partido Comunista, que ganhou a rua com bandeiras, feitas da forma mais artesanal e improvisada, pela voz dos seus dirigentes, e até pela reclamação, que pela primeira vez se viu nas ruas, de que o PCP estivesse representado no governo. Foi o cimento da aliança Povo/MFA, fenómeno que assumiu grande vida nesse dia, e foi também, pelo menos para alguns de nós, a constatação do papel determinante que o movimento de massas ia passar a ter em todo o processo revolucionário democrático. Todos nós estamos certamente lembrados de que tudo o que planeámos naqueles qua-

tro ou cinco dias para o 1.º de Maio, e a amplitude que queríamos que as coisas tivessem, foi largamente excedido pela imensa mole humana.

Quando eu dizia que foi o verdadeiro chegar do 25 de Abril a alguns lados, gostaria de lembrar este aspecto: em Coimbra vivia-se uma situação muito particular nos dias que mediaram entre o 25 de Abril e o 1.º de Maio. Foi daqueles sítios em que talvez o 25 de Abril tivesse dificuldade em chegar. Várias condições históricas concretas reuniram-se e a verdade é que, por exemplo, aconteceu isto — já a 26 de Abril e a despeito de uma manifestação que entretanto se tinha feito pelas ruas da cidade, tinha havido uma reunião na Câmara Municipal, com o governador civil, os presidentes de Câmaras, com a convivência ou a presença do governador militar e dos comandos da Polícia, do Reitor e de mais umas autoridades, que indicaram uma proclamação de solidariedade ao Marcelo. Já com o 25 de Abril na rua e no País! Fecharam a Universidade, desligaram a estação de rádio que havia em Coimbra da rede nacional, isolando-a portanto das notícias. E foi o 1.º de Maio e a poderosa força das massas que ali se manifestou que fez recuar as hesitações, até as de alguns militares que entretanto tinham chegado para render aqueles e que estavam com a revolução mas que, lembro-me perfeitamente, no que diz respeito aos piques que estavam cercados na Rua Antero de Quental, insistiam que era preciso separar o trigo do joio, que aquela gente não se podia prender toda.

Mas foi depois do 1.º de Maio, daquela mole imensa a manifestar-se, que se conseguiu, logo depois, sanear 7 Câmaras do distrito de Coimbra. Foi a manifestação do 1.º de Maio que foi à Câmara, apeou os vereadores e o presidente e fê-los substituir pela Comissão Administrativa Democrática eleita no Comício do 1.º de Maio no Estádio Universitário.

Aspectos portanto um tanto específicos que justificam, creio, aquela observação de há pouco — de que foi o verdadeiro chegar do 25 de Abril a alguns lados.

Álvaro Rana — Lembro que, desde Janeiro de 1974 que se verificava uma acção que envolvia mais de 150 mil trabalhadores no nosso país, em formas superiores de luta. Isto projectou as condições que depois se vieram a verificar no 1.º de Maio. Em toda a cintura industrial de



Lisboa havia grandes movimentações, um surto grevista importantíssimo, as lutas que o Fraião referiu dos metalúrgicos de Coimbra, em Vieira de Leiria — essa greve chegou ao 25 de Abril —, da Tomé Feteira, dos Vidreiros da Marinha Grande, também em várias lutas. Isto foi um caudal importantíssimo.

E com este aspecto importante — o 1.º de Maio de 1974 é consagrado pela primeira vez como feriado obrigatório. Quando dias antes, já depois do 25 de Abril, havia grandes hesitações mesmo no seio da Junta de Salvação... Alguns consideravam bastante subversivo a passagem do 1.º de Maio a feriado obrigatório. E portanto a consagração, a mole humana que aparece no 1.º de Maio vai intensificar todo o desenvolvimento do processo democrático no nosso país.

Vitor Ranita — O que me parece também importante é salientar a poderosa realidade que era já a Intersindical nas proximidades do 25 de Abril, o contributo que a Intersindical deu, com dezenas de sindicatos que já formavam a Inter, nesta luta de envolvimento dos trabalhadores na preparação do 1.º de Maio. Nós, por exemplo, no nosso sindicato, naquela altura, editávamos folhetos sobre a origem do 1.º de Maio, desenvolvíamos a luta legal e avançávamos cada vez mais na recomendação aos trabalhadores de que «só vocês é que podem dar a resposta», dirigíamos uma luta pelo 1.º de Maio nas empresas mas não se circunscrevendo às empresas; eram abaixo-assinados envolvendo milhares de trabalhadores, era a impressão e a divulgação por todos os trabalhadores da comemoração do 1.º de Maio.

E o 25 de Abril chegou. E no 1.º de Maio também no Porto foi reivindicada a destituição da Câmara e foi proposta pelos democratas uma Comissão Administrativa Democrática para a Câmara do Porto. E ainda por essa altura, no Porto, não estava completado todo o movimento de saneamento dos sindicatos corporativos.

Vitor de Sá — O nosso camarada Fraião sugeriu-me uma evocação relativamente a Braga. Foi no 1.º de Maio que se destituiu o comandante militar que vinha do regime anterior e que se tinha demitido de comandante da

Legião Portuguesa dois dias antes do 25 de Abril, exactamente para poder continuar a ser comandante militar. Como comandante militar pós-25 de Abril «aderiu» à revolução mas a travar todas as iniciativas. Por exemplo, no sentido de fechar o jornal que era da União Nacional, o «Correio do Minho», de ocuparmos a União Nacional, que se chamava então a Acção Nacional Popular. Porque nós reuníamos desde o dia 25, nessa mesma noite, em casa de um camarada que só se afirmou como camarada a partir do 1.º de Maio sendo o porta-estandarte da bandeira do Partido Comunista Português em Braga. Foi o nosso camarada Humberto Soeiro. Estávamos portanto a reunir (já depois da revolução triunfante em Lisboa) em casas particulares. E não podia ser. Quisemos ocupar então a sede da ANP, mas o comandante militar trocou-nos as voltas. De modo que, na noite de 30 de Abril para o 1.º de Maio, tomámos as nossas diligências reclamando a saída do comandante e na realidade ele foi nessa madrugada demitido e substituído.

Dias Lourenço — A meu ver, nós falámos na história do 1.º de Maio no nosso país mas, na verdade, o 1.º de Maio de 1974 é um 1.º de Maio de características muito particulares na luta pela consolidação do regime democrático em Portugal.

É preciso não esquecer que o Spínola tentava abafar tudo aquilo que fosse movimento popular, que ele se esforçava por impedir que as massas populares viessem para a rua, que participassem com os militares, nesses primeiros dias, na consolidação do 25 de Abril, e havia muitas coisas que indicavam que o Spínola não estava nada interessado em abrir para uma grande manifestação no 1.º de Maio.

Creio que deve ser colocado o 1.º de Maio de 74 como a primei-

ra grande realização da aliança Povo/MFA. Claro que a primeira foi o próprio 25 de Abril em que o povo veio para a rua em Lisboa, em que o Spínola faz o apelo a que se não saísse de casa, mas que, ao apelo, principalmente do nosso Partido, as massas vêm para a rua e se ligam aos militares e se ganha uma grande força de massas. É depois o 1.º de Maio que tem essa grande característica de dar corpo à aliança Povo/MFA.

O 1.º de Maio foi logo a seguir ao 25 de Abril, poucos dias depois. Eu era então o dirigente do Partido que estava na legalidade já, os outros ainda não tinham aparecido. Tive oportunidade portanto de participar em muita coisa essencial naqueles dias. Nesses dias foi feita uma grande discussão na Cooperativa Esteiros, aqui na Rua Braamcamp, era o quartel-general do movimento operário nessa altura — do Partido, do MDP, da Intersindical, toda a gente reunia ali na Esteiros. E posso dizer que foi uma luta difícil, porque havia tendências no próprio movimento sindical, de fazer do 1.º de Maio uma acção estritamente operária e sindical. E teve de travar-se uma batalha, que foi uma batalha até ao último minuto, para que vencesse a outra tendência, na qual nós os comunistas estávamos interessados, de fazer do 1.º de Maio uma grande jornada política, com a participação dos partidos políticos. E é arrancada no último momento a aceitação de que participem as direcções dos partidos políticos, do PCP, do PS, etc.

E como vocês se recordam, em Lisboa, as direcções dos partidos vinham enquadradas participando na manifestação.

Julgo então que é importante fixar este aspecto, que é a primeira grande acção da classe operária, em que a unidade democrática aparece com uma expressão muito combativa. E creio que se abriu em 1974 uma nova concepção do 1.º de Maio que passa a estar estreitamente associado às reivindicações políticas do povo português. E sendo e continuando a ser uma jornada essencial de unidade da classe operária, transformou-se no nosso país, nestes anos todos, numa grande jornada de unidade do povo português. De unidade democrática, em que o movimento operário tem uma força essencial, em que o movimento sindical tem uma grande força unitária, em que a Intersindical tem uma grande força unitária e decisiva, mas em que são chamados, atraídos e têm participação nestas manifestações vastas camadas do povo que não são só da classe operária — intelectuais progressistas, portugueses das classes e camadas médias que participam, que vêm. Creio que essa é uma característica importante do 1.º de Maio destes últimos tempos.

Seria bom considerar estes aspectos da história — como em poucos dias foi possível criar-se condições para uma grande mobilização política do povo português em torno do 1.º de Maio, com a direcção fundamental da Inter — que foi quem teve a direcção da manifestação.

Vitor de Sá — Acho muito importante esse aspecto de que falaste, da participação de outras camadas da população que não sejam só as sindicais. Mas também acho importante aquele aspecto que o nosso amigo Fraião referiu há bocado e que eu como «provinciano» nessa altura também senti, que foi aquela força de oxigénio que chegou em 1.º de Maio de 1974 ao mais fundo da população portuguesa — entrou nas vilas, entrou nas zonas mais recônditas. O 25 de Abril foi em Lisboa, só a partir de 26 é que começou nos principais centros da província, mas a partir do 1.º de Maio é que, aí sim, chegou mais longe no País.

Av. — Outro marco significativo: 1982 — a provar onde pode chegar o ódio dos que estão contra os trabalhadores...

Vitor Ranita — Penso que todos estaremos de acordo com a importância decisiva que teve o 1.º de Maio de 82 no Porto na defesa do regime democrático. Poderemos talvez dizer que, se não fosse a vitória dos trabalhadores e da população do Porto talvez hoje a situação pudesse ser um tanto diferente no nosso país, no que toca às liberdades e direitos. Mas é bom também situar o 1.º de Maio de 82. Os trabalhadores estavam num ascenso poderoso de luta, contra o governo PSD/CDS, tinham vindo num ascenso tal de luta que houve a primeira greve geral, de 12 de Fevereiro, e em que a posterior grande jornada de luta, de intensificação dessa luta pela exigência de um outro governo e de uma outra política que respeitasse o 25 de Abril é no 1.º de Maio.

Talvez se possa dizer do 1.º de Maio de 82 que ele é um sinal, é a amostra de até onde a direita está disposta a ir e do que ela conseguiria fazer se realmente nós não tivéssemos conseguido intervir para que, no essencial, até este momento, o regime democrático não tenha sido subvertido.

Um aspecto extremamente importante deste 1.º de Maio de 82 é a participação da UGT como instrumento dessa recuperação capitalista, como organização provocatória. O 1.º de Maio de 82 mostra também que foi então e será sempre a determinação, a firmeza na luta, a fidelidade aos princípios de classe no movimento sindical que estiveram na base do grande êxito obtido.

Dias Lourenço — Ainda sobre 82. É preciso não esquecer que houve o assassinato dos dois trabalhadores no Porto, abatidos a tiro daquela forma e, em Lisboa, quando da greve ge-

ral, o ministro Ângelo Correia — lembrem-se que era a célebre insurreição dos pregos — tinha concentrações várias da Polícia de Intervenção, prontas a intervir contra as manifestações. Havia mesmo um plano militar de ataque às manifestações.

Av. — E hoje... cem anos depois, como vai ser o 1.º de Maio?

Álvaro Rana — Nós já o ano passado tínhamos apresentado, na Conferência anual da OIT, um projecto de resolução para que as comemorações do centenário do 1.º de Maio assumissem a dimensão e a grandeza que lhe são devidas e, em Janeiro deste ano, abrimos com uma conferência de imprensa em que apresentámos no fundamental as realizações que prevíamos levar a cabo em torno destas comemorações e com a declaração pública de se consagrar, no nosso país, 1986 como ano sindical de centenário do 1.º de Maio.

Até pelo seu lema, traçando logo os objectivos fundamentais para a realização destas comemorações. Em torno do pão e do trabalho. É sabida a situação que um grande número de trabalhadores no nosso país enfrenta: situações de salários em atraso, de profundo agravamento de situações de desemprego, situações de fome e de miséria; daí que estas consignas de luta pelo pão e pelo trabalho estejam, até, de certa maneira, estreitamente ligadas às preocupações dos homens que, em 1886 começaram esta gesta em torno do 1.º de Maio.

Pela democracia, necessariamente, porque todos sabemos que no nosso país se correm sérios riscos, quando há tentativas de impedir a consolidação e a concretização do regime democrático saído do 25 de Abril. E pela paz, não só pela coincidência de o centenário do 1.º de Maio ocorrer no ano que por decisão nas Nações Unidas foi declarado como Ano Internacional da Paz, mas porque naturalmente os trabalhadores são os mais directamente interessados num clima de paz no mundo. Nós costumamos dizer que a luta pela paz faz parte integrante da luta de classes dos trabalhadores contra a exploração e a opressão. Daí que assumam particular importância, quer nas comemorações do centenário do 1.º de Maio que terão sequência naturalmente na realização do nosso V Congresso em finais de Maio deste ano, a resolução e a ligação da luta dos trabalhadores com os seus problemas concretos e até tendo em vista os problemas que se põem de uma forma mais vasta às populações do nosso país, é evidente que este 1.º de Maio assume uma importância enorme na ligação que faz dos problemas concretos com a acção política que é indispensável que se fortaleça e que se desenvolva em torno das comemorações do 1.º de Maio e em todas as iniciativas que terão com certeza lugar ainda este ano.

Nós pensamos portanto que as comemorações do 1.º de Maio este ano vão ser uma grande expressão da firmeza, da determinação dos trabalhadores do nosso país e naturalmente da classe operária e do seu movimento sindical e de todos aqueles que estão interessados em que o nosso país retome os ideais e as esperanças do 25 de Abril. ■



Incrível Crime... no Correio

«Esquadra atacada a tiro» (título principal), «Venda do Alcaide — dos furtos de galinhas à morte da espanhola» (título superior esquerdo com foto), «Roubo de areia do Mondego (...)» — outro título com direito a foto. Depois uma notícia de desporto e ao lado um espaço de publicidade. Ora, está feita a apresentação de toda a primeira página de um «jornal». De segunda-feira, dia 28 de Abril deste ano de 1986. Não é **O Crime**. É o **Incrível**, dirá o leitor. Também não. É um jornal diário cujo director, assinando V.D., na sua habitual secção «Bilhete Postal», publica nesse mesmo dia, 12 linhas com habitual tom chocarreiro e grosseiro: «Quem os ouvir falar não os leva presos — diz-se, na minha terra, das pessoas bem falantes mas com culpas no cartório. Dos oradores de sexta-feira passada (quase uma dúzia entre civis e militares) pode dizer-se a mesma coisa. Estiveram todos muitos benzinho, benza-os Deus. Só uma nota dissonante: o discurso do discípulo do Sr. Cunhal, que não soube (ou não o deixaram) fugir ao tom ranhoso dos seus pares partidários. Com um tão

cuidado "menu" oratório, foi pena terem-no incluído no cardápio. Pato? Só com arroz. E no forno.»

V.D. tem claras saudades de trens de cozinha. Como a «frigideira» do Tarrafal — será?

Estabilidade

Já nos habituámos a este tipo de folhas que, promovendo o discurso do instável, não se cansam de nos falar da «estabilidade». Paradigma destas publicações é o semanário do inefável Rocha que, na sua última edição — de 24 de Abril, por sinal, estardalhaça sobre as sucessões e as remodelações dos partidos, PS, PSD, PRD, etc. Tudo muito instável, segundo promove o «Tempo». Só lhe falta anunciar a tempestade e, ao mesmo tempo, rogar às santas bárbaras que venha sol. Na primeira página, porém, o jornaleco — de muito peso em papel e pouca ideia na letra — não se esquece do 25 de Abril. Para reclamar «estabilidade». É o que faz falta, sublinha. Sem ela não há prosperidade que nos valha. Esconde que a instabilidade que há é a prosperidade de alguns e a miséria dos muitos mais. Que

Pontos Cardeais

uma outra estabilidade seria a prosperidade de quase todos e que a estabilidade que deseja, vociferando contra as «demasiadas» eleições, seria o fim da democracia... e o enriquecimento mais rápido ainda dos que fazem coro com o «Tempo»...

Tudo à pancada

«Jovens socialistas, social-democratas e centristas» reuniram-se em Aveiro para participarem numa «Conferência Internacional Liberdade para a Paz». No final, 16 deles aprovaram a constituição de uma associação com o mesmo nome. Até aqui tudo bem, a não ser que tivéssemos reparado no número de pessoas que tomou uma decisão. É que ao princípio eram cerca de quarenta, mas como tinham

ido discutir a liberdade para a paz acabaram todos à pancadaria, que entre jovens «democratas», pluralismo não é uma palavra vã e sobraram 16...

24 de Abril

«Uma notícia veio ontem de Goa, com amor... vinte e cinco anos depois de aquele território ter sido anexado à força pela União Indiana, ainda permanecem em vigor 43 leis portuguesas. É o real símbolo da nossa missão civilizadora, é uma réstea da cultura ocidental e cristã que resistiu ao invasor, é uma prova exuberante de que o terrorismo não consegue destruir o essencial...»

In «O Dia», na primeira página da edição de 24 de Abril. Não sabemos se propositado, mas esclarecedor é de certeza absoluta.

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Na Líbia, velhos e meninos os terroristas de Reagan mataram. Os aviões assassinos por aqui passaram...

Tocam a rebate os sinos: angustiadíssimos sinais para mim, para ti: Os aviões assassinos NÃO PODEM MAIS PASSAR POR AQUI!

II

Era tão bom... — diz Cavaco amortecendo o olhar. Era tão bom... — o macaco ficava absorto a pensar Era tão bom... — e sisudo acabava as frases tontas: ... que eu pudesse fazer tudo sem ninguém me pedir contas...

III

O governo — desastre completo — decidiu afinal ressuscitar o tecto salarial

Ele dizia — discurso abjecto que o poder enforma — dizia que não era tecto que era... norma.

Também penso que estou a abusar.

Tecto? Não. Era peta. O que aquilo é, é mamar na teta...

Mas à classe operária, não, não lhe convinha pois até lhe falta vocação para vaquinha...

IV

Quiseram destruir-nos dia a dia trouxeram o chicote e a repressão roubaram-nos de casa o leite e o pão mancharam-nos o gosto da alegria. Vieram ratazanas e baratas terroristas da fome e desemprego e quiseram tornar o povo cego com manobras de velhos tecnocratas. Mas na roda que anda e que desanda saiba o governo assim que se enganou e que não nos dobrou nem dominou, que não morre esta luta nem abranda.

O Primeiro de Maio quer dizer que o Povo acaba sempre por vencer!



Agenda

Avante!

Ano 53 — Série VII
N.º 644

30 de Abril de 1986

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

MALO



**PÃO E TRABALHO
DEMOCRACIA E PAZ**

**CENTENÁRIO
DO
1.º DE MAIO**

Lisboa

Desfile

Martim Moniz-Alameda

Comício na Alameda

Porto

**Concentração e comício
na Pç. da Liberdade**

Desfile

Quarta

• **Braga**

Espectáculo comemorativo do centenário, às 21.30 h, na Avenida Central, com Carlos Mendes.

• **Lisboa**

Espectáculo «Cem Anos de Maio», às 21.30 h, no Coliseu dos Recreios. Com António Vitorino de Almeida, Carlos Paredes, José Mário Branco, Maria Guinot, Paulo de Carvalho, Classes de Ginástica Rítmica da URSS e da Bulgária.

• **Alcácer do Sal**
Às 10.00 h na vila.

• **Aljustrel**

Na Barragem da Mina, às 12.00 h.

• **Angra do Heroísmo**
Na Praça Velha, às 15.00 h.

• **Barcelos**

No Largo da Porta Nova, às 15.00 h.

• **Braga**

Na Avenida Central, às 14.30 h.

• **Bragança**

Na Praça Cavaleiro Ferreira, às 15.00 h.

• **Beja**

Às 10.00 h, no Largo das Piscinas.

• **Chaves**

No Largo Arrabalde, às 15.00 h.

• **Covilhã**

No Parque da Floresta, às 17.30 h.

• **Colmbra**

Às 15.00 h, na Praça da República.

• **Canas de Senhorim**

No Largo 2 de Agosto, às 15.00 h.

• **Cercal do Alentejo**

Às 15.00 h.

• **Ermidas-Alvalade**

Às 15.00 h.

• **Évora**

No Rossio de São Brás, às 10.00 h.

• **Famalicão**

No Campo da Feira, às 14.30 h.

• **Fafe**

Na Praça 25 de Abril, às 15.00 h.

• **Felgueiras**

Às 15.00 h, frente à Câmara Municipal.

• **Figueira da Foz**

Na Praça Nova, às 15.00 h.

• **Faro**

No Jardim Manuel Bivar, às 16.00 h.

• **Funchal**

Às 15.30 h, no Jardim Municipal.

• **Guimarães**

No Jardim Público, às 15.00 h.

• **Guarda**

Na Alameda de Santo André, às 15.00 h.

• **Grândola**

Às 15.00 h.

• **Horta**

Na Praça Principal, às 15.00 h.

• **Lamego**

Na Avenida, às 15.00 h.

• **Lelria**

No Largo do Teatro, às 15.30 h.

• **Lagos**

No Largo da Câmara, às 15.30 h.

• **Minas da Borralha**

Às 15.00 h, no Bairro dos Mineiros.

• **Mirandela**

Na Avenida da República, às 15.00 h.

Amora

**Encontro
sobre a condição social
da Juventude
no distrito de Setúbal**

**Domingo, dia 4
Escola Secundária**

• **Manteigas**

No Largo do Chafariz, às 21.30 h.

• **Mangualde**

Às 15.00 h, no Largo da Câmara.

• **Póvoa do Lanhoso**

Às 14.30 h, na Praça Eng.º Armando Rodrigues.

• **Porto**

Às 15.00 h, na Praça da Liberdade.

• **Paços de Ferreira**

Às 16.00 h, no Largo da Feira.

• **Penafiel**

Às 15.00 h, no Campo da Feira.

• **Portimão**

Às 15.30 h, na Praça Teixeira Gomes.

• **Ponte Delgada**

Às 14.00 h, no Largo 5 de Outubro.

• **Régua**

Às 15.00 h, na Alameda dos Capitães.

• **Santa Cruz das Flores**

Às 15.00 h.

• **Santarém**

Nas traseiras do Largo do Seminário, às 16.00 h.

• **Santo André**

Às 15.00 h.

• **Setúbal**

Às 14.00 h, nas Fontainhas.

• **Santo Tirso**

Às 15.00 h, no Parque dos Carvalhais.

• **Seia**

Às 21.00 h, no Pavilhão da União Desportiva de Seia.

• **São João da Pesqueira**

Às 15.00 h, no Largo da República.

• **Sines**

Às 15.00 h.

• **Silves**

Às 10.30 h, no Largo do Município.

• **Tortosendo**

Às 10.00 h, na Praça da Liberdade.

• **Unhais da Serra**

Às 14.30 h, nas Termas.

• **Viana do Castelo**

Às 15.00 h, na Praça da República.

• **Vila do Conde**

Às 15.00 h, na Praça da República.

• **Viseu**

Às 15.00 h, no Rossio.

• **Vila Real de Santo António**

Às 16.00 h, na entrada da vila.

Sexta

• **Gouveia**

Às 21.00 h, no Salão dos Bombeiros.

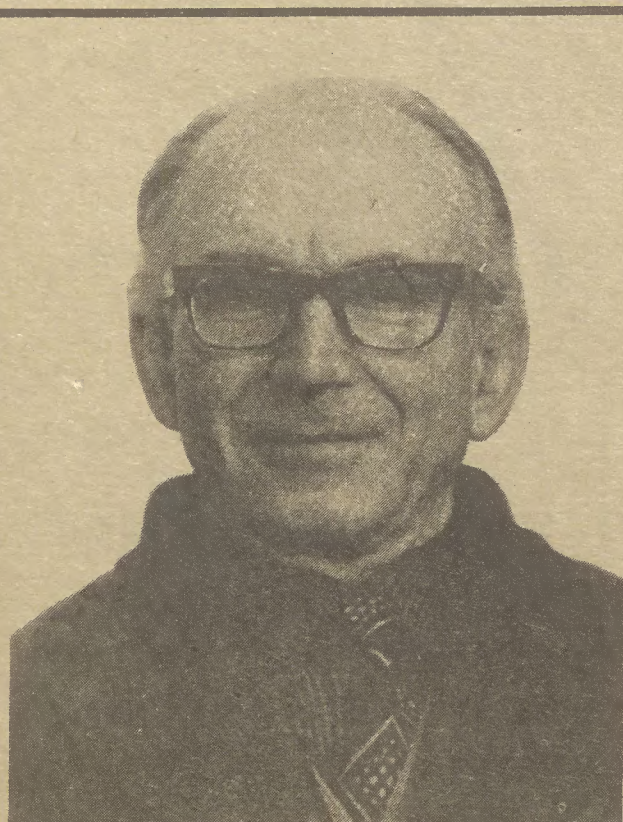


1 de Maio de 1974



uma coisa nunca vista

João Abel Manta in «Cartoons 1969-1975» — Edições «O Jornal» — Publicações Projornal, Lda — Lisboa, sem data. Desenho publicado no «Diário de Notícias» em Maio de 1974.



FRANCISCO MIGUEL DAS PRISÕES À LIBERDADE

Texto organizado
por FERNANDO CORREIA



Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses durante décadas se opuseram ao regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mas difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.

edições
Avante!

Quinta

RTP1

- 11.00 — Artistas Portugueses
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical»
- 13.45 — Jornal da Tarde
- 18.00 — Sumário
- 18.07 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Desporto
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Corpo a Corpo»
- 21.25 — Europa — «Grã-Bretanha, Anos Sessenta»
- 21.55 — México/86
- 22.20 — As Aventuras de Sherlock Holmes
- 23.20 — 24 Horas
- 23.45 — Remate

RTP2

- 19.30 — Notícias
- 19.37 — Desenhos animados
- 20.00 — Conheça Melhor
- 20.30 — Série — «A Família Vialhe»
- 21.30 — Notícias
- 21.35 — Encontros com Jorge Moyano
- 23.30 — Últimas Notícias

Sexta

RTP1

- 11.00 — Gente Singular
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Futebol — Final da Taça dos Vencedores das Taças. Transmissão directa
- 20.55 — O Livro Grande de Petete
- 21.00 — Telejornal
- 21.30 — Boletim Meteorológico
- 21.35 — Telenovela — «Corpo a Corpo»



- 22.15 — O Ano dos Franceses, 3.º Epis.
- 23.15 — 24 Horas

RTP2

- 19.30 — Notícias
- 19.37 — Desenhos Animados
- 20.00 — Os Açorianos — «Na Rota das Baleias»
- 20.30 — Adágio
- 21.00 — Viagem Pelo Teatro
- 21.25 — Notícias
- 21.30 — Directo/2
- 22.30 — Últimas Notícias

Sábado

RTP1

- 11.30 — Sumário
- 11.35 — Tempo dos Mais Novos
- 13.00 — Sumário
- 13.10 — Tempo dos Mais Novos

TV

O Programa

- 14.00 — Sport Billy
- 15.30 — Revista de Tolros
- 16.00 — A Televisão dos Outros — «Grã-Bretanha — BBC»
- 17.00 — Os Marretinhas
- 17.30 — Fama
- 18.30 — Parlamento
- 19.00 — Telejornal
- 19.45 — Totoloto
- 20.00 — 31.º Festival Eurovisão da Canção
- 23.00 — Dinastia
- 23.55 — Últimas Notícias
- 00.05 — Sábado Especial — «Anjos de Cara Negra», real. Michael Curtiz, (EUA/1938)

RTP2

- 16.00 — Troféu
- 20.00 — Documentário
- 20.30 — RTP/Brasil
- 21.00 — Ascensão e Queda do Rei Algodão
- 21.30 — A Forma das coisas

Domingo

RTP1

- 10.30 — Sumário
- 10.37 — Eucaristia Dominical
- 11.30 — 70 Vezes 7
- 12.00 — Tempo dos Mais Novos
- 13.00 — Sumário
- 13.05 — TV Rural
- 13.40 — Tempo dos Mais Novos
- 15.00 — Malo, Mãe do Coração...
- 15.30 — Sessão da Tarde — «A Rapariga do Autocarro»
- 17.15 — Clube Amigos Disney
- 18.50 — Top Disco
- 19.45 — Dar e Receber
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Viva o Gordo, 1.º Epis.



- 21.00 — Cristóvão Colombo
- 22.00 — Domingo Desportivo
- 23.10 — Últimas Notícias

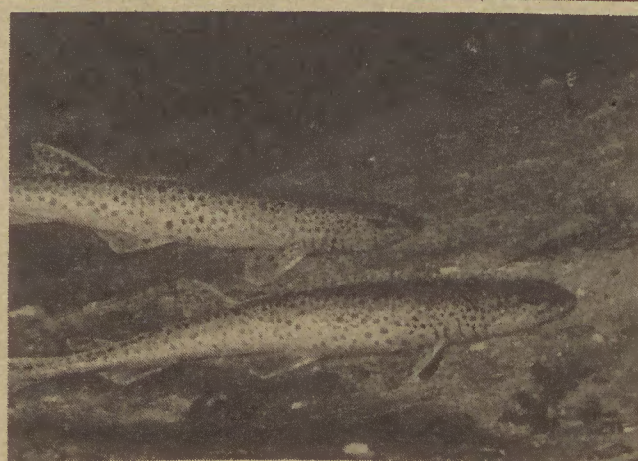
RTP2

- 16.00 — Tempo dos Mais Novos
- 16.30 — Videopólis
- 17.00 — Páre, Escute e Olhe
- 17.30 — Trânsito
- 18.00 — RTP — Madeira
- 18.30 — Falar de Macau
- 19.00 — Romancelro
- 19.30 — Novos Horizontes
- 20.00 — Adágio
- 20.30 — Nós Por Cá
- 21.15 — Teatro Para Sempre, — «A Morte de Artur»

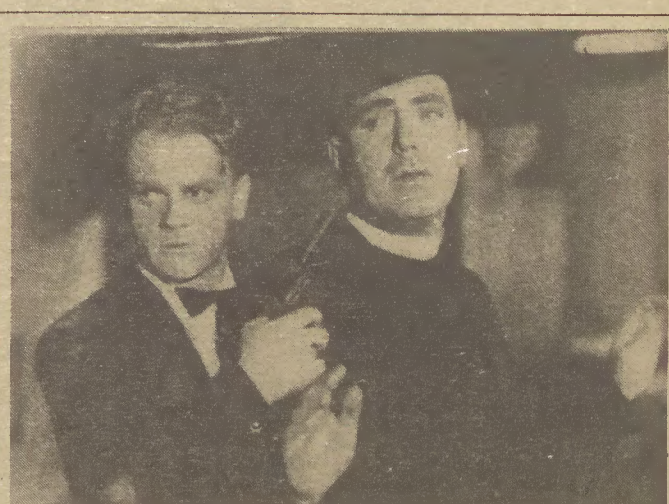
Segunda

RTP1

- 11.00 — Portugal Romano
- 11.30 — espaço 11/13



As Maravilhas do Mundo Submarino — terça, RTP 2



Sábado Especial — sábado, RTP 1

RTP2

- 12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — 2.ª Volta
- 19.50 — Boletim Meteorológico para a Agricultura
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Corpo a Corpo»
- 21.15 — Concurso 1, 2, 3 — Tema «Hotel»
- 23.15 — 24 Horas
- 23.40 — Remate

RTP2

- 16.35 — Alô Europa, Aqui Portugal!
- 16.50 — Tempo dos Mais Pequenos
- 17.13 — Count Down — Contagem Rock
- 17.53 — Meteo
- 18.00 — Agenda Semanal
- 18.30 — Telediário
- 18.40 — Culinária Europeia — «Os Chefes de Lisboa»
- 19.10 — Musical — «Folk Irlandês»
- 20.00 — RTP/Açores — «Música e Tradição»
- 20.30 — Horizonte 2000
- 21.00 — Zoom
- 21.35 — Notícias
- 21.40 — Espaço Jazz
- 23.15 — Últimas Notícias

Terça

RTP1

- 11.00 — Conheça Melhor
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical»
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Jazz Para Todos
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Telejornal — «Corpo a Corpo»
- 21.15 — Programa da Direcção de Informação
- 22.15 — Estranhos Poderes, 6.º Epis.
- 22.55 — 24 Horas
- 23.20 — Remate

RTP2

- 16.35 — Tempo dos Mais Pequenos
- 17.00 — Count down — Contagem Rock
- 17.40 — Meteo
- 17.45 — documentário — «As Maravilhas do Mundo Submarino»
- 18.20 — Telediário
- 18.35 — A Ciência dos Nossos Dias
- 18.57 — Beatles — «Música e História»
- 19.49 — documentário — «Carriões da Holanda»
- 20.30 — Falar de Macau



- 21.00 — Cinema Português «A Canção de Lisboa», real. Cottinelli Telmo (Portugal/1933)
- 23.00 — Últimas Notícias

Quarta

RTP1

- 11.00 — Onde Fica Isto? Terras Escondidas
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Futebol — Final da Taça dos Clubes Campeões Europeus
- 20.55 — O Livro Grande de Petete
- 21.00 — Telejornal
- 21.30 — Vamos Jogar no Totobola
- 21.40 — Telenovela — «Corpo a Corpo»
- 22.25 — Telefilme — «Bogart»
- 23.20 — 24 Horas
- 23.40 — Remate

RTP2

- 16.35 — Tempo dos Mais Pequenos
- 17.00 — Count down — Contagem rock
- 17.40 — Meteo
- 17.45 — Spectrum — «As Notícias em Revista»
- 18.20 — Telediário
- 18.30 — Série Juvenil — «A Teia do Poder»
- 19.30 — Documentário — «Quem Treina-Quem?»
- 20.00 — Páre, Escute e Olhe — «No Bairro de Santo Amaro»
- 20.30 — O Mundo Barroco
- 21.25 — Notícias
- 21.30 — Foi Êxito na TV — «That's Soul»
- 23.30 — Últimas Notícias

Cinema

A selecção

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Nevés	Paulo Torres
A Um Adeus Português	★★	★★	★★	★★	★★
B O Ano do Dragão	—	★★★★	★★★★	★★★★	—
C África Minha	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—
D Encontro	★★	★★★★	★★★★	—	★★★
E O Enigma da Pirâmide	★★	—	★★	—	★★
F Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
G Noites de Lua Cheia	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
H Rumble Fish - Juventude Inquieta	★★★★	★★★	★★★★	★★★★	—

A — Real. João Botelho — Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30, 23.30) — Lisboa; Lumière A (21.30, 23.45) — Porto.
 B — Real. Michael Cimino — Eden (13.45, 16.30, 19.00, 21.45), Gemini (13.45, 16.30, 21.45, 00.15), Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Tivoli (13.45, 16.30, 19.00, 21.45) — Lisboa; Águia d'Ouro (19.00, 21.45), Coliseu (18.00, 21.30), Nun'Álvares (18.00, 21.30) — Porto.
 C — Real. Sidney Pollack — Alfa/1 (15.15, 21.15, 00.15), Amoreiras/1 (15.15, 18.15, 21.15, 00.15), S. Jorge/1 (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa; Foco (14.15, 16.30, 18.45, 21.30), S. João (14.15, 16.30, 18.45, 21.45) — Porto.
 D — Real. André Téchiné — Quarteto/2 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 E — Real. Barry Levinson — Alfa/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00), S. Jorge/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.15) — Lisboa.
 F — Real. Sérgio Leone — Berna (15.00, 21.00), Mundial (15.00, 21.00) — Lisboa.
 G — Real. Eric Rohmer — Estúdio 444 (18.30, 21.30) — Lisboa.
 H — Real. Francis Ford Coppola — Apolo 70 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), Quarteto/4 (14.00, 16.00, 18.00, 19.45, 21.30) — Lisboa; Stop/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.45) — Porto.

Exposições

Ana Marchand, pintura, na Leo Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30 (até 16/5).
Alguns Aspectos da Arte Contemporânea em Itália, na Gal. das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian.
Arte Postal, Soc. Língua Portuguesa, R. S. José, 41, 2.ª (até 10/5).
Arthur Luís Piza, (Itália), pintura e gravura. Gal. 111, Campo Grande, 113-A. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./10.00 às 13.00.
Azulejos, «5 Séculos do Azulejo em Portugal». Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00, sáb. e dom./12.00 às 22.00.
Brinquedos em lata e madeira do arq. Virgílio Coutinho. Museu Nacional do Traje, Lg. Monteiro-Mor. De 3.ª a dom./10.00 às 13.00 e 14.30 às 17.00 (até 31/7).
Carlos Galvet, pintura. Gal. S. Mamede, Rua Escola Politécnica, 167. Das 10.00 às 17.00.
Colectiva de Gravura, «A gravura e as suas técnicas». Gal. Almada Negreiros, Av. República, 16. De 3.ª a dom./10.00 às 20.00.
Colectiva de Originaes Pequeno Formato. Gal. Paulino Ferreira, Rua Nova da Trindade, 18-B (até 16/5).
Escultura Africana em Portugal. Museu de Etnologia, Av. da Madeira (ao Restelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17.
Fernando Curado de Matos, fotografias de jazz. Hot Clube de Portugal, Pç. da Alegria, 39.
«As Flores», Centro Artístico Infantil da Fund. Gulbenkian, Av. Berna. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00, dom./10.00 às 17.00 (até Junho).
Gente do Palco — II Acto, Museu Nacional do Traje, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. Das 10 às 13 e das 14.30 às 17; dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 18.00.
Gracia Pereira Coutinho, desenho, Atrium da Imprensa, R. Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00 (até 9/5).
Helena Matta, Gal. Codilivro, Pr. Dr. Nuno Pinheiro Torres, 2-A. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.00 (até 4/5).
Joana Rosa, jóias (metais pobres). Museu Nac. do Traje, Palácio Monteiro-Mor, ao Lumiar. De 3.ª a dom./10.00 às 13.00 e 14.30 às 17.00.
Jacques Pajak, (Suíça), pintura e desenho. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.
Louro Artur, desenho. Pátio Alfacinha, R. do Guarda-Jóias, das 11.00 às 23.00.
Maurício de Abreu, «Apontamentos de Trabalho» — fotografia, na Soc. Nacional de Belas Artes. Todos os dias, das 14.00 às 20.00 (excepto feriados). Até 4/5.
Monteiro Gil, fotografias, R. S. Filipe Nery, 42-1.ª, de 3.ª a sexta das 15 às 20.00, sáb. e dom. das 16 às 19.00.
Mostra de Pintura Colombiana, Gal. de São Bento, Rua do Machado, 1. Das 11.30 às 13 e das 15 às 20.30. Encerra ao dom. e segunda de manhã (até 14/5).
Pedro Cabrita Reis, pintura. Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb./15.00 às 20.00 (até 3/5).
Rogério Amaral, pintura, Gal. Ana Isabel, R. da Emenda, 111.
Sérgio Pombo, pintura, Gal. Altamira, Av. 5 de Outubro, 35 (até 17/5).
Serigrafias de Abril, Stuart, Rua Filipe Folque, 49-B. De 2.ª a sáb. das 17 às 24 (até 6/5).
Teófilo, pintura e desenho, Largo Trindade Coelho, 4 (até 2/5).
Tomás Henriques, desenho e pintura, Gal. Tempo, R. S. Mamede, 17-A, de 2.ª a sáb. das 16 às 22.00 (até 7/5).
Artistas do Norte de Portugal, Museu Nac. Soares dos Reis, R. D. Manuel II, PORTO.
Fernando Cruz, de-
 senho, na Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a sexta, das 9 às 23.30, sáb. e dom. das 15 às 19 e das 21 às 23.30 (até 7/5) PORTO.
Graziela, cerâmicas, na Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a sexta, das 9 às 23.30, sáb. e dom. das 15 às 19 e das 21 às 23.30 (até 7/5) PORTO.
José Cândido, pintura. Gal. EG, R. do Crasto, 210. De 3.ª a sáb./16.00 às 19.30. PORTO.
«Os Nossos Anos 20», colectiva de artistas dos anos 20: de Almada e Eduardo Viana a Stuart Carvalhais, Jorge Barradas, Bernardo Marques. Gal. Nasoni, R. Gal. Paris, 80. De 3.ª a 6.ª/10.00 às 12.30 e 15.30 às 19.30, sáb. e dom./15.30 às 19.30. PORTO.
Paulo Hermâni, desenhos, na Gal. S. Pedro (Amarante), até 11/5 PORTO.
Rodrigo Cabral, desenhos, na Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a sexta, das 9 às 23.30, sáb. e dom. das 15 às 19 e das 21 às 23.30 (até 7/5) PORTO.
Portugal de Abril, colectiva, na Oficina da Cultura, Câmara Municipal de Almada (até 4/5). Almada.
Ingo Kuhl, pintura. Centro Cultural de S. Lourenço. ALMANSIL.
Greuze, desenhador do século XVIII, fac-símiles, na Gal. da Casa Museu dos Patudos, das 15 às 18, encerra às segundas (até 18/5). Alpiarga.
João do Carmo, desenho e pintura. De 4.ª a 2.ª/16.30 às 21.00, Birre Centro CASCAIS.
Luís Camacho, pintura. Gal. Alfarroba, Trav. Visconde da Luz, 7. De 2.ª a sáb./15.00 às 19.30, até 13/5. CASCAIS.
Os Mais Belos Castelos de Portugal, colectiva de pintura, na Gal. de Arte do Casino. Estoril.
Carlos Lança, pintura. Museu de Évora.
Novos Escultores, no Centro Cultural, das 21 às 23.30 (até 2/5). Évora.
Construção Moderna em Ambientes Históricos na Europa, no Museu Municipal de Etnografia (até 18/5). Póvoa de Varzim.

Teatro

O Cartaz

• LISBOA
 D. Maria II, Rossio, Sala Experimental. De 3.ª a sáb., às 21.45, sáb. e dom. às 16.30, **Auto da Barca do Inferno**, de Gil Vicente, pela Associação Cultural das Marionetas de Lisboa.
 Casa da Comédia, R. Francisco Borja, 24. De 3.ª a sáb./21.45, dom./16.00. **Quase Por Acaso Uma Mulher**, de Dario Fo, enc. Castro Guedes.
 Comuna-Sala Nova, Pç. de Espanha. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. **Calígula**, de Albert Camus, enc. João Moia.
 Teatro Aberto, Praça de Espanha, de 2.ª a sáb., às 21.30, dom. às 16. **Volpone**, de Norberto Barroca, pelo Novo Grupo.
 Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb./21.30. **Sonata dos Espectros**, enc. de Luís Miguel Cintra pelo Teatro da Cornucópia.
 Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb./21.00, dom./16.00. **Bem-Vindo Sr. Sloane**, de Joe Orton, enc. Carlos Fernando — Grupo de Teatro Hoje.
 Teatro Vasco Santana, Entre Campos (Feira Popular). De 3.ª a sáb./21.30, dom./16.00. **Cesário Quê?**, texto e encenação de Luzia Maria Martins — Teatro-Estúdio de Lisboa.
 Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a Sáb./21.30, Dom. 16.00 e 21.30. Pouco Barulho, de Michael Frayn, enc. Varela Silva.
 Variedades, Pç. Mayer. De 3.ª a dom./21.45, sáb./16.00. **Um Coronel em Dois Actos**, adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.
 Teatro do Campo Alegre, R. do Campo Alegre. De 3.ª a Dom./21.45; Dom. e feriados /16.00. **Os Amorosos da Foz**, de Camilo Castelo Branco, enc. Norberto Barroca — Seiva Trupe.
 • PORTO
 Espaço Barredo, R. do Barredo, 3 (Ribeira). De 3.ª a dom./21.45. **Eróstrato**, de Pedro Barbosa, enc. Júlio Cardoso — Seiva-Trupe.
 Tearto, Rua do Heroísmo, 86. Sáb. e dom. às 17 e 22. **O Último Baile em Casa do Sr. Cunha**, enc. de Castro Guedes.
 Sala Estúdio do TEP, Rua do Pinheiro, 4. De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16. **A Birra do Morto**, enc. de Mário Viegas.
 • LISBOA
 Comuna-Sala 1, sáb. e dom. às 18. **Cárie e Bactéria nos Dentinhos do João** — Grupo Mimo-Dança.
 Comuna-Sala 2, 6.ª e Sáb./21.30, sáb. e dom./15.00. **Nós de um Segredo**, sobre textos tradicionais portugueses — Grupo o Bando. Máscara — Teatro Grupo, com a peça «Circo 30», sáb. e dom. às 18.00.
 • CASCAIS
 Espaço TEC, Av. Marechal Carmona, 6-B. Sextas e sáb. às 21.45, sáb. e dom. às 17. **No Natal a Gente Vem-te Buscar**, enc. de Naum de Souza.
 • SETÚBAL
 TAS — Teatro de Bolso. 6.ª e sáb./21.30, dom./16.30. **Jogo de Loucos**, de Michel Viala, enc. Domingos Semedo.
 Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, sáb. e dom. às 11 e 14 horas **Fecha os Olhos... Entra na História**, de Joselita Alvarenga.
 • LISBOA
 Comuna-Sala 1, sáb. e dom. às 18. **Cárie e Bactéria nos Dentinhos do João** — Grupo Mimo-Dança.
 Comuna-Sala 2, 6.ª e Sáb./21.30, sáb. e dom./15.00. **Nós de um Segredo**, sobre textos tradicionais portugueses — Grupo o Bando. Máscara — Teatro Grupo, com a peça «Circo 30», sáb. e dom. às 18.00.
 • CASCAIS
 Espaço TEC, Av. Marechal Carmona, 6-B. Sextas e sáb. às 21.45, sáb. e dom. às 17. **No Natal a Gente Vem-te Buscar**, enc. de Naum de Souza.
 • SETÚBAL
 TAS — Teatro de Bolso. 6.ª e sáb./21.30, dom./16.30. **Jogo de Loucos**, de Michel Viala, enc. Domingos Semedo.
 Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, sáb. e dom. às 11 e 14 horas **Fecha os Olhos... Entra na História**, de Joselita Alvarenga.

...e ainda

Música, debates, etc.

Ópera
 Em recita popular, no domingo, dia 4, às 20.30, no Teatro de S. Carlos, a quarta e última apresentação da ópera de Donizetti **Roberto Devereux**. Solistas, e Coro e Orquestra do Teatro Nacional de S. Carlos sob direcção do maestro Franco Ferraris.
Ópera
 Em recita popular, no domingo, dia 4, às 20.30, no Teatro de S. Carlos, a quarta e última apresentação da ópera de Donizetti **Roberto Devereux**. Solistas, e Coro e Orquestra do Teatro Nacional de S. Carlos sob direcção do maestro Franco Ferraris.
Cinema
 O ABC Cine-Clube de Lisboa prossegue esta semana, na Sociedade Portuguesa de Autores, a apresentação de mais um dos filmes que seleccionou para o Ciclo «Novo Cinema Alemão».
 Trata-se de **Celeste**, de Percy Adlon, a projectar na próxima 3.ª feira, dia 6, às 18.30.
Música
 Têm início no próximo dia 6 os 10.ªs **Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea** — uma iniciativa já regularmente anual da Fundação Gulbenkian, mais uma vez empenhada na divulgação de expressões representativas das tendências estéticas dominantes na música do nosso século, e em particular na de anos mais recentes. De novíssimos e alguns consagrados — entre estes últimos, Stravinski, Boulez, Nono, Lopes-Graça, Filipe Pires, Peixinho —, algumas obras em estreia mundial.
 O Festival prolonga-se até dia 15.
 Eis os concertos desta semana:
 3.ª, dia 6, 18.30, Grande Auditório Gulbenkian — **Coro e Orquestra Gulbenkian**, maestros Michel Tabachnik e Fernando Eldorado, soprano Rosemarie Landry. Obras de João Rafael, Xenakis, Emanuel Nunes, Pierre Boulez, Luigi Nono.
 Preço único 300\$00, com o habitual desconto para estudantes e jovens até aos 18 anos.
Música no Algarve
 Com um concerto pela Orquestra Juvenil da Comunidade Europeia teve início no sábado o X Festival Internacional de Música do Algarve.
 O Festival prolonga-se até Junho e compreende 38 concertos — música sinfónica, de câmara, contemporânea, música coral — a efectuar em Faro, Albufeira, Almansil, Lagos, Loulé, Montechoro, Portimão, Quinta do Lago e Vilamoura.
Convívio no Porto
 É já no próximo sábado, à tarde, que se assinalará com uma festa a inauguração do local de convívio do novo Centro de Trabalho do Partido na cidade do Porto, objecto da Campanha dos 10 mil contos que ali tem vindo a decorrer. Organizador do convívio (e com honras de anfitrião) é a Comissão de Freguesia do Bonfim, que vai à frente no cumprimento das metas.
 Entretanto, na sexta à noite far-se-á o



grande sorteio da campanha — pelo que ainda temos dois dias para adquirir os cupões da sorte...

«Fazer a Festa»
 É o V Festival de Teatro para a Infância e Juventude promovido pelo «Art'Imagem», também no Porto. Inaugura-se no dia 2, às 21.30, na Junta de Freguesia do Bonfim (uma das entidades patrocinadoras) com um espectáculo musical e a actuação do próprio grupo de teatro Art'Imagem.
 Nos vários espectáculos, que decorrerão até 18 de Maio, participam grupos do Porto, Gondomar, Matosinhos, e ainda de Évora, Lisboa, Leiria, Sintra, Aveiro, Guarda, Santarém, Mortágua, Montemor-o-Velho, Barreiro, Covilhã. Também o grupo checo de teatro infantil «Alternativa», de Praga.



Balanco de 10 anos de actividade criadora, o presente livro coloca à disposição do leitor uma história, com a evocação de factos, alguns porventura já esquecidos, outros pouco conhecidos e uma análise crítica de obras e acontecimentos relevantes e nos quais se materializou a renovação cultural que acompanhou o 25 de Abril. E constitui também uma obra de referência indispensável para todos os que se interessam pela nossa vida artística, literária e cultural actual.

Tempo

Fim de Semana

Segundo a antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, no sábado e no domingo o céu estará pouco nublado, tornando-se muito nublado nas regiões do Norte e Centro, onde poderão ocorrer nevoeiros.

Tendência assinalada para segunda-feira: céu pouco nublado em todo o território do continente.



a TV

Os terroristas e os cúmplices

A manipulação da RTP ao serviço da guerra (já não apenas fria...) desencadeada por Reagan é uma constante nos seus serviços informativos.

A televisão **tudo** faz para justificar a acção americana contra Trípoli e Benghazi — e tudo está fazendo para justificar futuras acções com que o governo americano já está ameaçando.

Mais do que nunca, as notícias a propósito (ou a despropósito...) de terrorismo assumem as primeiras posições na atenção da RTP, em geral, e não no Telejornal apenas.

Vejamos, a título de mero exemplo, as principais notícias veiculadas por um simples «sumário» do meio-dia:

— Uma bomba que explodiu em Lyon contra uma instituição americana...

— Um gestor americano morto...

— Novo atentado em Beirute...

— Mísseis instalados ao Sul da França, medida esta «relacionada com a expulsão de diplomatas libios...».

Assim a opinião pública começa a ser preparada para uma nova escalada bélica contra o povo líbio.

Nessa mesma emissão, havia a reportagem do lançamento pelos Estados Unidos de uma nova arma «que poderá ser utilizada numa hipotética guerra nuclear...».

Isto mesmo. Isto dito assim mesmo. Com esta leviandade, esta crueldade. Facilmente se compreende quem são os verdadeiros terroristas. E os seus verdadeiros e descarados cúmplices.

Tarrafal: a morte pela tortura RTP: a morte pelo esquecimento

Deu Telejornal um quase nada de relevo à efeméride que marca a abertura do Tarrafal, «o campo da morte lenta».

Um quase nada, enfim, já é diferente de ser nada. Nada é nada. Se para o ser lhe falta o quase, só temos que nos regozijar e dar os parabéns ao Telejornal.

Pelo menos não se fez como anteriormente em que apenas silêncio havia. Poder-se-ia ter ido um pouco mais longe, tornar a informação mais eficaz, quem dizer mais completa. Poder-se-ia, por exemplo, dizer os nomes de alguns portugueses que por lá passaram. Não direi todos (e todos sem dúvida o mereciam) mas alguns que fossem como que uma delegação dos restantes.

Recordemos que os prisioneiros do Tarrafal foram apresentados, com absoluta justiça, como **democratas, patriotas, grandes resistentes ao fascismo**.

Então, se Telejornal lhes dissesse os nomes, ver-se-ia o peso que os comunistas teriam nessa representação. Lá foi morto, como se sabe, o primeiro Secretário-Geral do Partido, Bento Gonçalves.

Isso decerto contribuiria para destruir calúnias que se tecem contra o PCP, quase sempre com a **amável** colaboração da televisão. De facto, **nenhum** partido pode dizer que em democracia, em espírito combativo, em patriotismo é mais do que o Partido Comunista.

A efeméride podia ainda ser enriquecida com os depoimentos de tantos resistentes, felizmente ainda vivos. E era tão fácil! Bastava, do Telejornal, um telefonema para a URAP...

Faz pena e revolta verificar que a televisão não nos deixa imagens e testemunhos de tantos portugueses que, na luta, honraram a sua Pátria. Como é possível penso eu — como é possível que de Pires Jorge (para apenas citar um nome) não nos fique, pela TV, a imagem, a voz, a recordação?

Pires Jorge — um nome a juntar a tantos outros que a televisão fascista condenou ao silêncio — um Alves Redol, um Aquilino Ribeiro, um Ferreira de Castro, um Manuel Mendes, um Jaime Cortesão, um Jaime Sacramento, um sei lá, um sei lá quantos nomes de grandes portugueses...

A RTP dos nossos dias continua a confundir a grandeza com o compadrio, patriotismo com partidário. Veja-se o escândalo que estão sendo os telejornais de sábado...

...E o escândalo continua

E a propósito do escândalo dos telejornais de sábado, escandalosamente apresentados... por outro escândalo de ridículo e de incapacidade...

Sábado último deram a cadeira a Leonor Beleza a qual, durante uma hora, teve oportunidade de dizer tudo quanto lhe apetecesse, sem nenhuma espécie de discussão, de desmentido. E a actividade da RTP tem-nos ensinado que, onde não há objecção, há abjeção...

Para além de tudo o mais, a presença, assim isolada, de Leonor Beleza tem todo o aspecto de uma atitude provocatória. A sua política (ou melhor: a política que ela assinou...) está na base de um dos mais graves conflitos, em Portugal, no campo da Saúde. E que sucede? Em lugar do debate indispensável, assiste-se a um monólogo enganador. A informação é substituída pela propaganda!

Beleza prestou-se a isso. Péssimo sintoma de uma grave doença...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

12 anos depois

Semana marcada pelas comemorações do 12.º aniversário da Revolução de Abril. Muito se fez mas, muito está por fazer. Luta, esperança e unidade dos democratas estiveram presentes.

Soares: diálogo permanente a todos os níveis

• «As condições de estabilidade de «pressupõem relações de diálogo permanente, confiado e sereno, a todos os níveis, mas, em especial, no respeito pelas competências de cada um e pelo princípio da separação dos poderes», afirmou ontem o Presidente da República, Mário Soares, no encerramento da sessão solene comemorativa do 25 de Abril que decorreu na Assembleia da República, enquanto, por todo o País, a data era celebrada nas ruas.»

(«Diário de Notícias», 26 Abril)

Associação 25 de Abril

• «Por iniciativa do presidente da Assembleia da República, a Direcção da Associação 25 de Abril foi este ano convidada, pela primeira vez, para se fazer representar nas cerimónias oficiais comemorativas do 12.º aniversário da Revolução, que decorrem no Palácio de S. Bento. Segundo fontes parlamentares, Fernando Amaral estaria também por detrás dos convites que o Parlamento enviou, nominalmente, a todos os membros do ex-Conselho da Revolução, que se encontravam no exercício de funções à data da sua extinção. O gesto representa, de alguma forma, uma «rectificação» quanto ao «esquecimento» anterior da AR por ocasião do 10.º aniversário da promulgação da Constituição da República.

A relação dos civis com os militares constitui, entretanto, um ponto importante da mensagem da Associação 25 de Abril que deverá ser lida pelo tenente-coronel Vítor Alves no final da manifestação popular de hoje, onde os militares de Abril prometem «ser incómodos» e que por isso já começaram «a sofrer a ofensiva de quem se perturba com o papel» que dizem poder desempenhar.

Este «recaço» parece de resto destinar-se à hierarquia militar que ainda não há muito tempo promoveu o «despejo» da sede da Associação do Forte do Bom Sucesso. Será porventura por esta razão que a Associação 25 de Abril não organizou, este ano,

qualquer outras iniciativas senão o almoço-convívio que se realiza amanhã no Algés e Dafundo (aberto não só aos seus sócios mas também «aos apolantes e amigos que por lá queiram aparecer, mesmo que não se tenham inscrito previamente»).

Entretanto, a nível militar, o 12.º aniversário do 25 de Abril é assinalado com um desfile militar presidido pelo Presidente da República, na Praça do Império, durante o qual o chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, Lemos Ferreira, lerá uma mensagem aos militares — levada ao conhecimento de todos os quartéis, nesse mesmo dia.

Muitas colectividades e municípios promovem também numerosas iniciativas de carácter popular onde participarão vários dos «militares de Abril».

(«Expresso», 25 Abril)

Abril e a Juventude

• ««Olha, estes é que são os capitães de Abril.» E a jovem senhora apontava à pequenita que a acompanhava as figuras daqueles que há 12 anos saíram às ruas de Lisboa, trazendo consigo a liberdade. Mas a criança, na curiosidade insatisfeita, perguntava ainda: «E o que é que eles fizeram?»

Não cabe aqui repetir a narrativa, necessariamente breve, dada como resposta. Mas aos jovens de Portugal que hoje talvez façam o mesmo tipo de interrogações diria, da tribuna, o tenente-coronel Vítor Alves, um dos homens da Revolução:

«As novas gerações vivem, na realidade de hoje, sem totalmente se aperceberem, a realidade de Abril. Os quadros de referência em que a juventude cresceu, a memória que não têm do passado recente limitam a compreensão dos absurdos condicionamentos em que viveram as gerações anteriores. O colonialismo e a guerra, a repressão estudantil e sindical, a marginalização cívica, o obscurantismo cultural, o isolamento internacional configuram um passado sombrio, cuja proximidade a juventude não sente e cuja invocação pouco a sensibiliza.»

Sublinhou Vítor Alves que «os valores que estiveram na génese do 25 de Abril são dados adquiridos» por esta juventude a cujos

anseios «é preciso dar resposta, compreender o seu inconformismo, alimentar a sua generosidade» porque a «transformação da sociedade também passa por aí».

(«Diário de Notícias», 26 Abril)

Provedor de Justiça e PSP

• «Instruções, rigorosas do Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública proibiram os membros da corporação de «prestar declarações ou fazer comentários» sobre o escândalo da violência policial tornado público pelo Provedor de Justiça a semana passada. O muro do silêncio em torno do caso estende-se também ao organismo da tutela, o Ministério da Administração Interna. Perto de dois meses depois de ter recebido o documento oficial que acusa a PSP de «graves irregularidades» e denuncia a situação como «cada vez mais preocupante», o titular da pasta permanece mudo por detrás de um «o senhor ministro não tem declarações a fazer», transmitido pelo seu gabinete. Na circunstância, a Comissão Pró-Sindical da mesma polícia voltou a exigir a demissão do seu comandante, o general do Exército Almeida Bruno, presentemente de visita à África do Sul.

As instruções escritas do Comando-Geral proibindo os elementos da PSP, a diversos níveis, de se pronunciarem sobre uma questão que os envolve directamente foram transmitidas apenas poucas horas depois de o escândalo ter sido tornado público numa conferência de imprensa promovida pelo Provedor de Justiça, no passado dia 15, em Lisboa.

Na ocasião, Ângelo Ribeiro divulgou as conclusões de um inquérito oficial sobre violência nas esquadras que traçam da corporação um retrato negro marcado por situações graves de «ignorância, abuso e atropelos» à lei.

Em 100 por cento dos casos estudados, 166 ao longo dos primeiros seis meses do ano passado, os inquiridores — entre os quais o próprio chefe da Secção de Justiça e Disciplina do Comando-Geral da PSP — concluíram por unanimidade da «prática de ilícitos sobre os cidadãos» que têm custado a vida a muitas das vítimas. Situações de encobrimento de agentes envolvidos e de obstrução à Justiça, a par de outros casos de furto qualificado, receptação e falsificação de documentos, de embriaguez e distúrbios públicos por parte de agentes no exercício de funções marcam o quotidiano das esquadras, de acordo com o documento.

Em declarações ao Expresso tão curtas quanto difíceis de obter, o chefe de gabinete do ministro da Administração Interna, Luís Pereira da Silva, desmentiu informações segundo as quais Almeida Bruno estaria demissionário, mas confirmou que não é intenção de Eurico de Melo «agendar a questão em Conselho de Ministros, pelo menos para já». De acordo com as suas palavras, «se há desmandos é preciso ter mão neles e o ministro tem em curso as medidas que entende convenientes». O intermediário recusou-se no entanto, a especificar quais.

Por seu lado, um porta-voz da Comissão Pró-Sindical da PSP afirmou ao Expresso que «mais do que nunca a nossa posição é exigir a imediata demissão do comandante-geral».

(«Expresso», 25 Abril)

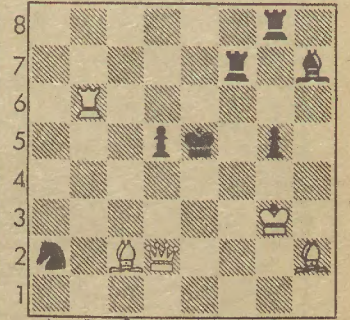
Xadrez

L-30 de Abril de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 50

Por S. Opdenoordt
1.º Prémio «De Problemist», 1933
Pr. (7): Ps. d5, g5-Ca2-Bh7-Ts.f7, g8-Ré5

Br. (5): Bs. c2,h2-Tb6-Dd2-Rg3



Mate em 2 lances

JOGO N.º 50

Torneio de Bruxelas, Abril/1986
(1.º, A. Karpov 9 pts. (em 11)); 2.º V. Kortschnoi 7; 3.º J. Timman, Miles, Torre, 6,5...)
Br. A. Karpov
Pr. L. Ljubojevic

1. é4, é6; 2. d4, d5; 3. Cd2, Cf6; 4. é5, Cf7; 5. c3, c5; 6. f4, Cg6; 7. Cd3, Db6; 8. g3, a5; 9. a4,c4; 10. c: d4, Bd4+; 11. Rf2,g5; 12. h3,b6; 13. Bg3,0-0; 14. Tc1,T7; 15. Th2,B8; 16. Dd2, Db4; 17. D:b4,a:b4; 18. b3,Ca5; 19. Tb1,g:f4; 20. g:f4,Bh6; 21. Bd3,b6; 22. Tg2+,Rh8; 23. Cc2,Ba6; 24. B:a6,T:a6; 25. f5,B:é3+; 26. R:é3,b5; 27. a:b5,Tb6; 28. Tbg1,h5; 29. Cf4,f:é5; 30. Cg6+,Rh7; 31. Cg5+,Rg7; 32. C:é5,C:é5; 33. C:f7+,R:f7; 34. d:é5 e as Pretas abandonam.

SOLUÇÃO DO N.º 50

Chave: 1. Bf5 (ameaça: 2. Rg4++)
1..... Tf5; 2. Dg3++
1..... B:f5; 2. Rf3++

A. de M.M.

Damas

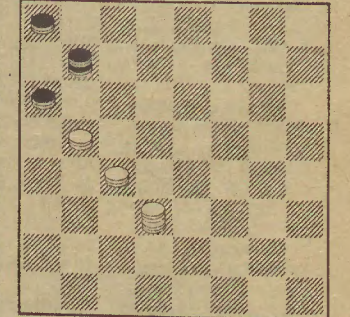
L-30 de Abril de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 50

Por Francisco Henriques (Almeirim)
«Revista Portuguesa de Damas» n.º 10/1.VI.39

Pr. 24-(28)-32

Br. (11)-15-20



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 50

Campeonato Nacional-Fase de Apuramento
Setúbal, 13 de Abril de 1986
(4.º Jogo)

Br. H. Medalha da Silva
Pr. Jorge Gomes Fernandes

1. 10-13, 23-19; 2. 13-18, 21-14; 3. 11-18, 22-13; 4. 9-18, 24-20; 5. 6-11, 19-14; 6. 12-15, 20-16; 7. 5-10, 14-5; 8. 1-10, 28-23; 9. 11-14, 32-28; 10. 7-11, 28-24; 11. 4-7, 23-20; 12. 2-6, 26-21; 13. 15-19, 29-26; 14. 19-23, 20-15; 15. 11-20, 24-15; 16. 23-28, 31-24; 17. 7-12, 16-7; 18. 3-19, 21-17; 19. 19-23, 27-20; 20. 18-22, 26-19; 21. 14-23, 30-26; 22. 23-27, 26-22; 23. 27-31, 22-19; 24. 31-22, 17-13; 25. 22-9, 25-21; 26. 9-22, 19-14; 27. 10-19, 20-15; 28. 19-23, 21-17; 29. 22-12, 17-13; 30. 12-19 e G. Br.

GOLPE N.º 50

Pelo capitão Evaristo António Borges
(Em jogo contra Alberto Cardoso/Porto, 13.1.1939)

1. 10-13, 21-18; 2. 13-17, 23-19; 3. 5-10, 28-23; 4. 10-13, 32-28; 5. 1-5, 19-15; 6. 12-19, 23-14; 7. 8-12, 28-23; 8. 12-15, 23-19; 9. 15-20, 24-15; 10. 11-20, 25-21; 11. 6-10? Perdedor J. Pr. G. (Br. 2-3-4-5-7-9-10-13-17-20 Pr. 14-18-19-21-22-26-27-29-30-31 J. Pr. G.).

SOLUÇÕES

N.º 50 (F.H.): 11-2, 28-31 (se: 28-7; 20-23 e 15-20 e 22-31+); 2-9, 31-28 (se: 32-28; 15-19 e 19-22+); 9-31, 28-7; 20-23 e 15-20+.

Golpe n.º 50 (E.A.B.): 11. 19-15; 12. 10-19, 15-11; 13. 7-14, 22-15; 14. 13-22, 26-1 e G. Br.

A. de M. M.

A Venda

DEMOCRACIA DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

Encontro do PCP sobre problemas de emigração

DEFESA DOS EMIGRANTES